

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

THAYS ROCHA MARTINS

A REPRESENTAÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA MÍDIA BRASILEIRA
Análise de conteúdo das editoriais internacionais das revistas Veja e Carta
Capital – A Venezuela na mídia

Brasília
2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

A REPRESENTAÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA MÍDIA BRASILEIRA
Análise de conteúdo das editoriais internacionais das revistas Veja e Carta
Capital – A Venezuela na mídia

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharela em Jornalismo, sob orientação da professora Kátia Maria Belisário.

Brasília
2018

MARTINS, Thays Rocha.

A representação da América Latina na mídia brasileira: Análise de conteúdo das editorias internacionais das revistas Veja e Carta Capital – A Venezuela na mídia

Orientação: Kátia Maria Belisário

140 páginas

Projeto Final em Jornalismo – Departamento de Jornalismo – Faculdade de Comunicação – Universidade de Brasília

Brasília, 2018

THAYS ROCHA MARTINS

A representação da América Latina na mídia brasileira: Análise de conteúdo das editoriais internacionais das revistas Veja e Carta Capital – A Venezuela na mídia

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharela em Jornalismo.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Kátia Maria Belisário (orientadora)

Prof. Dr. Pedro David Russi Duarte
(membro)

Prof. Dra. Márcia Marques (membro)

Prof. Dr. Sérgio Araújo de Sá (suplente)

Aos meus pais, que sempre acreditaram e investiram em mim e aos refugiados venezuelanos que buscam abrigo no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Entrar para o curso de jornalismo foi a realização de um grande sonho. Por isso, tenho muito a agradecer a todos que ajudaram ele se tornar realidade.

Primeiramente agradeço a Deus por ter me iluminado nessa caminhada, por ter me dado coragem e perseverança para correr atrás do que eu queria.

Aos meus pais, Ildinê e Pedro, por terem me dado liberdade e sabedoria para fazer minhas próprias escolhas. Obrigada por terem feito tudo que podiam para me dar uma educação de qualidade e, mais do que tudo, obrigada por terem acreditado na educação. Além de terem me dado todo o suporte durante essa caminhada. Essa conquista também é de vocês.

Tenho que agradecer aos meus irmãos, Tayane e Pedro Henrique, por sempre terem me escutado e acreditado em mim. Obrigada Tayane pelos conselhos e por sempre ver o melhor em mim, mesmo quando eu não consigo ver nada de bom.

Agradeço à UnB por proporcionar um ambiente acadêmico democrático e de debates das diversas opiniões.

Não posso deixar de agradecer a todos os professores que fizeram parte da minha formação. De todas as escolas que passei, os da Universidade Paulista e os da Universidade de Brasília (UnB), que me ensinaram a ver o jornalismo com olhos críticos, mas cheios de amor. À minha orientadora Kátia Belisário pela paciência e confiança. E aos membros da banca examinadora, que aceitaram o meu convite e dividiram comigo este momento tão esperado.

Agradeço também às minhas amigas Juliana, Indinayara e Suwiany por estarem comigo desde nossos tempos de escola e nunca terem me abandonado. À Neyrilene e Gabriela por terem compartilhado comigo cada um desses momentos difíceis e divertidos e por sempre terem confiado em mim e me dado forças.

Às mulheres que me supervisionaram nos meus estágios e que me inspiraram a querer cada vez mais essa profissão: Patrícia, na Objetiva Comunicação; Karla, no Superior Tribunal de Justiça; e, Ana Sá e Ana Paula no Correio Braziliense.

Aos meus professores de línguas estrangeiras que me ensinaram a gostar tanto do diferente e em especial, aos de espanhol por terem me ensinado a amar e respeitar a América Latina.

A todos que lutam por um país livre de discriminação e preconceitos, pessoas que se tornaram ainda mais essenciais em tempos de tamanho ódio.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação, meu muito obrigada.

“La interpretación de nuestra realidad con esquemas ajenos sólo contribuye a hacernos cada vez más desconocidos, cada vez menos libres, cada vez más solitarios.”

Gabriel García Márquez, 1982

“Na realidade, nosso norte é o Sul. Não deve haver norte, para nós, senão por oposição ao nosso Sul.”

Joaquín Torres-García, 1941

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo avaliar a representação e o enquadramento da América Latina na cobertura jornalística brasileira por meio das revistas *Veja* e *Carta Capital*. Para isso, foram selecionadas todas as notícias sobre países da América Latina publicadas nas editorias internacionais das revistas, de janeiro a dezembro de 2017. A metodologia usada consiste em análise de conteúdo. Constatou-se, no período analisado, que a maior parte das notícias sobre a América Latina nas revistas tratam da Venezuela. As duas publicações têm visões antagônicas dos mesmos fatos, enquanto *Carta Capital* mostra apoio aos governos ditos de esquerda, *Veja* faz oposição a esses governos e apoia os que são mais neoliberais.

Palavras-chave:

América Latina; Representação; Cobertura Jornalística de Revista; Enquadramento; Venezuela

ABSTRACT

The present research has intention to evaluate the representation and the frame of Latin America in Brazilian journalistic coverage through magazines *Veja* and *Carta Capital*. To do so, it was selected all the news about Latin American countries published in the international editor of this magazines from January to December of 2017. The methodology consists of content analysis. During the analyzed period, it was found that most of the news about Latin America in magazines deals with Venezuela. The two publications have antagonistic views of the same facts, while *Carta Capital* shows support left-wing governments, *Veja* opposes these governments and supports those who are more neo-liberal.

Keywords:

Latin America; Representation; News coverage in magazines; Frame; Venezuela.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de matérias publicadas por país na Veja e na Carta Capital em 2017	41
Gráfico 2 - Porcentagem de matérias publicadas por país da América Latina na Veja e na Carta Capital em 2017	42
Gráfico 3 - Países que aparecem nas publicações da revista Carta Capital em 2017 com a respectiva porcentagem da quantidade de vezes que aparecem	43
Gráfico 4 - Países que aparecem nas publicações da revista Veja em 2017 com a respectiva porcentagem da quantidade de vezes que aparecem	45
Figura 1 - Capa revista Carta Capital edição 937	44
Figura 2 - Capa revista Carta Capital edição 967	44
Figura 3 - Capa revista Carta Capital edição 973	44
Figura 4 - Capa revista Veja edição 2513.....	46
Figura 5 - Capa revista Veja edição 2514.....	46
Figura 6 - Capa revista Veja edição 2528.....	46
Figura 7 - Capa revista Veja edição 2530.....	46
Figura 8 - Capa revista Veja edição 2532.....	47
Figura 9 - Capa revista Veja edição 2533.....	47
Figura 10 - Capa revista Veja edição 2543.....	48
Figura 11 - Capa revista Veja edição 2544.....	48
Figura 12 - Capa revista Veja edição 2556.....	48
Figura 13 - Capa revista Veja edição 2558.....	48
Figura 14 - Nuvem de palavras mais usadas nas notícias da Carta Capital sobre a Venezuela em 2017	52
Figura 15 - Nuvem de palavras mais usadas nas notícias da Veja sobre a Venezuela em 2017	57

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Total de Matérias Coletadas	40
Tabela 2 - Termos mais usados nas reportagens da Carta Capital sobre a Venezuela em 2017	51
Tabela 3 - Termos mais usados nas reportagens da Veja sobre a Venezuela em 2017	56
Quadro 1 - Revistas informacionais e a média de circulação semanal	28
Quadro 2 - Reportagens publicadas na revista <i>Carta Capital</i> sobre a Venezuela em 2017	50
Quadro 3 - Reportagens publicadas na <i>Veja</i> sobre a Venezuela em 2017	55
Quadro 4 - Notícias separadas por categorias	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REVISÃO TEÓRICA	18
1.1 A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA	18
1.2 JORNALISMO INTERNACIONAL	21
2 JORNALISMO EM REVISTAS	26
2.1 CARACTERÍSTICAS DO MEIO	26
2.2 HISTÓRIA	26
2.3 AS PRINCIPAIS REVISTAS JORNALÍSTICAS	28
2.3.1 Revista <i>Veja</i>	28
2.3.2 Revista <i>Carta Capital</i>	29
2.3.3 Revista <i>IstoÉ</i>	30
2.3.4 Revista <i>Época</i>	30
2.4 O FIM DAS REVISTAS?	31
3 A AMÉRICA LATINA	32
3.1 UMA BREVE HISTÓRIA	32
3.2 A ECONOMIA DA REGIÃO	34
3.3 A AMÉRICA LATINA EXISTE?	35
3.4 A VENEZUELA	36
4 PESQUISA	38
4.1 A ANÁLISE DE CONTEÚDO: <i>VEJA E CARTA CAPITAL</i>	39
4.1.1 Análise geral	39
4.1.2 Análise <i>Carta Capital</i>	42
4.1.3 Análise <i>Veja</i>	45
5 AMÉRICA LATINA: O DESTAQUE DA VENEZUELA	50
5.1 VENEZUELA NA <i>CARTA CAPITAL</i>	50
5.1.1 O enquadramento da Venezuela na <i>Carta Capital</i>	52
5.1.2 O enquadramento da Venezuela na <i>Veja</i>	57
5.2 NOTÍCIAS SEPARADAS POR CATEGORIAS	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICES	73
ANEXOS	83

INTRODUÇÃO

A todo momento acontecem fatos relevantes noticiados na mídia. De acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros¹, o princípio para saber se algo merece ser noticiado, ou não, é o interesse público. Além disso, Wolf (2003) define que para merecer ser divulgado o fato deve ser interessante, significativo e relevante, para isso teria que ter valores-notícia, que seria, por exemplo, constatar se o fato é novo, importante, relevante, inesperado e quem são os envolvidos.

Diante de tantos acontecimentos, como saber o que é realmente relevante e como escolher dentro os diversos fatos o que pode ser noticiado, visto que as redações estão cada vez mais enxutas devido à crise que o jornalismo passa?

Esse é um dilema enfrentado diariamente por diversas redações. Quando se trata de notícias internacionais a questão fica ainda mais complexa. Afinal, em um mundo com 193 países reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), como saber o que é de interesse dos brasileiros? Ainda mais o Brasil sendo um país com um histórico de boas relações diplomáticas. O país tem uma das redes diplomático-consulares maiores do mundo. Para além disso, cobrir o que está tão distante é um desafio: gastos, falta de fontes e censura, podem ser citados como exemplos.

Dessa forma, muitas questões que seriam de interesse dos brasileiros ficam de fora dos jornais e, mais do que isso, a dificuldade de fazer reportagens sobre outros países acaba por mostrar uma visão unilateral dos acontecimentos, não dando a oportunidade para o público tirar suas próprias conclusões, ainda mais quando esse público se encontra tão distante dos acontecimentos. Tendo este cenário em mente, ainda na década de 1970, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) já falava em uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação para que a cobertura jornalística fosse mais igualitária e ampla.

Este trabalho tem como objetivo verificar a forma como a América Latina está sendo representada nas revistas brasileiras. A pesquisa parte do pressuposto que essas representações podem influenciar no tratamento que os latino-americanos

¹ No Capítulo 1, Art. 2º, II fica definido: a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público. Disponível em: http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf > acesso em: 27 out 2018

recebem no Brasil. No livro “Crítica da Imagem Eurocêntrica”, Shohat e Stam (2006) explicam que o colonialismo foi o primeiro passo para a construção de estereótipos de povos da América Latina. Estereótipos, como os que no Paraguai só existem falsificadores, ou que na Colômbia só existem traficantes, ou, ainda, as várias piadas sobre argentinos, fazem parte do cotidiano brasileiro.

Nesta pesquisa foram analisadas as revistas *Veja* e *Carta Capital*. A primeira é a revista mais lida no Brasil e tem uma linha editorial neoliberal, a segunda tem uma linha editorial de esquerda.

As perguntas que nortearam a pesquisa deste trabalho são: A) Quais países da América Latina foram mais retratados na cobertura jornalística das revistas brasileiras? B) Quais os enquadramentos e representações dos países?

O objetivo geral, portanto, foi analisar a forma como a América Latina é representada nas editorias internacionais de duas revistas brasileiras e o enquadramento recebido. Sendo os objetivos específicos:

- Analisar as capas das revistas *Veja* e *Carta Capital* quanto à presença de notícias internacionais;
- Analisar as notícias veiculadas nas editorias de internacional das revistas *Veja* e *Carta Capital*;
- Verificar quais as pautas e enquadramentos são escolhidos quando noticiado fatos sobre a América Latina

A análise de dados se deu, como exposto, no período de um ano, de janeiro a dezembro, com a intenção de ter reportagens suficientes para uma comparação entre as revistas e entre as edições da própria publicação. O ano escolhido foi 2017 para conter reportagens mais recentes e para ser uma análise mais atualizada.

Em um primeiro momento, o que motivou a pesquisa foi o interesse da pesquisadora sobre a América Latina e, principalmente, do incômodo de perceber que os brasileiros têm um certo grau de desprezo pela região. Pois, apesar de o país está rodeado de vizinhos latinos, os brasileiros não se identificam com eles, como indica a pesquisa *The Americas and the World: Public Opinion and Foreign Policy* (As Américas e o Mundo: Opinião Pública e Política Externa), edição 2014/2015²,

² Para a realização da pesquisa foram aplicados 1.881 questionários no Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151217_brasil_latinos_tg> acesso em: 19 mai 2018

coordenado pelo Centro de Investigação e Docência em Economia (Cide) do México, em colaboração com universidades da região. Nela, apenas 4% dos brasileiros se definiram como latino-americanos em uma média de 43% em outros seis países latinos (Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru).

Além disso, atualmente o Brasil está recebendo milhares de refugiados venezuelanos a procura de abrigo. Isso se deve à crise econômica que o país vizinho enfrenta. Em agosto deste ano, ganhou os noticiários agressões de brasileiros contra venezuelanos em Roraima, quando muitos deles foram expulsos do país.

Ao observar o noticiário internacional, é possível perceber que notícias sobre Europa e Estados Unidos ganham sempre mais destaque e estão mais na agenda dos veículos e, conseqüentemente, da população. Um exemplo disso é a grande cobertura empenhada no Casamento Real, na Inglaterra e a cobertura das eleições, na Venezuela durante o mesmo período. Dessa forma, surgiu a pergunta de como a mídia impacta na percepção do brasileiro sobre a América Latina.

A metodologia adotada no estudo foi a análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2016), ela é usada como uma forma de desvendar o sentido por trás do discurso. Esse tipo de análise começa a ser usado no jornalismo pela Escola de Columbia. O primeiro a utilizá-la foi o sociólogo e teórico da comunicação H. Lasswell. Com o passar dos estudos, de acordo com a autora, passou-se a aceitar que a análise de conteúdo faz inferências, ou seja, com seus resultados é possível regressar às causas ou entender os efeitos da comunicação. Trata-se de uma análise quantitativa da frequência de ocorrência de termos e construções em um texto.

Para fazer esse tipo de análise, Bardin (2016), explica que é necessário começar por uma leitura dos textos que serão analisados. Depois disso, é possível separar o *corpus* da pesquisa por temas. Delimitando esses assuntos, podem-se separar as frases que são usadas e a quantidade de vezes que se repetem e que se encaixam em cada um desses temas. Também é possível fazer uma análise lexical e sintática. Para isso, é necessário ter separado todas as palavras e a quantidade que se repetem em um texto.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. A primeira parte consiste em uma revisão teórica de conceitos de jornalismo como valores-notícia, construção e recepção das notícias, jornalismo internacional e seus dilemas.

O capítulo dois desta pesquisa consiste na avaliação das revistas usadas. Foram avaliadas características do meio, histórico e as perspectivas.

No capítulo três é abordada a América Latina. Nesta parte destacam-se o histórico, questões atuais e como é a cobertura jornalística da região.

Já o capítulo quatro é dedicado à pesquisa. Para fazê-la foi realizado um levantamento das informações e uma análise de conteúdo das matérias. Depois a pesquisa foi dividida em dois momentos. No primeiro, é apresentado os resultados referentes a cobertura geral de assuntos internacionais das duas revistas, quais países recebem mais atenção e qual é o espaço destinado à América Latina. No quinto capítulo, a pesquisa se concentra no país latino-americano mais destacado pela mídia aqui analisada, no caso a Venezuela.

1 REVISÃO TEÓRICA

1.1 A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

O jornalista tem um papel fundamental para definir o que é e o que não é notícia. Para Wolf (2003), isso é feito, inicialmente, por uma filtragem feita pelos jornalistas e editores. Assim, eles atuariam como *gatekeepers*, que significa guardiões da notícia. Afinal, devido ao grande número de acontecimentos é normal que muitos assuntos não sejam tratados e fiquem de fora do noticiário. Na hora dessa decisão os fatores determinantes são inúmeros: falta de espaço, distância geográfica, fatos que acontecem repentinamente e a não relevância para o público, por exemplo. Isso se configura nos chamados critérios de noticiabilidade, que, de acordo com Wolf (2003), são os fatores que fazem um mero acontecimento ser considerada uma notícia.

Para o autor, esses critérios de noticiabilidade seguem um padrão a serem escolhidos com base no conteúdo da notícia, como se é possível apurar, e critérios relativos ao público e a concorrência tais como, atualidade, interesse humano, exclusividade, novidade. Wolf (2003) destaca que para ser considerado notícia o fato precisa ser interessante e importante. Isto é, determinado pelo grau hierárquico dos envolvidos.

Esta atenção do valor/notícia «importância do acontecimento» cobre os dois factores individualizados por Galtung e Ruge («quanto mais o acontecimento disser respeito aos países de elite, tanto mais provavelmente se transformará em notícia»; «quanto mais o acontecimento disser respeito às pessoas de elite, mais provavelmente se transformará em notícia»; 1965, 119)” (apud, Wolf, 2003, p. 201).

Outros fatores seriam a “visibilidade”, ou seja, se o público reconhece aquele fato, o impacto sobre a nação e o interesse nacional, se é significativo para o público, a proximidade e quantidade de envolvidos. Além disso, tem aqueles que fazem o fato ser interessante: o extraordinário, que foge ao comum e os feitos heroicos.

Corroborando com isso Lippmann (2010), que diz que a forma como ocorre a construção da notícia não supre a cobertura de todos os fatos, fazendo com que muitos fiquem de fora. “Todos os repórteres do mundo trabalhando todas as horas

do dia não poderiam testemunhar todos os acontecimentos do mundo” (LIPPMANN, 2010, p.289).

Essa seleção do que seria notícia provoca o chamado “agendamento” no público. Segundo essa teoria, cabe a mídia determinar se um tema é relevante ou não e as pessoas se baseariam nisso para os debates públicos (CARVALHO, 2004). Com isso, infere-se que a mídia é a responsável por determinar aquilo que será assunto nas conversas cotidianas e o que estará na agenda pública. Além do que, se um tema não é abordado na mídia, ele perde importância diante da população e não é lembrado.

Em um artigo pioneiro, McCombs e Shaw (1972) apresentaram a hipótese de que a mídia determina a agenda de cada campanha política, influenciando a saliência dos temas na opinião pública. Os autores basearam sua teoria na afirmação de Bernard Cohen, segundo a qual a imprensa pode não ter sucesso a maior parte do tempo em dizer às pessoas *o que pensar*, mas tem um sucesso impressionante em dizer aos seus leitores *sobre o que pensar* (citado por McCombs e Shaw, 1972, p. 177) (PORTO, 2003, p.5, grifo do autor).

Para Pena (2005), a teoria do agendamento não diz que a intenção da mídia seja de manipulação e sim de que as notícias que são veiculadas passam por um processo de construção. Isso tem efeito nos receptores, não no sentido de que eles mudam de opinião, mas que falam mais sobre o assunto abordado pelos veículos de comunicação.

Na atualidade, já se fala no contra-agendamento, que, de acordo com Silva (2010), seria a população atuando seguindo seus interesses e influenciando naquilo que a mídia reproduz. Dessa forma, as pessoas têm ganhado voz e ajudado a determinar o que estará na mídia. A grande questão é que para isso acontecer a população precisa saber o que há interesse.

Porém, para além de dizer o que deve estar na agenda pública, a mídia, segundo Porto (2002), também é responsável por determinar como se deve pensar sobre cada assunto. Isso porque, na hora de apurar e escrever uma reportagem, cabe ao jornalista e ao editor ditar qual será o enquadramento a ser dado. A escolha das palavras, do enfoque, das fontes, tudo isso determinará qual será a visão do jornalista e do veículo sobre determinados assuntos. Portanto, levando em conta a questão do enquadramento, a ideia de uma mídia imparcial não seria possível de ser concebida.

O fundamental não é apenas definir quais são os temas que a mídia enfatiza, mas sim como estes temas são apresentados. Para ultrapassar essas deficiências, o conceito de enquadramento (ver Porto, 2002) tem sido apresentado como um complemento importante ao paradigma do agendamento (Williams et al., 1991; Rodriguez, 1997; Smetko e Mandelli, 1997). Os novos estudos desta tradição que passaram a incorporar o conceito de enquadramento estabeleceram o chamado “segundo nível de efeitos”, que examina não só como a mídia afeta *sobre o que* o público pensa, mas principalmente como as pessoas pensam sobre os temas da agenda (Ghanem, 1997, p. 3) (PORTO, 2003, p.5, grifo do autor).

Dessa forma, depreende-se que o ponto de vista adotado para reportar a história seria só um dentre várias possibilidades e isso poderia levar os receptores a pensarem que aquela forma de ver é a única possível, afinal eles não estariam tendo acesso a outras versões do fato.

Quanto menor é a familiaridade do público com um assunto apresentado pela mídia, mais suscetível ele será à aquisição da definição, interpretação causal, valoração moral e recomendação de solução propostas pelos meios de comunicação. Essa é a hipótese do enquadramento (framing) e ela vai ao encontro de um dos axiomas mais básicos da análise crítica do discurso, isto é, a ideia de que a realidade, ao mesmo tempo em que molda e constitui o discurso, é ela própria construída discursivamente (ENTMAN, 2004 apud DAFLON E FERES JR, 2012, p.70).

Essa construção, para Junior (2006), faz com que o espaço midiático contribua diariamente para a construção do real, principalmente quando a maior parte das informações disponíveis está nos meios midiáticos. Na visão do autor, os jornalistas, então, contribuem diariamente para essa construção por meio de representações.

Para melhor entender como esse processo ocorre, Junior (2008) usa da Teoria das Representações Sociais, conceito inicialmente estudado no âmbito da psicologia social por Moscovici (1978). Segundo essa teoria, a explicação por trás das atitudes das pessoas está em “[...] uma representação do mundo que não é apenas racional, cognitiva, mas, muito mais do que isso, é um conjunto amplo de sentidos criados e partilhados socialmente” (JUNIOR, 2006, p. 36).

Nesse sentido, os estereótipos surgem como representações sociais reiteradas e reducionistas. Na medida em que são a visão de um coletivo acerca de outro, são repetidas, aceitas como naturais e transformam uma realidade complexa em simples (FERRÉS, 1998, apud JUNIOR, 2006). Lippmann (2010) destaca que é natural que o novo seja estranho, mas que a forma como ele é apresentado

influenciará a forma como ele será enxergado. E, para isso, o olhar de quem apresenta faz toda a diferença:

O que frequentemente parece ser o relato de um evento é, na realidade, a sua transfiguração. Poucos fatos na consciência parecem ser meramente dados. A maior parte dos fatos na consciência parece ser em parte feita. Um relato é produto conjunto do conhecedor e do conhecido, no qual o papel do observador é sempre seletivo e usualmente criativo. Os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados e dos hábitos de nossos olhos (LIPPMANN, 2010, p. 84).

Para Biroli (2011), os estereótipos nada mais são do que a visão de mundo dos grupos dominantes. Dessa forma, há uma disputa ideológica para determinar o que é verdade dentre as diversas informações e opiniões. Entende-se, então, que o jornalismo ao usar de certos enquadramentos para falar sobre determinados assuntos poderia estar contribuindo com uma visão estereotipada de algo ou rompendo com esses estereótipos.

De acordo com Shohat e Stam (2006), a visão pós-estruturalista mostra que não temos acesso direto ao “real” por vivermos imersos na linguagem e nas representações. Para os autores, os estereótipos são o fardo da representação, que são religiosas, estéticas, políticas e semióticas. Dessa forma, a representação seria: “[...] o princípio semiótico de que algo “está no lugar” de uma outra coisa, ou de que alguém ou algum grupo está falando em nome de outras pessoas ou grupos” (SHOHAT E STAM, 2006, p. 268).

Além disso, Ilabaca, Lucero e Pineda (2010) reforçam que o público tende a se informar por meio de veículos de comunicação que apresentam uma visão dos fatos que o agrada. Assim, o processo comunicacional seria uma via de mão dupla. Enquanto para poder acreditar em um fato, a mídia precisaria falar sobre o assunto e ela seria responsável por moldar o que o público pensa sobre ele, ao mesmo tempo, os receptores só selecionariam aquelas notícias que corroborariam com a sua forma de pensar.

1.2 JORNALISMO INTERNACIONAL

O jornalismo, para Natali (2011), nasceu internacional, uma vez que os comerciantes precisavam saber das notícias econômicas para ver se valia a pena

negociar com um país ou outro. No Brasil não foi diferente, e de acordo com Aguiar (2008), as primeiras notícias veiculadas aqui foram sobre outros países. Com a estruturação do jornalismo nacional, essa editoria começa a passar por outras questões, pois o abastecimento de informações desse tipo fica a cargo dos correspondentes internacionais. De acordo com Agnez (2014), apesar da visão heróica e admirada deste profissional, ele só é um jornalista como qualquer outro, “[...] um jornalista remunerado por determinada organização de mídia e deslocado para cobrir um país ou região no exterior por certo período de tempo” (AGNEZ, 2014, p.109).

Por isso, para manter esses profissionais fora custa caro aos veículos de comunicação, ainda mais em um cenário de crise atual. Para Silva (2011), a função de correspondente internacional é a mais onerosa para as empresas jornalísticas. Além disso, devido à distância é a que dá mais trabalho para os editores e ainda exige que o jornalista tenha características específicas que não são comuns a todos os profissionais do ramo.

Dessa forma, como o jornalista não consegue estar presente para fazer a cobertura, Souto (2010) destaca que a principal fonte para o noticiário internacional passa a ser as agências internacionais e as fontes oficiais. O que não necessariamente causará uma reportagem ruim, já que se pode fazer um jornalismo de análise e para isso não seria estritamente necessária a presença do jornalista no local do acontecimento (BUARQUE, 2008 apud SOUTO, 2010).

A questão é que a maior parte do noticiário acaba por ser fornecida por uma mesma fonte. De acordo com Squirra e Espiridião (2012), as informações veiculadas nas mídias continuam vindo de agências europeias e americanas. Associated Press, Reuters, France Presse (AFP) e EFE são responsáveis por cerca de 70% a 90% das notícias distribuídas aos veículos de comunicação do mundo. Isso apesar do crescimento de agências de regiões consideradas periféricas, como a rede árabe Al-Jazeera, e as agências asiáticas Xinhua e Kyodo.

A France Presse é considerada a primeira agência de notícias do mundo. De acordo com o site da agência, ela nasce em 1835 com o nome de Agência Havas, na França. Hoje a agência conta com uma equipe de 1513 jornalistas em 151 países e produz uma média de 5 mil matérias por dia. A Associated Press é uma agência de notícias independente, sem fins lucrativos, com sede em Nova York. Informações do site dizem que ela teve início em 1846, hoje está presente em mais de 100

países e mais da metade da população do mundo tem acesso aos conteúdos. A Reuters, por sua vez, é considerada a maior agência de notícias do mundo. A agência britânica conta com 2500 jornalistas em 200 localidades e que produzem notícias em 16 idiomas diferentes. A agência espanhola EFE tem mais três mil profissionais de 60 nacionalidades em 120 países.

Para Rusky (2013), a dependência das agências de notícias contribui para que a realidade do jornalismo internacional hoje no Brasil seja complicada. Além disso, a autora ressalta que aqueles jornais que conseguem manter correspondentes fora, estão no eixo Rio-São Paulo. Outro fatoré que são poucos os países que têm um jornalista brasileiro. Um Levantamento feito por Agnez em 2014 mostrou que mais de 20% dos correspondentes estavam localizados nos Estados Unidos. A França, a Inglaterra e a Argentina tinham entre 5% e 10% desses repórteres, seguidos por Itália, Israel, China, Japão, países da Europa, Venezuela, Honduras e África do Sul, com menos de 5% desses correspondentes cada. E 44% desses correspondentes trabalhavam em televisão, 37% em jornais e somente 4% em revistas.

O Brasil, de acordo com Aguiar (2016), diferentemente da maioria dos países, nunca teve nenhuma agência de notícias que servisse para trazer informações de fora e nem para levar informações para fora.

O país carece tanto de agências com correspondentes no exterior que seja fornecedora de informação internacional para a imprensa brasileira quanto de uma agência de alcance nacional (de novo, não importa que seja pública ou privada) que abasteça a mídia estrangeira com notícias sobre o Brasil. A Agência Brasil (ABr), estatal (que, desde 2008, faz parte da Empresa Brasil de Comunicação, a EBC), não opera com vista ao mercado externo. Alimenta apenas a mídia nacional com conteúdo igualmente nacional. Essa situação contradiz os recentes esforços políticos e diplomáticos para posicionar o país (AGUIAR, 2016, p. 55).

Apesar de tudo isso, Silva (2011) afirma que nunca antes a importância da figura do correspondente internacional esteve tão evidente. Já que na atualidade é preciso saber o que acontece em outros países por esses fatos influenciarem diretamente a economia, a política, a cultura e a ciência do país. É por isso, que segundo Natali (2011), a editoria de internacional de cada jornal deve dar importância aos assuntos que são relevantes para o país.

Notícias sobre guerras, desastres, grandes epidemias e eleições merecem destaque. Porém, segundo Natali (2011), tudo isso depende do país em que está acontecendo o fato. Ainda, de acordo com ele, existem notícias que acabam por não serem noticiadas pela dificuldade de se obter informações no país.

Um problema citado por Silva (2011) é que quando o jornalista cobre muito tempo um mesmo país ele pode se desgastar e se encher de autoconfiança e com isso deixar de procurar especialistas ao achar que a experiência dele basta para dizer o que está acontecendo naquele momento.

A grande questão é que na prática somente alguns países recebem destaque na cobertura midiática. Percebendo isso, ainda em 1972, segundo Zehle (2012), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) iniciou debates que resultaram na criação de uma comissão encarregada de investigar desequilíbrios nos fluxos globais de informação, a Nova Ordem para Informação e Comunicação. “A comissão propôs uma regulamentação internacional mais forte do sistema de mídia, baseada em paradigmas de desenvolvimento alternativos que enfatizavam a identidade cultural, independência e autoconfiança” (ZEHLE, 2012, tradução nossa). Essa comissão resultou na criação do relatório MacBride: Um mundo e muitas vozes, publicado em 1980 e que tinha como objetivo resolver problemas comunicacionais.

De acordo com Boyd-Barrett e Rantanen (1998), existe um discurso predominante que as agências de notícias agem como agentes da globalização. Discurso esse empregado pela UNESCO na Nova Ordem da Informação e Comunicação. O que os autores acreditam é que as agências são mais do que isso, afinal elas são, por eles consideradas, como as primeiras organizações transnacionais do mundo.

A 'notícia' representa a reformulação da 'informação' como uma mercadoria reunida e distribuída para os três propósitos da comunicação política, comércio e prazer, e dirigida em sua forma genérica pela tecnologia (por exemplo, telégrafo), cientificismo (por exemplo a crença em o valor dos "fatos") e o desenvolvimento dos mercados de mídia de massa. As notícias contribuíram para o processo de construção da identidade nacional: ao imperialismo e ao controle das colônias; era um lubrificante essencial nos assuntos financeiros do dia-a-dia, dentro e entre os mercados domésticos. A coleta e disseminação dessa mercadoria foi organizada e racionalizada em nome de clientes de mídia e não-mídia por um pequeno grupo de agências poderosas, atuando globalmente e como um cartel (BOYD-BARRETT e RANTANEN, 1998, p.1- 2, tradução nossa).

De acordo com Marques (2005), é devido a essas discussões que na década de 1970 nascem agências de notícias na África e no Caribe, para que esses países não tivessem que depender somente das grandes agências de notícia.

Mas segundo Melo (2008), o relatório MacBride não teve muitas ações executadas. Isso porque ele foi fruto de muitas negociações e o resultado desagradou a muitos e no fim não foi levado para frente.

O Relatório continha um alentado diagnóstico sobre a problemática da comunicação no mundo contemporâneo, propondo soluções utópicas para reduzir as desigualdades tecnológicas, os desequilíbrios informativos e as carências cognitivas existentes na geografia do planeta. Não foi sem razão que ele foi rotulado como “missão impossível” por Nordestreng, líder da corporação mundial dos jornalistas e conceituado estudioso da comunicação internacional(9), que sugeria como inexequível a plataforma que embasou a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (MELO, 2008, p. 44).

2 JORNALISMO EM REVISTAS

2.1 CARACTERÍSTICAS DO MEIO

As revistas são segmentadas e toda a produção é voltada para um público específico que, geralmente, é bastante fiel e íntimo da produção, como afirma Scalzo (2011). De acordo com a autora, uma das principais diferenças desse meio para outro qualquer é o formato, que permite ser lido de várias formas, em qualquer lugar e ser guardado. Com a ascensão da internet, muitas dessas revistas estão tentando ganhar um novo mercado com publicações feitas para serem lidas no tablet e no celular. Outra diferenciação é a questão da periodicidade.

Não dá para imaginar uma revista semanal de informações que se limite a apresentar ao leitor, no domingo, um mero resumo do que ele já viu e reviu durante a semana. É sempre necessário explorar novos ângulos, buscar notícias exclusivas e ajustar o foco para aquilo que se deseja saber, conforme o leitor de cada publicação (SCALZO, 2011, p. 41).

Por isso, que segundo Mesquita (2008), o jornalismo de revista no Brasil sempre assumiu uma postura mais opinativa do que interpretativa dos fatos. Para Dittrich e Lage (2002 apud Mesquita, 2008) esse tipo de texto traria só uma versão diante dos acontecimentos. “O que se evidencia é que essas revistas – e, numa análise de consistência ideológica, certamente Veja mais do que as outras – vendem opinião, tanto quanto ou mais do que interpretação ou informação sobre a realidade” (DITTRICH e LAGE, 2002, p. 16 apud MESQUITA, 2008, p. 51).

2.2 HISTÓRIA

Segundo Baptista e Abreu (2010), as revistas surgiram no Brasil no século XIX. As primeiras publicações, no entanto, tiveram um curto período de vida. A primeira a mudar isso e conseguir se manter no mercado foi a *Museu Universal*, lançada em 1837. Scalzo (2011) conta que esta publicação tinha textos leves e acessíveis e trazia ilustrações. O público-alvo era uma população recém-alfabetizada.

Em 1928, o jornalista Assis Chateaubriand lançou a revista *O Cruzeiro*, que atinge na década de 1950 a marca de 700 mil exemplares por semana, a maior

venda até então. O periódico trazia grandes reportagens e fotojornalismo sobre temas nacionais e estrangeiros. Na visão de Peregrino (1991), o periódico foi o precursor do fotojornalismo no Brasil. De acordo com a autora, a revista tinha um grande papel porque conseguia chegar a todas as partes do país e representou na ocasião o impacto que a Globo tem na atualidade. O declínio da revista é atribuído à chegada da televisão no país.

Na mesma época, também teve muito impacto a revista *Manchete*, publicada em 1952 pela Editora Bloch. A publicação fazia um jornalismo muito mais visual, primando pela fotografia. Porém, de acordo com Baptista e Abreu (2010), a revista era muito mais sobre curiosidades do que jornalismo, ao distorcer a ideia de atualidade e de critérios de noticiabilidade. Em 1960, surgiu a revista *Realidade*, que para as autoras é vista como um marco na história da imprensa brasileira, ao apresentar reportagens que se propunham à objetividade da informação.

Segundo Barzotto (1998), a revista se destacou por trazer reflexões mais profundas sobre os fatos.

O meio de comunicação ganha força nesta mesma época, quando as revistas passaram a pautar a forma como as pessoas enxergavam o Brasil. Já que elas traziam reportagens mais aprofundadas e a televisão ainda não tinha ganhado força.

Ganharam legitimidade como instâncias discursivas organizadoras do social ao definir os acontecimentos memoráveis; pretenderam-se capazes de dar conta de vastas dimensões do país e de assegurar que leitores de distintas regiões estivessem aptos a compreender o noticiário (DAMINELLI,2016, p.526).

De acordo com Agnez (2014), o primeiro veículo brasileiro a ter enviados especiais em outros países, apontado por Werneck Sodré (1983), foi a revista *Semana Ilustrada*, que foi publicada entre 1860 e 1876.

Ela tinha circula o no Rio de Janeiro e foi fundada pelo alemão Henrique Fleiuss. De acordo Lopes (2009) a publica o se destacava pelas sátiras e chegou ao fim pela concorrência de outras revistas que começaram a circular.

2.3 AS PRINCIPAIS REVISTAS JORNALÍSTICAS

Nos últimos anos quatro revistas, consideradas informacionais, representam as maiores tiragens desse segmento. São elas: *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*, confira quadro abaixo.

Quadro 1 - Revistas informacionais e a média de circulação semanal

Posição	Título	Editora	Circulação média - jan a set/2014
1	Veja	Abril	1.167.928
2	Época	Globo	390.709
3	IstoÉ	Três	322.518
18	Carta Capital	Confiança	29.513

Fonte: Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner)

Para efeitos deste trabalho, serão usadas as revistas *Veja* e *Carta Capital*, mas a seguir há um breve histórico das quatro principais.

2.3.1 Revista *Veja*

A *Veja* é a revista de maior circulação no Brasil e a segunda maior no mundo, atualmente são 1.1 milhões de exemplares por semana. Ela nasce em 1968 e faz parte da Editora Abril. Foi fundada pelo jornalista italiano, naturalizado brasileiro Victor Civita. Fazem parte do conselho editorial Victor Civita Neto (presidente), Thomaz Souto Corrêa (vice-presidente), Alecsandra Zapparoli e Giancarlo Civita. Os serviços internacionais ficam a cargo de Alcir N. da Silva (Nova York), Rogério Altman (Paris) e as agências Associated Press, Agence France Presse e Reuters.

De acordo com Villalta (2002), o surgimento da revista não é marcado pelo sucesso, recebendo muitas críticas de jornalistas e anunciantes. A revista surge três meses antes de o Estado Militar editar o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que censurava a liberdade de imprensa. De acordo com a autora, a *Veja* sente o reflexo disso com

a apreensão de uma revista que trazia uma foto do presidente da República, Marechal Arthur Costa e Silva, sozinho no Congresso, sem nenhuma chamada ou legenda. Ainda segundo Villalta (2002), a publicação da Editora Abril é “um produto cultural em sintonia com o projeto de modernização do Brasil através da implantação definitiva do capitalismo” (VILLALTA, 2002, p.12).

A própria revista se define como defensora da democracia, da livre iniciativa e da justiça social. Os leitores do periódico são formados por 51% de homens e 55% pertencem a classe A/B.

Ferraz (2016) destaca que a revista *Veja* assume uma postura neoliberal nas publicações e muitos de seus jornalistas são considerados conservadores. Além disso, é lembrado que a revista manteve uma postura contrária aos governos petistas. Para Daflon e Feres Jr. (2012) a *Veja* mistura fato e opinião e usa o sarcasmo como estratégia quando noticiam algo que não concordam.

2.3.2 Revista *Carta Capital*

A revista *Carta Capital*, fundada em 1994, é uma publicação semanal da Editora Confiança. O diretor de redação é o jornalista Mino Carta e o economista e professor Luiz Gonzaga Belluzzo é o consultor editorial. De acordo com Barreiros e Amoroso (2008), o periódico desde o início tem uma característica de querer interferir nos processos políticos do país, com uma postura crítica a quem está no poder.

“[...] uma CARTA Capital endereçada ao coração do poder. De fato, ela vai falar de e para aqueles que, nos mais diversos níveis, decidem os destinos de comunidade. Aqueles que teriam de dar o exemplo ao escolher as melhores rotas com os olhos voltados para os interesses da sociedade toda” (CARTA,1994 apud. BARREIROS e AMOROSO, 2008, p.123).

A *Carta Capital* se define como para quem busca informação exclusiva e qualificada, com uma visão crítica dos acontecimentos de política, economia e cultura, no Brasil e no mundo.

De acordo com Ferraz (2016), a *Carta Capital* assume uma postura centro-esquerda e defende um maior controle econômico pelo Estado. A publicação tem um correspondente em Paris, o jornalista Gianni Carta e conta com um colaborador em

Roma, Claudio Bernabucci. Além disso, tem uma parceria com o jornal britânico *The Observer*, que é ligado ao *The Guardian*, e por isso republica algumas matérias do periódico.

A tiragem da revista é de 65 mil exemplares por semana. Na versão digital, são 262 mil *downloads* desde o lançamento. A revista se apresenta como uma alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira e se diz defensora do bom jornalismo baseado na fidelidade à verdade factual, no exercício do espírito crítico e na fiscalização do poder. O perfil dos leitores é formado de 64% homens, 59% têm entre 35 e 64 anos, 82% têm curso superior completo e 88% são das classes A/B. São seis seções e colunas, uma delas a Nosso Mundo, a seção de internacional.

2.3.3 Revista *IstoÉ*

A revista *IstoÉ* nasceu em 1976 e no editorial dela se diz independente de qualquer grupo político ou econômico. Ela se propõe a informar bem os seus leitores e a fiscalizar os bens públicos. E se diz compromissada com os valores de pluralidade, honestidade, ousadia intelectual e espírito crítico. Ademais, ela se afirma como não sendo nem de esquerda, nem de centro e nem de direita.

A revista é publicada pela Editora Três, que tem a independência editorial como principal lema. Ela foi a primeira revista brasileira a ter um site, ainda em 1996.

O público deste periódico é formado por 53% de mulheres e 74% são da classe A/B. A tiragem semanal é de 253.893 exemplares e 20 milhões de acessos mensais no site.

2.3.4 Revista *Época*

A revista *Época* é uma publicação da Editora Globo e nasceu em 1998. Em 2018, a revista deixa de se dedicar a uma análise dos fatos da semana para se dedicar a um conteúdo exclusivo para o fim de semana. Ela também passa a ser distribuída gratuitamente para os assinantes dos jornais O Globo e Valor Econômico. A publicação tem uma tiragem de 500 mil exemplares e 5,9 milhões de usuários online.

2.4 O FIM DAS REVISTAS?

Hoje em dia, as revistas estão em declínio no Brasil. Recentemente, o site Comunique-se divulgou que a Abril, maior parque gráfico da América Latina, fechou 11 títulos: *Arquitetura & Construção*, *Bebê.com.br*, *Boa Forma*, *Casa Claudia*, *Casa.com.br*, *Casa Cor*, *Cosmopolitan*, *Elle*, *Minha Casa*, *Mundo Estranho* e *Veja Rio*. Mais recentemente também chegou ao fim a revista *Vip* e a *Caras*. De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016, somente 1% das pessoas relataram se informar prioritariamente por revistas.

Segundo Scalzo (2011), a crise nas revistas é semelhante ao que tem acontecido com outros meios de comunicação. Isto, para ela, é ocasionado pela grande concorrência pela atenção das pessoas, que, por exemplo, se dividem entre o entretenimento e o jornalismo. A falência do modelo de negócios baseado em anunciantes é outro fator citado. De acordo com ela, uma solução possível seria a segmentação mais profunda e buscar novos modelos de negócios, como por exemplo, obter receita pelas vendas das publicações.

Apesar disso, o segmento tem crescido no meio digital. Dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) de 2017 mostram que as 16 maiores publicações do Brasil cresceram neste meio. Porém, a maioria teve queda no impresso e o segmento, de maneira geral, caiu 16%.

Para os próximos anos, muitas dúvidas surgem. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, anunciou em entrevista ao Jornal Nacional que as propagandas oficiais no governo seriam condicionadas ao “comportamento” dos veículos. A coluna do jornalista J.R. Guzzo na revista *Veja*, publicada na primeira semana de novembro, defendeu que a publicidade com dinheiro público acabasse para todos os veículos.

Atualmente, 36 editoras são associadas à Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner), entidade que representa os editores de revistas e tem como objetivo defender os interesses do mercado editorial.

3 A AMÉRICA LATINA

O conceito de América Latina é bastante discutido, mas sua origem pode ser atribuída ao ensaísta colombiano José María Torres Caicedo, que usou o termo ainda no século XV com a finalidade de unir os 34 países da região contra intervenções norte americanas (ARDÃO, 1965 apud PRADO e PELLEGRINO, 2014). De acordo com Canclini e Venite (2003), a intenção do uso do termo foi a de criar uma identidade para a região. “Este conceito indicava não só a suposta unidade dos países de línguas latinas, mas também sua distância e diferença em face de outra América, a anglo saxônica” (CANCLINI e VENITE, 2003, p. 33).

Dessa forma, foi se construindo a identidade latino-americana.

As visões latino-americanas sobre os Estados Unidos se dividiam. Para um grupo, o país do norte aparecia como modelo a ser seguido, por seu progresso material, sinal dos “povos civilizados”. [...] No polo oposto, estavam aqueles que olhavam a América Inglesa com temor e apreensão (PRADO e PELLEGRINO, 2014, p. 96).

De acordo com Souza (2011), a questão da identidade latina ainda é um tema em construção e as ideologias estrangeiras prejudicam o fortalecimento disso. Esse não reconhecimento como nação, na conclusão do autor, é um dos empecilhos para o progresso dos países da região, pois aceitar as diferenças e problemas seria uma ajuda para o reconhecimento quanto às riquezas do povo, cultura e língua.

Atualmente, o Brasil tem 25 acordos comerciais com países da localidade, além de fazer parte do Mercado Comum do Sul (Mercosul), da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). O país ainda faz fronteira com dez países da região: Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa, Colômbia, Bolívia, Peru, Argentina, Paraguai e Uruguai.

3.1 UMA BREVE HISTÓRIA

Os países latino-americanos passaram por processos históricos bastante parecidos, como indica Prado e Pellegrino (2014):

Nossas histórias correm paralelas desde a colonização ibérica, passando pela concomitância das independências políticas e da formação dos Estados nacionais e chegando aos temas do século XX, como a simultaneidade das ditaduras civis-militares. Salientam-se, do mesmo modo, as semelhanças no que se refere à circulação de ideias e de pessoas, às práticas políticas às questões sociais e étnicas, à produção cultural e à perspectiva religiosa (PRADO e PELLEGRINO, 2014, p. 7 e 8).

A região foi colonizada por Portugal, Espanha e França. Esse período é marcado por uma grande exterminação das populações nativas da região. Quando os colonizadores chegaram, calcula-se que havia em todo o continente americano 57 milhões e 300 mil habitantes (PRADO e PELLEGRINO, 2014). De acordo com Carvalho (2004), estima-se que ao menos 70 milhões de índios americanos tenham sido mortos em aproximadamente um século. Junto a eles foram assassinadas a cultura que prevalecia na região, como religião, costumes e línguas. Ademais, com a intenção da exploração de mão de obra foram trazidos mais de 12 milhões de africanos escravizados para todo o território entre os séculos XV e XIX. A maior parte veio para o Brasil, em torno de quatro milhões.

Ao encerrar o século XIX na América Latina, para construir as identidades nacionais e latino-americanas, homens e mulheres pensaram problemas da História e da línguas nacionais, escreveram romances, pintaram quadros e discutiram as questões éticas. Os grandes debates da política que opunham democracia e autoritarismo; cidade e campo; ricos e pobres; elites e povo continuavam na ordem do dia. A escravidão negra fora abolida, sem resolver a discriminação contra os novos alforriados. Os indígenas foram arrancados do seu tradicional modo de vida em comunidades e colocados em situação de maior miséria. As mulheres tinham sido ofuscadas e postas em segundo plano [...] (PRADO e PELLEGRINO, 2014, p. 100).

Com o Tratado de Tordesilhas, em 1494, o território foi dividido entre as duas potências colonizadoras: Espanha e Portugal. A colonização portuguesa acabou por ultrapassar a parte que a cabia. O primeiro país a se tornar independente e a abolir a escravidão é o Haiti em 1804. E em pouco mais de dez anos, há o declínio das colônias ibéricas. Os países aos poucos foram promulgando leis que proibiam o tráfico de escravos. O último país hispânico a libertar os escravos foi o Paraguai em 1869 (PRADO e PELLEGRINO, 2014).

De acordo com Prado e Pelegrino (2014), os anos que se seguiram à independência foram marcados por uma grande instabilidade política, o que desencadeou algumas guerras civis até cada uma ir proclamando sua república. A maior guerra que teve, foi a Guerra do Paraguai (1864-1870) motivada por questões geopolíticas. O país que mais enviou soldados foi o Brasil, muitos deles escravos.

Estima-se que 50 mil brasileiros tenham morrido e que entre 50 mil e 200 mil paraguaios faleceram, o que foi devastador para o Paraguai.

A passagem do século XIX para o XX é marcada pelo aumento das populações das regiões, motivadas, principalmente, pelas imigrações. De acordo com Prado e Pelegrino (2014), Montevidéu passou de 57,916 habitantes para 215.061 em 29 anos, sendo que 43,3% dessas pessoas eram de naturalidade europeia. Neste mesmo período, a população de Buenos Aires quadruplicou-se devido aos fluxos imigratórios.

Ainda de acordo com as autoras, a década de 1940 a 1950 é caracterizada como o período dos regimes populistas, com a presença do Estado forte e líderes carismáticos. Na década de 1960 começa em toda a região um processo de perdas das democracias, que foi motivado pelo contexto da Guerra Fria, em que se tinha um inimigo e diante disso era necessário que as Forças Armadas assumissem o comando.

Esse período é marcado por uma grande repressão do Estado, com muitos mortos e desaparecidos. O retorno para a democracia foi marcado por uma transição “conservadora”. Ao fim, nos últimos 30 anos, a região vive o que pode ser classificado como período democrático. Com uma ascensão muito forte de governos de esquerda no início dos anos 2000 e agora uma nova configuração política. No Brasil, em que a presidenta Dilma Rousseff sofreu um impeachment em 2016, a derrota de Evo Morales na Bolívia e a vitória de Macri na Argentina são alguns indicativos de que está se chegando ao fim de uma era.

3.2 A ECONOMIA DA REGIÃO

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), a América Latina é a região mais desigual do mundo. O relatório do Banco Mundial de 2018, mostra que a economia da região voltou a crescer este ano, depois de seis anos de estagnação motivada pela crise mundial que começou em 2008.

Segundo Prado (2011), nos anos 1970 a forma como a economia da região estava sendo conduzida entrou em colapso, devido ao alto endividamento externo e taxas de juros altíssimas. Com isso, houve uma paralisação no crescimento da região.

Os custos sociais deste processo foram significativos, gerando desemprego em massa, queda do poder aquisitivo, corte de gastos públicos e redução dos investimentos em infraestrutura produtiva e social. As taxas de pobreza e miséria da população regional, que em 1980 eram de 40,5% e 18,6%, respectivamente, subiram a 48,3% e 22,5% em 1990. Isto levou 64 milhões de pessoas à pobreza em uma década. Para a América Latina e o Caribe, foi uma regressão social sem precedentes no século XX (PRADO, 2011, p.12).

Na década de 1990, há os chamados ajustes estruturais que mantiveram a economia estável e os investimentos em políticas sociais, que resultaram em uma redução da pobreza, porém não foram suficientes para voltar ao que era na década de 1980.

3.3 A AMÉRICA LATINA EXISTE?

Unir todos esses 34 países tão diferentes entre si em uma única América Latina é um desafio. Mas de acordo com Barbosa (2005), o que unifica esta região é o passado e o presente de exploração, primeiro pela Europa e agora pelos Estados Unidos.

[...] o que é comum em todos os países latino-americanos, apesar de a origem do colonizador ser espanhola, portuguesa, holandesa, francesa ou inglesa, de haver maior ou menor presença indígena ou negra na população, é que em todas as nações se edificaram sociedades constituídas para servir de alimento, em primeiro lugar, para a acumulação mercantil, depois para as fornalhas da Revolução Industrial Inglesa e agora para o imperialismo (ou neocolonialismo) norte-americano. Os mais de quinhentos anos de história oficial da América Latina, desde que La Hispãola foi pisada pelas botas de Colombo e Vespúcio, reproduzem o incessante estupro das entranhas ricas, desde a exploração de recursos naturais e minerais (pau-brasil, ouro, prata, estanho) até o consumo das vidas, dos corações e das mentes dos trabalhadores (BARBOSA, 2005, p.65).

De acordo com o autor, se formaram duas Américas Latinas: a burguesa e a popular. Os donos dos grandes veículos de comunicação pertenceriam a primeira e os repórteres, por mais que possam vir da popular, quando começam a trabalhar passam a enxergar pela ótica burguesa. Para ele, essa seria a explicação para a ausência de notícias sobre a América Latina e banalização dos assuntos tratados. “A América Latina popular é considerada a periferia, o sul, o subalterno, o campo, a serra, o mestiço, a preguiça, a siesta, a rusticidade gaúcha, o caudilhismo, a violência, a barbárie” (BARBOSA, 2005, p. 69). De acordo com ele, os meios de comunicação brasileiros olham para os vizinhos como estranhos.

Para Souto (2010), isso fica evidente quando se olha para as pautas escolhidas.

No caso do jornalismo internacional é importante estar atento, não apenas à constância com que algumas palavras aparecem no noticiário, mas como a seleção de pauta desta editoria mantém em evidência alguns assuntos entre uma infinidade de outros possíveis. Ainda que falte ao jornalista acesso direto a muitos dos fatos que relata, sobram informações de diversos países, inclusive sobre América Latina, oriundas das agências internacionais de notícias. Porém uma rápida olhada nas páginas dedicadas aos assuntos de política internacional já mostra que o mundo a ser visto concentra-se nos países mais ricos do globo, uma opção que é feita talvez inconscientemente pelos editores e redatores diante o enorme fluxo de informações em que são imersos diariamente (SOUTO, 2010, p.10-11).

Em uma pesquisa feita em 2003 com cinco jornalistas de grandes meios de comunicação, em que eles tinham que escolher notícias internacionais para publicar nos jornais e justificar o porquê da escolha, essa questão ficou evidente quando notícias importantes ficaram de fora. “Diante de algumas respostas dadas pelos jornalistas, fica clara a existência de um desses fatores: o preconceito” (BARBOSA, 2005, p. 75).

De acordo com Silveira (2012), a cobertura da mídia brasileira em relação às suas fronteiras, ocorre da mesma forma que é feito o das favelas. Funciona como para alertar a população dos perigos presentes ali. Somado a isso, Fürsich (2016) destaca que o fato de muitas notícias estarem vindo de agências de notícias europeias e americanas faz com que a representação desses países seja reduzida a o que está mais próximo da cultura do país de origem, o que seria etnocentrismo.

[...] especialmente a reportagem ocidental sobre o mundo em desenvolvimento é quase exclusivamente baseada em crises, catástrofes e desastres naturais – desse modo, enfatizando uma imagem do mundo em desenvolvimento como um lugar caótico sem alívio e numa constante necessidade de apoio do Oeste (FÜRSICH, 2016, p.53).

3.4 A VENEZUELA

Alcântara (2002) explica que a história do país é marcada por uma sucessão de Golpes de Estado. Em 1958, se inicia o período democrático contemporâneo do país. Em 1992, há duas tentativas de Golpes de Estado. Em 2002 há uma nova tentativa de golpe.

O chavismo comanda o país desde 1999. Com a morte de Hugo Chávez em 2013 quem assumiu o país foi seu sucessor Nicolás Maduro. O país vem sofrendo com alto desemprego e inflação. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta que inflação na Venezuela chegará a 10.000.000% em 2019.

Matéria publicada pela BBC Brasil³ explica que a crise na Venezuela começou devido ao Petróleo. O país tem a maior reserva do mundo desse bem e a economia deles é basicamente alimentada pela exportação dessa matéria prima. Em 2014, devido a questões internacionais, o preço do Petróleo caiu muito, o que fez a crise na Venezuela começar.

Depois disso, o governo tomou medidas como a tentativa de supervalorização da moeda venezuelana, que gerou um aumento na inflação. Além de tudo isso, o país vive uma crise política em que o chavismo tem perdido força. Ainda em 2017, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) suspendeu a participação do país no bloco por considerar que a ordem democrática estava rompida.

Tudo isso fez com que muitos venezuelanos deixassem o país. O Brasil recebeu, só em 2017, 17.865 pedidos de refúgio de venezuelanos. Na atualidade, o Brasil reconhece, por meio do Decreto 9.285/2018, que o país vizinho passa por uma crise humanitária.

³ CORAZZA, Felipe; MESQUITA, Lígia. Crise na Venezuela: o que levou o país vizinho ao colapso econômico e à maior crise de sua história. BBC Brasil, Londres, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515>> Acesso em: 3 nov 2018

4 PESQUISA

A relevância da pesquisa sobre cobertura jornalística internacional nas revistas brasileiras está no fato de tentar entender um dos fatores, o não reconhecimento da identidade latino-americana, que podem contribuir para que a unificação da América Latina seja um processo tão complicado. O que pode dificultar as relações políticas, econômicas e sociais, entre a região. Em um mundo em que temos a falsa ilusão de globalização, as pessoas acabam sendo iludidas a pensarem que estão bem informadas, quando na verdade estão recebendo um recorte de notícias e sob um olhar específico.

Ao analisarmos a cobertura internacional brasileira, um destaque a ser considerado é que a grande maioria das notícias vem de agências, europeias ou americanas, ou seja, a nossa visão é um ponto de vista de pessoas que estão em outra realidade e bem longe daqui.

Além disso, estudos sobre a América Latina ainda são muito incipientes e precisam ser aprofundados. Principalmente, em um momento histórico em que a região passa por transformações políticas importantes. E também quando observamos que a intolerância aos diferentes está se mostrando mais forte em todo o mundo⁴. Para finalizar, a pesquisadora acredita na importância social do jornalismo e na grande responsabilidade do ofício.

A escolha pelo recorte das revistas (*Veja* e *Carta Capital*) é motivado por elas terem uma linha editorial que permite reportagens mais aprofundadas e apuradas sobre determinados temas e de que historicamente elas assumiram uma postura mais opinativa, além de um interesse da autora pelo segmento. Dentro do universo das revistas foram selecionadas duas: *Veja* e *Carta Capital*. A primeira é o semanário mais lido pelos brasileiros⁵. A segunda é a que tem a linha editorial mais diferente da *Veja* e, por essa razão, tem outro público de leitura. A intenção é ver se a linha editorial da revista influencia na forma como os países serão retratados ou se isto independe dela.

⁴ A porta da intolerância. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/noticia/2018/03/porta-da-intolerancia.html>> acesso em: 11 de jun 2018

⁵ Dados de 2017: 1,2 milhões de exemplares em circulação, o que faz dela a maior entre as semanais de informação no Brasil e a segunda maior no mundo. Disponível em: <<http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja>> acesso em: 11 de jun 2018

4.1 A ANÁLISE DE CONTEÚDO: VEJA E CARTA CAPITAL

A metodologia adotada neste trabalho é análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2016), pressupõe dividir a análise em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A primeira corresponde à organização do material. A segunda é onde serão definidas a codificação e as regras que serão usadas. Por último, é a parte de fazer inferências com os dados estatísticos obtidos. A categorização é um agrupamento de característica em comum.

Desta forma, o *corpus* desta pesquisa é composto por todas as notícias publicadas sobre a América Latina, no ano de 2017, nas revistas *Veja* e *Carta Capital*. A coleta do material foi feita entre os meses de maio e junho de 2018 por meio dos aplicativos das revistas e pelo acervo físico da Biblioteca do Senado Federal.

Ao todo foram analisadas 102 edição dos periódicos (52 da *Veja* e 50 da *Carta Capital*). Nelas, foram publicadas 229 matérias nas editorias internacionais (Apêndices A e B).

Após isso, foi tirada uma amostra significativa de todas as reportagens representada pelo país que mais apareceu: Venezuela. Com isso, foram separadas as palavras que mais se repetiram e divididas em categorias temáticas.

Para se saber quais são os termos mais usados nas reportagens para se referir a Venezuela, todas as reportagens passaram pelo programa *Word Cloud*, que conta a frequência das palavras e faz uma nuvem com os termos mais usados no texto, para assim definir quais classificações e categorias a serem usadas.

4.1.1 Análise geral

Das 229 notícias coletadas, somente 35 são sobre algum país da América Latina, o que corresponde a 15,2% do total. Conforme Tabela 1.

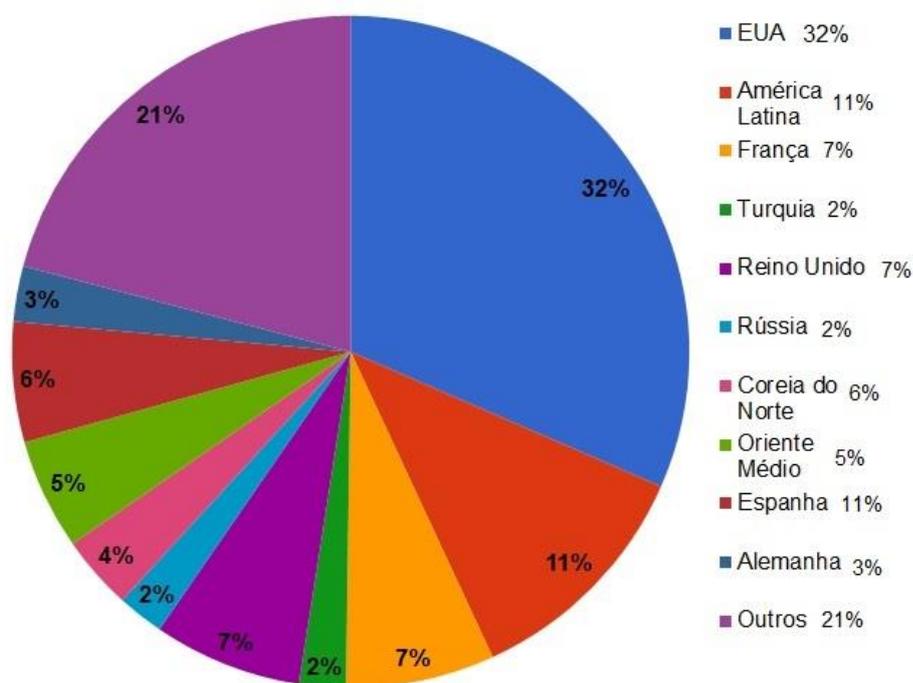
Tabela 1- Total de Matérias Coletadas

Período	Revista	Notícias internacionais outras regiões	Notícias sobre a América Latina	Total
Janeiro a dezembro de 2017	Veja	105 (82%)	22 (18%)	127
Janeiro a dezembro de 2017	Carta Capital	89 (87,3%)	13 (12,7%)	102
Janeiro a dezembro de 2017	Veja e Carta Capital	194 (84,7%)	35 (15,3%)	229

Fonte: A autora

São 44 países diferentes abordados. A maior parte das notícias foi sobre os Estados Unidos, enquanto a média por país é de 5% de matérias, o país norte americano aparece com 32% do total, o que corresponde a 71 matérias. Juntas, as matérias sobre a América Latina correspondem a 11% do total. Conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Porcentagem de matérias publicadas por país na Veja e na Carta Capital em 2017

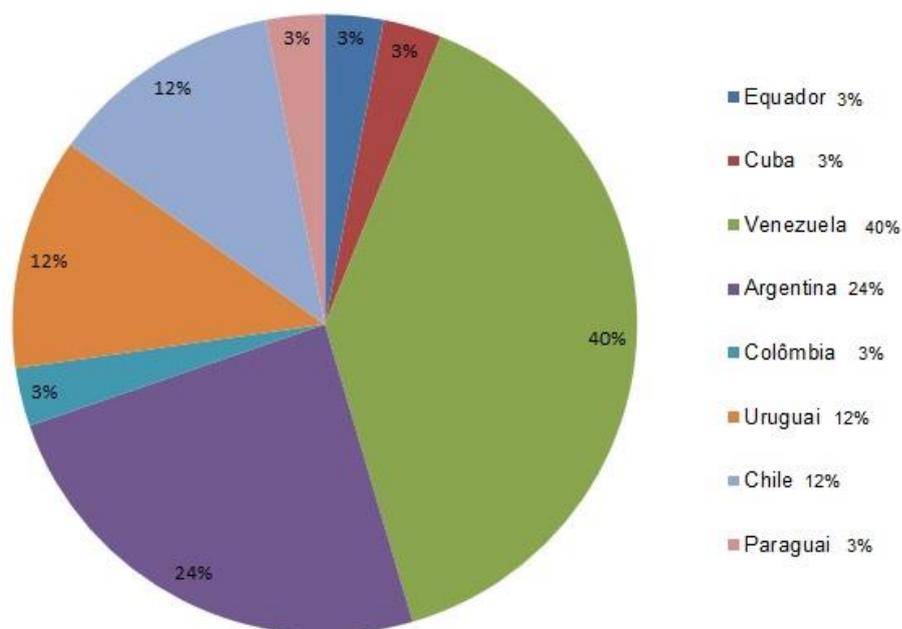


Fonte: A autora

Dos 34 países latino-americanos, somente nove aparecem nas 35 reportagens sobre a região. São eles: Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Venezuela, Paraguai, México e Uruguai.

E entre eles o que recebeu mais atenção de ambas as revistas analisadas foi à Venezuela. Das 35 matérias publicadas sobre a região 13 foram sobre o país, o que corresponde a 40% do total, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 - Porcentagem de matérias publicadas por país da América Latina na Veja e na Carta Capital em 2017



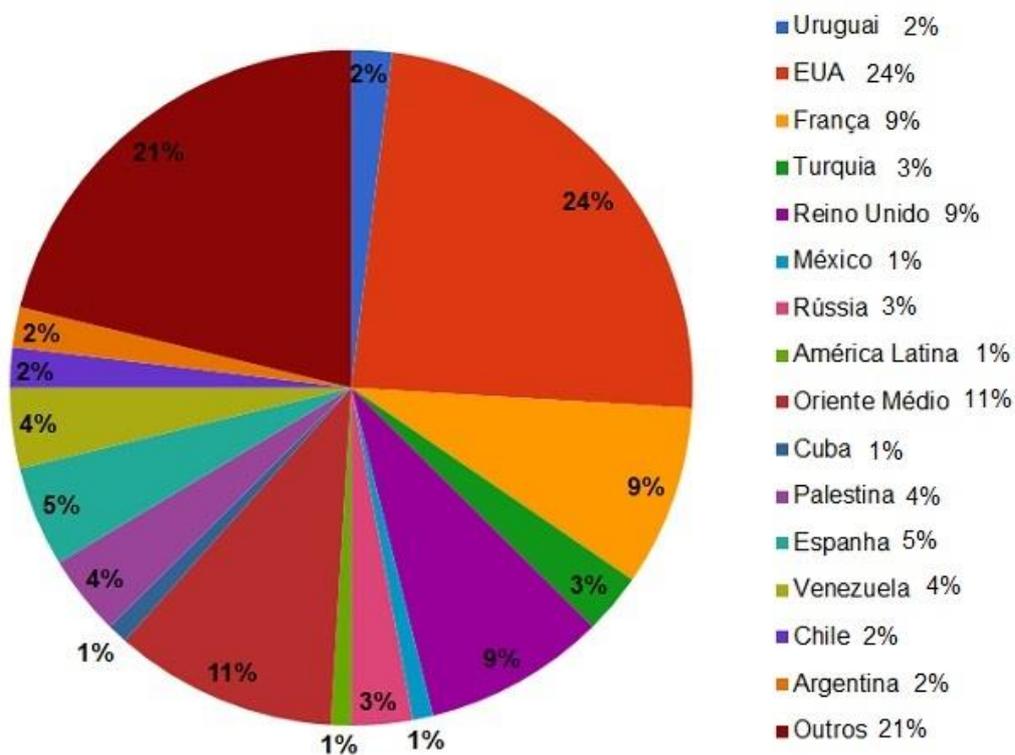
Fonte: A autora

A seguir a divisão por revistas.

4.1.2 Análise *Carta Capital*

Com exceção da edição especial de fim de ano, as outras 49 edições da revista publicadas em 2017 tiveram matérias de assuntos internacionais. No total foram 102 publicações nesta editoria. Apareceram nelas notícias sobre 30 países diferentes. A maior parte foi sobre os Estados Unidos: 24% do total, seguido por matérias sobre o Oriente Médio (10,5%), Reino Unido (8,7%) e França (8,7%). Conforme Gráfico 2.

Gráfico 3 - Países que aparecem nas publicações da revista Carta Capital em 2017 com a respectiva porcentagem da quantidade de vezes que aparecem



Fonte: A autora

Ao longo do ano, quatro reportagens de assuntos internacionais foram capas da revista.

As reportagens *O Show de Trump* e *Protecionismo, o retorno*, publicadas na edição 937 de 1º de fevereiro de 2017, foram a capa *E mais essa Trump*, como mostra a Figura 1. A reportagem *Barril de Pólvora* sobre a presença dos Estados Unidos em ação militar brasileira na fronteira com a Venezuela foi a capa da edição 967 de 30 de agosto de 2017 com a chamada *Um novo Vietnã?* Conforme Figura 2.

Figura 1 - Capa revista Carta Capital edição 937

Figura 2- Capa revista Carta Capital edição 967

Figura 3 - Capa revista Carta Capital edição 973



Fonte: Carta Capital/ reprodução

E a edição 973 de 11 de outubro de 2017 trouxe na capa a chamada *Exemplo perigoso* em referência a reportagem *Encruzilhada europeia* sobre a violência no referendo sobre a separação da Catalunha da Espanha. Conforme Figura 3.

Das 102 matérias, 11 foram sobre a América Latina, quatro delas sobre a Venezuela. As outras foram sobre cinco países. Uma sobre a América Latina como um todo, que teve como título *De volta às bananas* e falou sobre como vários países latinos estão passando por uma onda de “golpes”. A reportagem cita Brasil e Honduras como exemplo. Há uma matéria sobre o México que aborda como a eleição do presidente Donald Trump pode afetar a situação do país. Acerca do Uruguai são duas. A primeira fala da inauguração de um museu dedicado à maconha em Montevidéu e a segunda fala que a legalização da maconha no país foi um sucesso.

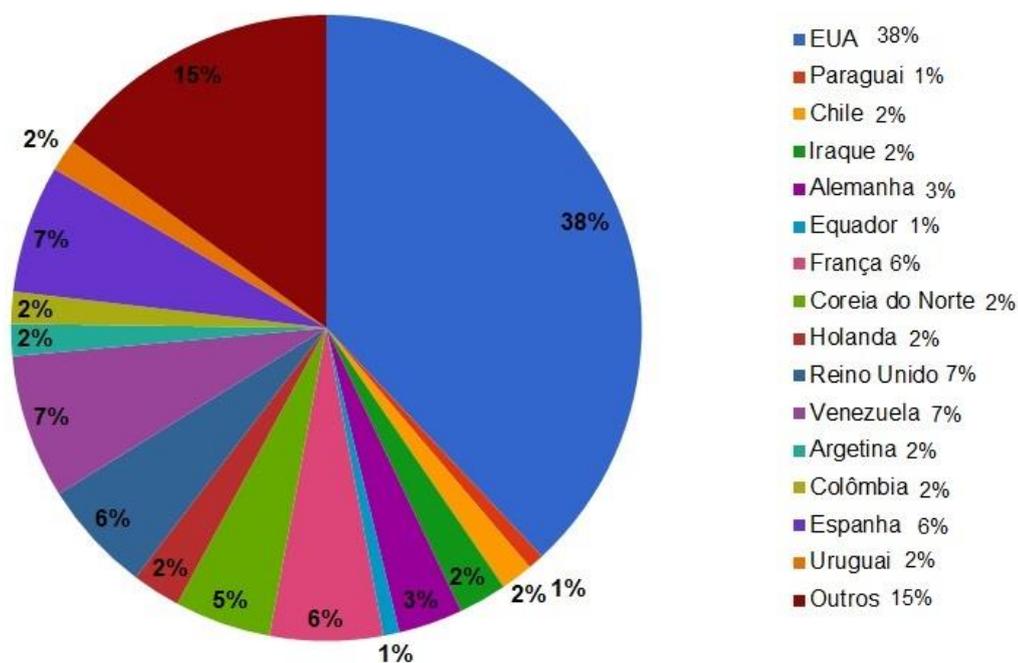
Sobre o Chile são duas matérias. A primeira fala que ainda hoje familiares procuram restos mortais de parentes desaparecidos durante a ditadura no deserto do Atacama. A outra é sobre o resultado do primeiro turno das eleições no país. A matéria fala que as pesquisas estavam erradas e levanta a suspeita de que os institutos tenham manipulado os dados para desanimar os eleitores de esquerda a irem votar, também fala que a esquerda se sobressaiu nas eleições de deputados e atribui a isso os protestos estudantis de 2011.

Cuba aparece em uma matéria sobre uma rota turística que refaz o caminho que Che Guevara percorreu. A Argentina também teve duas matérias. Uma sobre um radialista que perdeu o emprego por fazer oposição ao presidente Macri e que agora faz oposição em outra rádio. A outra com o título *Sob o comando da redação* é sobre como um jornal argentino voltou às bancas ao se tornar independente.

4.1.3 Análise Veja

Dentre as 127 reportagens publicadas na editoria internacional da *Veja* em 2017, há a abordagem de 30 países diferentes. Porém, quase 40% delas são sobre os Estados Unidos. O segundo lugar ficou com a Espanha com 6,6% das notícias e empatado em terceiro lugar Reino Unido e França com 5,8% cada. Conforme Gráfico 3.

Gráfico 4 – Países que aparecem nas publicações da revista *Veja* em 2017 com a respectiva porcentagem da quantidade de vezes que aparecem



Fonte: A autora

As 52 edições da revista tiveram notícias internacionais publicadas. Uma média de 2,4 matérias por edição. Nenhuma delas foi manchete, mas 12 receberam chamadas na capa.

Na edição 2513, de 18 de janeiro, a capa trouxe chamada sobre um dossiê do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Conforme Figura 4. Em 25 de janeiro na edição 2514, a matéria em destaque foi sobre como Trump pode ser uma ameaça à democracia (Figura 5). Em 3 de maio, a edição 2528 destaca matéria sobre os primeiros 100 dias do governo Trump (Figura 6).

Figura 4 - Capa revista Veja edição 2513



Figura 5 - Capa revista Veja edição 2514

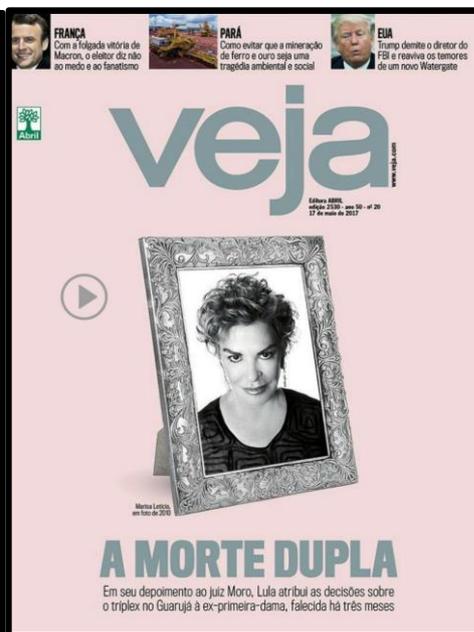


Fonte: Veja/ reprodução

Figura 6 - Capa revista Veja edição 2528



Figura 7 - Capa revista Veja edição 2530



Fonte: Veja/ reprodução

A edição 2530 de 17 de maio de 2017 trouxe chamada para as duas matérias da editoria internacional da edição. A primeira sobre a eleição de Macron para a presidência da França e a outra sobre a demissão do diretor do FBI pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Figura 7).

No dia 31 de maio, a revista trouxe na capa da edição 2532 a chamada para a matéria *O Massacre dos jovens*, sobre tiroteio em Manchester nos Estados Unidos (Figura 8). Na edição 2533 de 7 de junho, o destaque foi para matéria que fala sobre a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris (Figura 9).

Figura 8 - Capa revista Veja edição 2532 **Figura 9 - Capa revista Veja edição 2533**



Fonte: Veja/ reprodução

Em 16 de agosto, a edição 2543 chamou na capa matéria sobre como fica para os brasileiros que querem morar no exterior com as novas políticas de imigração do governo Trump (Figura 10).

Na edição 2544, de 23 de agosto, o destaque foi para duas matérias. Uma sobre a reação de Trump a onda de violência neonazista em Charlottesville e a outra sobre atentado terrorista em Barcelona (Figura 11).

Figura 10 - Capa revista Veja edição 2543



Figura 11 - Capa revista Veja edição 2544



Fonte: Veja/ reprodução

Em 15 de novembro, a edição 2556 destaca matéria sobre a questão separatista da Catalunha, na Espanha (Figura 12). E a edição 2558, de 29 de novembro, trouxe na capa chamada em relação ao sumiço de um submarino na Argentina (Figura 13).

Figura 12 - Capa revista Veja edição 2556



Figura 13 - Capa revista Veja edição 2558



Fonte: Veja/ reprodução

Mais da metade das matérias internacionais que mereceu destaque nas capas da *Veja* foram sobre os Estados Unidos. Somente uma é sobre um país da América Latina, a Argentina. Todas são assuntos bem factuais, mas com uma análise dos acontecimentos.

Das 127 matérias publicadas na editoria de internacional 22 foram sobre algum país da América Latina. Dessas, nove foram sobre a Venezuela. Nas outras 13, uma fala sobre como empresas brasileiras estão sendo atraídas para abrir no Paraguai. A notícia de que o presidente do Equador, Rafael Correa, não tentará a reeleição e isso é atribuído a questões pessoais, queda na popularidade e a operação Lava Jato.

São seis sobre a Argentina. A primeira fala que a ex-presidente Cristina Kirchner fundou um partido para concorrer uma vaga ao Senado e assim escapar da prisão. A segunda é dizendo que a popularidade do presidente Macri está crescendo devido as obra públicas realizadas. A terceira fala que Cristina Kirchner conseguiu uma vaga ao Senado, mas com uma quantidade de votos não muito expressiva. Depois há duas matérias sobre o sumiço de um submarino na Argentina. Por fim, há uma matéria sobre a condenação da ex-presidente Cristina Kirchner e de como ela não será presa por ter foro privilegiado, já que foi eleita senadora.

Sobre a Colômbia há uma matéria sobre como após o acordo com as Farc diminuíram os sequestros e assassinatos, mas que a população não está muito satisfeita com o presidente Juan Manuel Santos.

Há ainda duas matérias sobre o Uruguai, uma é sobre a renúncia do vice-presidente do país acusado de corrupção. A matéria diz que o fato deveria servir de exemplo para o Brasil. A outra fala que ainda não há dados suficientes para avaliar os resultados da legalização do uso da maconha no país, mas que há consequências negativas.

No caso do Chile, há uma matéria sobre o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais. Nela, é colocado que durante a campanha a população tinha se mostrado anti-Bachelet, agora tinha se transformado em uma disputa esquerda-direita. E outra sobre a herança deixada pela ex-presidente Michelle Bachelet para o seu sucessor.

5 AMÉRICA LATINA: O DESTAQUE DA VENEZUELA

5.1 VENEZUELA NA CARTA CAPITAL

Na *Carta Capital* foram quatro matérias sobre a Venezuela, incluindo uma que foi capa. As reportagens foram publicadas em quatro das cinco edições de agosto. Conforme Quadro 2. Neste período, foi quando o presidente do país instaurou a assembleia constituinte. As pautas da revista foram falando sobre os desdobramentos dessa constituinte.

Quadro 2 - Reportagens publicadas na revista *Carta Capital* sobre a Venezuela em 2017

Edição	Título reportagem	Repórter	Assunto	Notícia	Disponível em
2/8/2017	“As urnas ou o caos”	Victor Farinelli	Política	Convocação Assembleia Constituinte	https://www.editoraconfianca.com.br/ acesso/
9/8/2017	“A urna de pandora”	Victor Farinelli	Política	Resultado da Assembleia Constituinte	https://www.editoraconfianca.com.br/ acesso/
16/8/2017	“Caos e cerco”	Gilberto Maringoni	Política	Contextualização da Venezuela	https://www.editoraconfianca.com.br/ acesso/
30/8/2017	“Barril de Pólvora”	André Barrocal	Política	Ação de militares na fronteira com o Brasil	https://www.editoraconfianca.com.br/ acesso/

Fonte: A autora

Entre as 5.404 palavras utilizadas nas quatro notícias publicadas sobre a Venezuela, o termo que mais apareceu, como era de se esperar, é Venezuela. Quase com a mesma quantidade de repetições aparece "Maduro" e "Oposição", o que mostra que as notícias se centram sempre em uma disputa do que a oposição e o que o governo, aqui representado pelo presidente Nicolás Maduro, estão fazendo.

Para corroborar com isso, está o aparecimento das palavras "governo" e "antichavista" entre os mais citados. O que chama a atenção é a palavra "Estados Unidos" ser uma das mais usadas, mostrando como o país norte americano tem influência nas questões latinas.

Tabela 2 - Termos mais usados nas reportagens da Carta Capital sobre a Venezuela em 2017

Palavras mais usadas nas reportagens	Repetição	Porcentagem
Venezuela	30	0,55%
Maduro	28	0,51%
Oposição	24	0,44%
Governo	22	0,40%
EUA	18	0,33%
Contra	14	0,25%
antichavista	12	0,22%
Brasil	12	0,22%

Fonte: A autora

O presidente Nicolás Maduro é colocado como aquele que irá salvar o país. “Nicolás Maduro joga sua última cartada para revigorar o chavismo e impedir que o país afunde em uma guerra civil.” Além disso, ele é colocado como alguém “ousado” e “controverso” por estar convocando a Assembleia Constituinte.

Ademais, Maduro é posto como alguém que está tentando prover diálogo e falhando, isso pela falta de simpatia que tinha Chávez. É dito que caso a Constituinte seja aprovada o chavismo ganharia fôlego. Ainda é justificada a convocação da Constituinte para recuperar apoio popular.

A matéria ainda diz que desde a vitória da oposição nas eleições legislativas as coisas têm piorado no país. Os opositores são considerados impacientes por não esperarem as eleições e que estariam tentando tirar o Maduro do poder a todo custo por vias não democráticas. Por causa disso, são acusados de serem os causadores dos confrontos nas ruas e de provocarem mortes.

Além disso, é dito que uma consulta pública feita por eles pode ter sido fraudada. Mesmo assim, é usado números dessa votação para justificar que a oposição não tem tanto apoio assim. É colocado que a intenção dos antichavistas é fazer de tudo para que a votação da Assembleia não dê certo.

De acordo com a matéria, eles chegaram a pedir que, se as eleições acontecessem, os Estados Unidos punisse o país com embargo à compra de petróleo o que aumentaria a crise no país. Além dos Estados Unidos, é colocado que os opositoristas têm apoio de mais dois países, a Espanha e o Brasil, os dois justificados por interesses políticos.

Para finalizar, a ideia dos antichavistas de criar um executivo e um judiciário paralelo é criticada por ter como único objetivo a retirada de Maduro do poder.

A matéria da semana seguinte, *A urna de pandora* (Anexo B), apresenta o resultado das eleições da Assembleia Constituinte. É afirmado que por um lado o governo pode comemorar pela aderência de 40% da população. Mas que por outro a oposição irá tentar desmoralizar os resultados obtidos. A matéria finaliza dizendo que essa que poderia ser a forma de chegar a paz na Venezuela talvez tenha fracassado.

A matéria traz aspas de Maduro, do deputado e presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Julio Borges, do deputado, ex-chavista Vladimir Villegas e comunicados do Itamaraty e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Aqui há críticas à Maduro por ele não conseguir emplacar as suas ideias no exterior.

Mas as críticas são mais fortes à oposição por terem tentado boicotar as eleições dos constituintes e que por isso acabaram ficando sem representantes entre os constituintes eleitos. A estratégia adotada por eles de desqualificar as eleições também é criticada como algo que não dá certo. Apesar de afirmar que eles têm razão em reclamar já que o processo como foi posto favorecia os chavistas.

Sendo assim, a matéria diz que o que sobra de opção são as manifestações, mas que as consequências disso podem ser graves. É dito que o povo espera por um projeto político mais claro por parte da oposição. Além disso, é afirmado que eles também são responsáveis pelas mortes nas manifestações.

A próxima publicação é um artigo, e é o primeiro que tenta contextualizar o que está acontecendo na Venezuela. Chamado *Caos e cerco* (Anexo C), o texto é escrito pelo professor de relações internacionais da Universidade Federal do ABC Gilberto Maringoni, que explica a situação que está passando a Venezuela desde a crise econômica ao crescimento da oposição e a tentativa de uma constituinte.

Maduro é posto como quem está em uma situação complicada, sem apoio do Congresso e com o país em uma crise econômica. Sobre a oposição é dito que eles não divulgam o programa de governo, mas que pelo apoio internacional é possível perceber que é liberal. É afirmado que a oposição tentou dar um golpe em 2002 e que por isso estão desmoralizados.

Por fim, a última matéria *Barril de Pólvora* (Anexo D) é a que tem ligação mais direta com o Brasil. A reportagem é sobre ação de treinamento do exército brasileiro na fronteira com a Venezuela. A matéria questiona qual é o papel dos Estados Unidos nessa ação. Essa é a publicação que mais destoa das outras por não ficar apenas na questão Nicolás Maduro versus oposição e sim na relação do Brasil com a Venezuela. O Brasil é bastante criticado por está se aproximando mais dos Estados Unidos e se afastando da Venezuela.

5.2 VENEZUELA NA VEJA

A revista *Veja* publicou nove matérias sobre a Venezuela, um total de 40% das notícias sobre a América Latina, no ano de 2017. Conforme Quadro 3. A maior parte delas, quatro, foi em agosto.

Quadro 3- Reportagens publicadas na Veja sobre a Venezuela em 2017

Edição	Matéria	Repórter	Assunto	Valor-notícia	Disponível em
5/4/2017	“Madurazo, o golpe”	Angela Nunes	Política	Mudança dos poderes do legislativo para o judiciário	https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2524/
12/6/2017	“Sufocados e famintos”	Nathalia Watkins	Política	Protestos contra Nicolás Maduro	https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2538/
2/8/2017	“Golpe fatal”	Nathalia Watkins	Política	Protestos contra Nicolás Maduro	https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2541/
9/8/2017	“O ditador mora ao lado”	Johanna Nublat e Leonardo Coutinho	Política	Instauração da Assembleia Constituinte	https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2542/
16/8/2017	“Procura-se um libertador”	Duda Teixeira	Política	Tentativa de tomada de uma cidade	https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2543/
30/8/2017	“O deserto feito pelo medo”	Johanna Nublat	Política	Fim dos protestos	https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2545/
6/9/2017	“O controle pela boca”	Johanna Nublat	Política	Distribuição de cestas básicas pelo governo	https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2546/
25/10/2017	“A ditadura sem freios”	Johanna Nublat	Política	Eleições regionais	https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2553/
27/12/2017	“A mordança sem disfarce”	Johanna Nublat	Política	Retrospectiva de 2017	https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2562/

Fonte: A autora

Nas 8.380 palavras usadas nas nove matérias da *Veja* sobre a Venezuela, o termo que mais apareceu, e com uma diferença bem grande, foi “Maduro”. Depois vêm “governo”, “Venezuela”, “nacional” e “oposição”. Assim, como na *Carta Capital* as notícias se centram na disputa entre governo e oposição.

Tabela 3- Termos mais usados nas reportagens da *Veja* sobre a Venezuela em 2017

Palavras mais usadas nas reportagens	Repetição	Porcentagem
Maduro	61	0,72%
Governo	29	0,34%
Venezuela	26	0,31%
Nacional	26	0,31%
oposição / opositorista	26	0,31%
País	23	0,27%
Assembleia	21	0,25%
Constituinte / constituição	21	0,25%
Caracas	21	0,25%
Venezuelanos	18	0,21%

Fonte: A autora

A repórter descreve que o perfil dos manifestantes é bem diversificado, inclusive com depoimento de alguns deles.

Ela ainda fala sobre a convocação da Assembleia Constituinte e como o povo não concorda com isso.

A próxima matéria tem como título *Golpe Fatal* (Anexo G). A publicação dá seguimento à matéria anterior falando sobre os protestos. Nicolás Maduro é colocado como a pessoa que quer acabar com a oposição e que aparentemente ninguém consegue detê-lo.

A reportagem *O ditador mora ao lado* (Anexo H) já abre falando que a instauração da Assembleia Constituinte é o fim da democracia na Venezuela. Ainda diz que a aprovação da constituinte foi uma farsa eleitoral.

De acordo com a reportagem, como a constituinte terá mais poder que Maduro ela poderia destituí-lo, por isso ele colocou como membros da Assembléia sua mulher e filho. Destaca ainda que vários países não aprovam as medidas tomadas por Maduro.

Lembra que Maduro já havia se negado a passar por um referendo que poderia tirá-lo do poder.

A reportagem descreve a prisão do principal opositor de Maduro, Leopoldo Lopez, como algo injusto e inexplicável.

A Venezuela é comparada com o Chile de 1973, quando Pinochet deu um golpe de estado no país, porque tiveram venezuelanos pedindo asilo em embaixadas.

A reportagem *Procura-se um libertador* (Anexo I) começa mostrando como os venezuelanos admiram os militares usando de vários exemplos. Com isso, apresenta-se a tentativa de pegar o comando de uma das principais cidades pelo exército, o que não deu certo.

A oposição é colocada como enfraquecida mesmo após a libertação da prisão de vários de seus líderes.

A matéria *O deserto feito pelo medo* (Anexo J) é a primeira que apresenta fala de personagens. Ela fala que os protestos nas ruas diminuíram, mas isso porque as pessoas estão com medo.

Na matéria *O controle pela boca* (Anexo K) é dito que o governo está usando a distribuição de cestas básicas para que as pessoas não protestem. É falado que se ele quisesse resolver a questão do país teria aceitado ajuda internacional.

A matéria *A ditadura sem freios* (Anexo L) é sobre as eleições regionais na Venezuela que ocorreram em 15 de outubro de 2017.

É falado que há suspeitas de fraude nas eleições, para endossar isso é ressaltado que quem divulgou os resultados foi o Conselho Nacional Eleitoral, que seria dominado por chavistas.

É lembrado que Maduro já tinha desrespeitado as regras no passado quando evitou um referendo e adiou as eleições regionais. Afirma-se que a população não está do lado de Maduro devido aos protestos.

A oposição mais uma vez é retratada como enfraquecida devido à perda em 18 dos 23 estados e que sabiam que corriam esse risco por Maduro não ser confiável. É afirmando que o que eles ganharam foi o repúdio da população. É dito que a oposição não está conseguindo unir a população.

Por fim, a última matéria do ano *A mordaza sem disfarce* (Anexo M) é uma retrospectiva do que aconteceu em 2017. É lembrado das mortes nos protestos, cuja atribuição é dada ao governo, e de como depois da Assembleia Constituinte vários países e meios de comunicação começaram a chamar Maduro de ditador.

5.2 NOTÍCIAS SEPARADAS POR CATEGORIAS

Dessa forma é possível perceber que as matérias apresentam sempre uma visão do que o governo está fazendo. E sempre assumem um lado, ou a favor de Nicolás Maduro ou contra. Além disso, muitas matérias retratam uma Venezuela caótica e/ ou como uma ditadura. Conforme Quadro 4.

Quadro 4 - Notícias separadas por categorias

Categoria	Matéria	Revista
Pró-Maduro	As urnas ou o caos	Carta Capital
	A urna de pandora	Carta Capital
	Caos e Cerco	Carta Capital
Contra Maduro	Madurazo, o golpe	Veja
	Sufocados e famintos	Veja
	Golpe fatal	Veja
	O ditador mora ao lado	Veja
	Procura-se um libertador	Veja
	O deserto feito pelo medo	Veja
	O controle pela boca	Veja
	A ditadura sem freios	Veja
	A mordança sem disfarce	Veja
Venezuela descrita como caótica	As urnas ou o caos	Carta Capital
	Sufocados e famintos	Veja
	Caos e Cerco	Carta Capital
	A ditadura sem freios	Veja
	O ditador mora ao lado	Veja
Ditadura	Madurazo, o golpe	Veja
	Sufocados e famintos	Veja
	O ditador mora ao lado	Veja
	Procura-se um libertador	Veja
	A ditadura sem freios	Veja
	A mordança sem disfarce	Veja

Fonte: A autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o surgimento e a popularização da internet, o jornalismo tem passado por diversas transformações. Muito se fala sobre a possibilidade do fim do jornalismo, afinal qualquer um hoje pode divulgar informações com um celular. Mas o que vemos na atualidade é que, devido à proliferação das *fake News*, o jornalismo na verdade tende a ficar cada vez mais forte. Quando se fala de assuntos internacionais, então, a questão da boa apuração ainda se sobressai, já que os assuntos estão tão distantes do leitor. Apesar disso, é inegável que o jornalismo como o conhecemos passa por uma crise estrutural. São muitos veículos fechando as portas e profissionais sendo demitidos, então é visível que a profissão tem desafios a serem enfrentados.

Este trabalho se propôs a analisar duas questões do jornalismo que sofrem muito com essa crise: jornalismo de revista e jornalismo internacional. O primeiro enfrenta o desafio da migração para os meios digitais. O segundo se encontra no dilema dos altos gastos. Um correspondente internacional custa caro, por isso a maioria dos jornais abastece a editoria de internacional com notícias das agências de notícias.

O problema é que as principais agências de notícias são norte-americanas e europeias, o que nos traz a informação sob um ponto de vista dessas culturas, até mesmo porque a mesma notícia divulgada para o Brasil é a que é divulgada em outros países. As perguntas que fizemos foi que países da América Latina receberam mais atenção das revistas aqui analisadas e quais foram os enquadramentos e representações desses países.

Em um mundo globalizado, em que o que acontece em um país atinge direta e indiretamente outros países, ter conhecimento sobre o que se passa em outras regiões é fundamental. Se levarmos em conta os critérios de noticiabilidade defendidos por Wolf, a proximidade e relevância da América Latina deveriam fazer

parte das pautas internacionais no país. Afinal, o Brasil faz parte da América Latina, tem diversos acordos econômicos com a região e os cidadãos brasileiros têm livre circulação entre os países membros do Mercosul.

Porém, o que a análise feita mostra é um cenário bastante diferente. As revistas brasileiras analisadas, apesar de dedicarem espaço para a cobertura internacional acabam por focar apenas nos Estados Unidos. Afinal, é sobre eles quase a metade das publicações do ano de 2017 e dos destaques nas capas. Questões relativas à América Latina são deixadas de lado, e torna-se prioritário enfatizar as notícias relacionadas à Europa e Estados Unidos. Quando a América Latina é abordada, a minoria de países ganha espaço, sendo que muitos nem sequer aparecem na agenda midiática.

As notícias destacadas pela *Veja* sobre a América Latina são em sua maioria assuntos bem factuais, como eleições e o sumiço do submarino na Argentina. A maior parte das matérias é negativa. Mas também tem algumas positivas, porém isso só quando falando, por exemplo, do governo Macri na Argentina que tem uma postura mais neoliberal.

Já na *Carta Capital* há menos matérias sobre a América Latina, mas os assuntos são mais positivos e diversificados. Porém, assuntos factuais como eleições e o próprio sumiço do submarino ficam de fora. A revista assume um lado claro de esquerda ao, por exemplo, usar um enquadramento diferente para noticiar o resultado da eleição no Chile. O mesmo fato é noticiado sobre perspectivas diferentes por ambas as revistas. Enquanto *Veja* diz que a vitória é inegável da direita, *Carta Capital* fala que a maioria dos deputados eleitos foi de esquerda e diz que os institutos de pesquisa interferiram no resultado presidencial.

Outro assunto que chama a atenção pelas diferentes abordagens é a liberação da maconha no Uruguai. Enquanto *Carta Capital* diz que foi um sucesso, a *Veja* encontra problemas.

O país que mais aparece em ambas às revistas é a Venezuela, reduzindo a América Latina a um único país, o que é explicado pela crise que a Venezuela passa. Todas as matérias tratam de assuntos políticos e ficam bem centradas nas questões relativas ao governo. Mas apesar de ser o país mais tratado, as informações sobre o que está acontecendo lá não ficam bem claras.

Ambas as revistas são bastante opinativas e escutam poucas fontes, às vezes nenhuma, e a maioria não há personagens. Também não há pontos de vistas contrários e muitos dos dados apresentados não se explica qual a fonte. Apesar de todas as matérias serem assinadas, só é apresentado o ponto de vista do repórter. Além disso, não fica claro como é o processo de apuração das notícias, o que requer uma maior investigação. Muito por causa disso, pode ser que nos deparamos com duas Venezuelas diferentes nas duas revistas aqui analisadas.

No caso da *Veja* o país é representado como caótico e sem esperança. Como mostrado na análise, as notícias se centram no Nicolás Maduro, que é muito criticado. Todas as ações dele são tidas como que para fazer uma ditadura no país. Inclusive, a revista trata o país como não mais uma democracia. É bastante reforçado os protestos de rua para dizer que o presidente não tem aprovação e é sempre levantado que há fraudes nas eleições. A oposição representada como enfraquecida e que por isso não consegue tirar Maduro do poder.

Na *Carta Capital*, nos deparamos com um país diferente. Nicolás Maduro é colocado como alguém que está tentando melhorar a situação do país, mas que a oposição e os Estados Unidos não estão contribuindo. Em nenhum momento o presidente é tratado como ditador. Ao invés disso, a oposição é colocada como quem está querendo dar um golpe, já que é dito que eles não querem esperar as eleições. As mortes nos protestos são atribuídas em parte à oposição.

Tudo isso, faz com que essa região seja omitida e silenciada. Observa-se que mais de 30 anos após o relatório MacBride ainda não temos uma comunicação igualitária sobre a América Latina. A região continua a ser menos importante para os

jornais. A importância de se saber sobre questões relativas à região só fica clara agora, quando tantos refugiados venezuelanos estão cruzando a fronteira com o Brasil e os brasileiros estão tendo que lidar com a situação mais diretamente.

Toda essa situação e a má informação sobre a questão contribuíram para que a Venezuela fosse usada como moeda nas eleições brasileiras. Muito se falou sobre a possibilidade de o Brasil virar uma Venezuela, mas em nenhum momento se discutiu se isso seria possível de acontecer e quais propostas eleitorais que poderiam levar a isso.

Para além disso, a má informação sobre a América Latina só dificulta a união do continente. O novo governo eleito no Brasil já anunciou que priorizará as relações com os Estados Unidos e União Europeia. Nesse cenário que os brasileiros continuam desinformados sobre seus vizinhos e não há muito como que as coisas serem diferentes.

O jornalismo de revistas, claramente assume-se um lado, não contribui para que os brasileiros se informem bem. As publicações pouco contextualizaram a situação e, apesar de ter matérias de fôlego, elas não trazem explicações de especialistas. Contudo, é possível perceber que elas ainda mantêm a visão crítica dos fatos como tradicionalmente é o jornalismo de revista.

Com isso, percebe-se que tanto o jornalismo internacional quanto o de revista enfrentam grandes desafios para conseguir se manterem no mercado.

REFERÊNCIAS

ABOUT US. Associated Press. Disponível em: <<https://www.ap.org/about/>> Acesso em 10 out 2018

ABOUT US. Thomson Reuters. Disponível em: <<https://www.thomsonreuters.com/en/about-us.html>> Acesso em: 10 out 2018

AGNEZ, Luciane Fassarella. **Identidade profissional no jornalismo brasileiro: a carreira dos correspondentes internacionais**. Brasília: UnB, 2014. 372p.

AGUIAR, Pedro. Por uma História do Jornalismo Internacional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 6, 2008, Niterói.

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. **Sistemas Políticos De América Latina: América Del Sur** Vol. 1 quarta edição. Tecnos

ASSOCIADOS. Associação Nacional dos Editores de Revistas, 2018. Disponível em:<<https://www.aner.org.br/associados>> acesso em: 2 nov 2018

Apesar de queda geral, revistas crescem em digital. Meio e Mensagem. 2018. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/ultimas-noticias/2018/03/19/apesar-de-queda-geral-revistas-crescem-em-digital.html>> acesso em 6 out 2018

BARBOSA, Alexandre. A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira, USP, 2005

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, São Paulo, 2016.

BARZOTTO, Valdir. Leitura de revistas periódicas: forma, texto e discurso: um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976), Unicamp, 1998

BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. A HISTÓRIA DAS REVISTAS NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O SEGMENTADO MERCADO EDITORIAL. **Plural**, Tubarão/ SC, n. 4, p. 1-23, jul. 2010. Disponível em:

<http://paginas.unisul.br/agcom/revistacientifica/edicao_atual.htm>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BARREIROS, Tomás Eon; AMOROSO., Danilo. Jornalismo estrábico: Veja e Carta Capital na cobertura do “escândalo do mensalão”. **PERSPECTIVAS DE LA COMUNICACIÓN**, Chile, v. 1, n. 1, p. 120-131, jan. 2008.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 71-98, jul./dez. 2011.

BOYD-BARRETT, Oliver; RANTANEN, Terhi (Ed). The globalization of news. Londres: Sage, 1998

BRASIL. Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 fev. 2018. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/02/2018&jornal=515&pagina=3&totalArquivos=126>> Acesso em: 7 out 2018

CANCLINI Néstor García and VENITE, Ana. **Culturas da Ibero-América diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento**. [s.l.]: Moderna, 2003.

CARVALHO, Lucas Borges de. **Direito e barbárie na conquista da América indígena**. [s.l.: s.n., s.d.].

CERIONI, Clara. O presidente pode decidir para onde vai a publicidade oficial? Revista Exame, 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/o-presidente-pode-decidir-para-onde-vai-a-publicidade-do-governo/>> acesso em: 2 nov 2018

CIRCULAÇÃO. Associação Nacional dos Editores de Revistas, 2014. Disponível em: <<https://www.aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao>> acesso em: 2 nov 2018

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL), **La ineficiencia de la desigualdad**. Síntesis (LC/SES.37/4), Santiago, 2018. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/node/46037>> acesso em: 3 set 2018

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL), **Observatorio Demográfico**, 2016 (LC/PUB.2017/3-P), Santiago, 2016. Disponível em <<https://www.cepal.org/pt-br/node/41629>> acesso em: 3 set 2018

CORAZZA, Felipe; MESQUITA, Lígia. Crise na Venezuela: o que levou o país vizinho ao colapso econômico e à maior crise de sua história. BBC Brasil, Londres, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515>> Acesso em: 3 nov 2018

Crise de revistas: Caras fecha redação no RJ e VIP vira seção da Exame. Comunique-se. 2018. Disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/crise-de-revistas-caras-fecha-redacao-no-rj-e-vip-vira-secao-da-exame/?info-manchete>> acesso em 7 out 2018

CUÉ, Carlos E. e LAFUENTE, Javier. **América Latina vive o fim da era dourada da esquerda no poder**. El País, 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/27/internacional/1456608633_490106.html> acesso em: 3 set 2018

DAFLON, Verônica Toste; FERES Jr., João. Ação afirmativa na revista Veja: estratégias editoriais e o enquadramento do debate público. Revista Compólitica, n. 2, vol. 2, ed. jul-dez, ano 2012

DAMINELLI, Camila, Revistas semanais e perspectivas da História do Tempo Presente no Brasil: uma resenha de Um país impresso, revista de história, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 525-530, 2016. Disponível em: <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/viewFile/2923/2285>> acesso em: 12 set 2018

'Época', em novo projeto, sai também com 'Globo' e 'Valor'. Valor Econômico, 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/5354221/epoca-em-novo-projeto-sai-tambem-com-globo-e-valor>> acesso em: 2 nov 2018

EXPEDIENTE. Revista Veja. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/expediente-veja/>> Acesso em: 20 set 2018

F. Dorin, D. Perrotti y P. Goldszier, **Los números índices y su relación con la economía, Metodologías de la CEPAL**, N° 1 (LC/PUB.2018/12-P), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2018. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/node/46996>> acesso em: 3 set 2018

FENAJ. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em:
<http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf> acesso em: 27 out 2018

FERRAZ, Vinicius Suzigan. Teorizando ideologia nas revistas Veja e CartaCapital. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39, 2016, São Paulo, Anais, Umesp

FÜRSICH, Elfriede. **O problema em representar o Outro: mídia e diversidade cultural.** Parágrafo, v. 4, n.1, p. 51-61. jan-jun 2016

GARCÍA, Joaquín Torres. Universalismo Construtivo, Buenos Aires: Poseidón, 1941

GUIMARÃES, Thiago. Brasileiro despreza identidade latina, mas quer liderança regional, aponta pesquisa. BBC Brasil, 2015. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151217_brasil_latinos_tg>
acesso em: 19 mai 2018

GUZZO, J.R. Dinheiro Sujo. Revista Veja, 2018. Disponível em:
<<https://veja.abril.com.br/politica/dinheiro-sujo/>> acesso em: 2 nov 2018
IstoÉ 35 anos. 2011. Disponível em:
<https://istoe.com.br/162517_ISTOE+35+ANOS/> acesso em: 2 nov 2018

ILABACA, Arturo; LUCERO, Patrício; PINEDA, Martín. ¿Creer para ver o ver para creer? Consumo de medios y aprobación presidencial en Chile. Observatorio (OBS*) Journal, vol.4 - no1 (2010), 349-377

ITAMARATY. Nota 255, de 5 de agosto de 2017. Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul. Disponível em:
<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico>> Acesso em: 7 out 2018

JUNIOR, Alfredo E. Vizeu Pereira. Jornalismo e representações sociais: algumas considerações. **Famecos**, Porto Alegre, n. 30, p. 31-38, ago. 2006.

LEITE, Flora. **Decidindo o que é notícia: 17 anos depois.** In 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2017, ECA/USP, São Paulo.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública/ walter lippmann**: Clássicos da Comunicação Social. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 350 p.

LOPES, Aristeu. As modas de berlim: a guerra franco-prussiana nas ilustrações do periódico fluminense Semana Illustrada (1870-1871). *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.34, 2009

MANIFESTO. Revista Carta Capital, 2013. Disponível em:
<<https://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>> Acesso em: 3 nov 2018

MARQUES, Márcia. As mudanças nas rotinas de produção das agências de notícias com a consolidação da internet no Brasil. Brasília, 2005.

MARQUEZ, Gabriel Garcia. Nobel lecture. 1982. Disponível em: <
<https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1982/marquez/25603-gabriel-garcia-marquez-nobel-lecture-1982/>> acesso em: 1º out 2018

MELO, José Marques de. MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. *LOGOS 28: Globalização e comunicação internacional*. Ano 15, 1º semestre 2008, p. 42-59

MESQUITA, Flávio. As fontes jornalísticas no Caso Dossiê – uma análise de enquadramento da cobertura das revistas Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital. Bauru, 2008. Disponível em: <<https://www.faac.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Comunicacao/DissertacoesDefendidas/flavio.pdf>> acesso em: 12 set 2018

MÍDIA KIT CARTA. Revista Carta Capital. Disponível em:
<<https://www.cartacapital.com.br/anuncie/midia-kit-outubro-2018>> Acesso em 10 out 2018

Mídia Kit IstoÉ. Editora Três, 2018. Disponível em:
<http://www.editora3.com.br/downloads/2018/midiakit_istoe.pdf> acesso em 2 nov 2018

MÍDIA KIT VEJA. Editora Abril. Disponível em:
<http://publiabril.abril.com.br/midia_kits?brand=Veja> Acesso em 2 out 2018

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Refúgio em números, 3, 2018. Disponível em:
<<http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em>

numeros_1104.pdf> Acesso em: 20 set 2018

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004. 125 p.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005

PEREIRA, Fábio Henrique e ADGHIRNI, Zélia Leal, **O jornalismo em tempo de mudanças estruturais**. Rio Grande do Sul. Intexto, v. 1, n. 24, p. 38-57, jan/jun 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12443/1/ARTIGO_JornalismoTempoMudancas.pdf> acesso em: 12 set 2018

PORTAL CONSULAR. Rede consular do Brasil. Disponível em: <<http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/rede-consular>> acesso em: 8 dez 2018

PORTO, Mauro P. A Pesquisa sobre a recepção e os efeitos da mídia: Propondo um enfoque integrado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26, Belo Horizonte, 2003, UnB

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia e política. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 26, 2002, Caxambu/ MG

PRADO, Antonio. **O desenvolvimento na América Latina depois da crise financeira de 2008**. Revista Tempo do Mundo, v. 3, n. 3, dez. 2011

PRADO Maria Lígia Coelho and PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. [s.l.]: Editora Contexto, 2014.

PRODUCTOS. Agencia EFE. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/espana/productos/130>> Acesso em: 10 out 2018

Retrospectiva - 1998: O ano em que o Brasil quebrou. Revista Época, 2002. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG51465-6009,00-O+ANO+EM+QUE+O+BRASIL+QUEBROU.html>> acesso em 2 nov 2018

RUSKY, Renata Silveira. **O perfil e a rotina de correspondentes internacionais**. 2013. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SCARDOELLI, Anderson. Grupo Abril encerra títulos e demite mais de 200. *Comunique-se*. 2018. Disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/grupo-abril-encerra-titulos-e-demite-mais-de-200/>> acesso em 6 out 2018

SCALZO, Marília. **Jornalismo em revista**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2011. 111 p.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. 528 p.

SILVA, Carlos E. L. da. **Correspondente internacional**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Luiz Martins da. Sociedade, Esfera Pública e Agendamento. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Claudia (orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, Editora Vozes, 2010.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. A cobertura jornalística de fronteiriços e favelados – narrativas securitárias e imunização contra a diferença. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. 35, núm. 1, enero-junio, 2012, pp. 75-92 Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo

SOBRE A AFP. Agence France Presse. Disponível em: <<https://www.afp.com/pt/agencia/afp-em-datas>> Acesso em: 10 out 2018

SOBRE NÓS. Editora Três. Disponível em: <<http://www.editora3.com.br/sobrenos.php>> acesso em: 2 nov 2018

SOUTO, Fhoutine Marie Reis. Desafios para a análise do jornalismo internacional. **Aurora**, São Paulo, n. 7, jan. 2010. Disponível em: <www.pucsp.com.br/revistaaurora>. Acesso em: 19 abr. 2018.

SOUZA, Ailton. **América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história**. Macapá. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, 2011.

SQUIRRA, S.; ESPIRIDIDÃO, Maria Cleidejane. A hegemonia norte-americana nas agências internacionais de notícias audiovisuais. Evidências na cobertura jornalística da catástrofe do Haiti. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 84-108, jul./dez. 2012.

VEGH. **Fiscal Adjustment in Latin America and the Caribbean: Short-Run Pain, Long-Run Gain?** [s.l.]: Unspecified, 2018.

VILLALTA, Daniella. O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 25, 2002, Salvador. Anais. Rio grande do norte, UNP, 2002.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa.** 1 ed. Brasil: Wmf Martins Fontes, 2003. 295 p.,

PEREGRINO, Nadja. **O cruzeiro e a revolução da fotorreportagem.** 1 ed. [S.L.]: Dazibao, 2011. 109 p.

ZEHLE, Soenke. **New World Information and Communication Order,** 2012

**APÊNDICE A - QUADRO DE NOTÍCIAS PUBLICADAS NA REVISTA CARTA
CAPITAL EM 2017 NA EDITORIAL NOSSO MUNDO**

Edição	Capa	Matéria	País
934 - 11/1/2017	Massacre amazônico	O museu da erva Presidente contra presidente	Uruguai EUA
935 - 18/1/2017	O crime bem organizado	Perto demais dos EUA A megera domada	EUA e México França
936 - 25/1/2017	O xerife	O mundo atrás do espelho Revolução a sete palmos	Suíça Irã
937 - 1º/2/2017	E mais essa Trump	O Show de Trump Protecionismo, o retorno A China, dona da bola	EUA EUA China
938 - 8/2/2017	Os banqueiros e o Brasil	Aprendizes de feiticeiro	EUA
939 - 15/2/2017	Escárnio	Ou vai ou racha Na capital da Trumplândia	França EUA
940 - 22/2/2017	Desordem e regresso	O aprendiz de feiticeiro O revide de erdogon	EUA Turquia
941 - 1º/3/2017	Temer, o vulnerável	Manifesto facebookrático A internacional nacionalista	EUA Inglaterra
942 - 8/3/2017	Esta é a questão	Narciso se afoga Apocalipse em pauta O bilionário por trás da ruptura	Itália EUA EUA
943 - 15/3/2017	Os marajás ainda...	Cortinas de fumaça A Vaticano a beira da guerra civil	EUA Turquia
944 - 22/3/2017	Socorro	O dia da caça A primeira-filha	Rússia EUA
945 - 29/3/2017	Carne ao fogo	Condenados ao Brexit O preço da desunião	Reino Unido França
946 - 5/4/2017	Caça a Temer	A direita de ressaca Os amigos americanos A vitória do jornalismo	EUA EUA França

947 - 12/4/2017	O que sobrou do PSDB	De volta as bananas	América Latina
		O retorno do sultonato	Turquia
948 - 19/4/2017	Titanic	Lembranças de 1917	Rússia
949 - 26/4/2017	Os pecadores	Possibilidades impossíveis	França
		A cara jovem da nova direita	França
		A vitória da Fleuma	Inglaterra
950 - 3/5/2017	Os golpistas acuados	Macron, e depois?	França
		Surrealpolitik	Inglaterra
951 - 10/5/2017	Desgoverno	A mãe de todos os erros	Oriente Médio
		Os limites do poder	EUA
952 - 17/5/2017	O juiz refém	O 18 brumário de Emmanuel Macron	França
953 - 25/5/2017	Direitas já	Erros e crimes	EUA
		Quando a esquerda chama-se esperança	Itália
954 - 31/5/2017	Edição especial: ?	Cannes e o futuro do cinema	França
		Diplomacia de fake news	Oriente Médio
955 - 7/6/2017	O homem bomba da mala	Declaração de independência	Europa
956 - 14/6/2017	Carnificina	A trumpificação do Catar	Oriente Médio
		É hora de despoluir as redes sociais	EUA
957 - 21/6/2017	Eles se riem do Brasil	A dama de ferrugem	Europa
		Afogados em informação	Inglaterra
958 - 28/6/2017	Todos os homens do capo	Ponto de inflexão	Oriente Médio
		Palestinos: verdades e mitos	Palestina
959 - 5/7/2017	Presidente botafogo?	Um cheiro de 1914	Oriente Médio
		A hora da partilha	Oriente Médio
960 - 12/7/2017	Suprema piada	Desagregação globalizada	G20
		Al-jazeera: o alvo	Catar
961 - 19/7/2017	A casa grande faz a festa	Mais um legado de Robert Capa	Espanha
962 - 26/7/2017	Temer custa caro	O inverno domina	EUA
		O EI em outro patamar	Oriente Médio

		A reprodução das castas	Estados Unidos
963 - 2/8/2017	A oligarquia Tucana	As urnas ou o caos	Venezuela
		Nie, nie, nie	Polônia
964 - 9/8/2017	2018?	A urna de Pandora	Venezuela
		Roupa suja na Casa Branca	EUA
965 - 16/8/2017	Espezinhados	Caos e cerco	Venezuela
		Exército de Zumbis	País de Gales
966 - 23/8/2017	Desastre	A voz da Consciência	Argentina
		Pode ser a ota d'água	EUA
		Brincando com fogo	EUA e Coreia do Norte
967 - 30/8/2017	Um novo vietnã?	Barril de pólvora	Venezuela
		Gretas no império	EUA
968 - 6/9/2017	A festa da independência	Nacionalismo de risco	Oriente Médio
969 - 13/9/2017	A pátria dos ladrões	O rato que ruge	Coreia do Norte
970 - 20/9/2017	Vergonha	O azul e o verde	Marrocos
		Adéu Espanya?	Espanha
		Futuro vitoriano	EUA
		O risco de um inverno tenso	Reino Unido
971 - 27/9/2017	O naufrágio do Brasil	Antes tarde do que nunca	Palestina
		A caminho da teocracia	Israel
972 - 4/10/2017	O paraíso dos super-ricos	Sinal fechado para o Uber	Reino Unido
		Os caminhos já trilhados	Alemanha
973 - 11/10/2017	Exemplo Perigoso	No silêncio do deserto	Chile
		O Che passou por aqui	Cuba
		Encruzilhada europeia	Espanha
974 - 18/10/2017	Milagre brasileiro	A espera de um erro	Rússia
975 - 25/10/2017	Dom Casmurro x Botafogo	O império irresponsável	EUA
		O Estado Palestino é um egodo	Palestina
976 - 1º/11/2017	Brasileiros, preparam-se...	O nacionalismo é o outro	Espanha

977 - 9/9/2017	Yes, nós somos bananas	O novo livrinho vermelho	China
		Jogo de rato e gato	Espanha
978 - 15/11/2017	A modernização de Temer	Sob o comando da redação	Argentina
		Guerra dos Tronos	Arábia Saudita
		O inferno são eles	Inglaterra
979 - 22/11/2017	O futuro do Brasil	Os bons selvagens	Nova Zelândia
		O sequestro do primeiro-ministro	Líbano
		Fascismo, o retorno	Polónia
980 - 29/11/2017	O voto inútil	A sombra de 2011	Chile
		Renúncia a renúncia	Oriente Médio
981 - 6/12/2017	Lula contra o mercado global	A copilota também sumiu	Alemanha
		A volta da bolha assassina	EUA
		Cem anos de prepotência	Palestina
982 - 13/12/2017	O senhor caoa aposta no Brasil	A hora dos incendiários	Oriente Médio
983 - 20/12/2017	Começou o golpe dentro do golpe	Legal e rentável	Uruguai
		Presentes de amigo secreto	Oriente Médio
984 - 27/12/2017	Que esperar de 2018?		

**APÊNDICE B - QUADRO DE NOTÍCIAS PUBLICADAS NA REVISTA VEJA EM
2017 NA EDITORIAL INTERNACIONAL**

Edição	Capa	Matéria	País
2511 - 4/1/2017	Marcela Temer, a aposta do governo	A bolha de Trump	EUA
2512 - 11/1/2017	A explosão da barbárie nas prisões brasileiras	Trump desafia a inteligência	EUA
		Por que o Paraguai atrai tantas empresas brasileiras	Paraguai
		Péssimo sinal	EUA
		Promotores de ódio	Turquia
2513 - 18/1/2017	Vem ai, outra megadelação	O bunga-bunga de um milionário	EUA
		Ela não foi mesmo adorável	EUA
		Todos contra o terror	Iraque
2514 - 25/1/2017	Perdem o país, o judiciário e a lava-jato	E agora, democracia?	EUA
		Temporada de tensão no ar	EUA
		A saia-justa de Trump	EUA
		A miopia de Davos	EUA
		Alerta é mentira!	Alemanha
		O melhor lugar da quadra é a sua casa	EUA
2515 - 1º/2/2017	Procurado	Realidade paralela	EUA
		Inferno na Torre	EUA
2516 - 8/2/2017	Acerela, Fachin	O trator Trump	EUA
		Um paraíso e adeus?	EUA
2517 - 15/2/2017	Lava-jato	Os estrategistas de Trump	EUA
		Sai mais um	Equador
		Uma alternativa à direita populista	França
2518 - 22/2/2017	Eles não estão nem ai	O fim de Felym é só o começo	EUA
		Laços de sangue e de morte	Coreia do Nor
		Corrupção com tete	Romênia
		Um nó na moda	EUA
2519 - 1º/3/2017	O casal imbatível	A batalha papal	Vaticano
		Bye bye sonho americano	EUA
2520 - 8/3/2017	A chapa esquentou	Uma oportunidade para o Brasil	EUA
		A ONU está com medo	Holanda
2521 - 15/3/2017	Depois da maior recessão da história	Assombrada pela eleição	EUA
		Não está com a bola toda	Holanda
		Saída rápida	Coreia do Sul
2522 - 22/3/2017	Duro de engolir	Ponte para a separação	Reino Unido

		Alívio na Europa	Holanda
		Um álibe força	EUA
2523 - 29/3/2017	A implosão da carne	A ciberespionagem compensa	EUA
		A estratégia do medo	Inglaterra
2524 - 5/4/2017	A vez de Aécio	Madurazo, o golpe	Venezuela
		A aprendiz da Casa Branca	EUA
		Saída à inglesa	Reino Unido
2525 - 12/4/2017	Eu sofri assédio sexual	E Trump vai a Guerra	Síria
2526 - 19/4/2017	Com a goela muito aberta	Choque de civilizações	Síria
		Fora do sistema	França
2527 - 26/4/2017	Acabou	Doutrina sem doutrina	Coreia do Nor
		Ainda mais decidida	Inglaterra
		A Turquia é a nova Venezuela	Turquia
2528 - 3/5/2017	Meia greve contra meia reforma	100 dias de turbulência	EUA
		Globalização ou nacionalismo	França
2529 - 10/5/2017	O primeiro encontro cara a cara	Renasce a praga do nacionalismo	França
		Cobertor custa	EUA
2530 - 17/5/2017	A morte dupla	Ele não pode falhar	França
		Os ecos de Watergate	EUA
2531 - 24/5/2017	Basta	Os segredos da Casa Branca	EUA
2532 - 31/5/2017	A Saída	O massacre dos jovens	Inglaterra
2533 - 7/6/2017	O futuro de Temer depende deles	Trump não é deste mundo	EUA
2534 - 14/6/2017	Agora é guerra	O presidente mentiu	EUA
		A velha rixa	Oriente Médio
		Mais fraca	Inglaterra
2535 - 21/6/2017	Todos no mesmo barco	O pesadelo de Putim	Rússia
		Chegou nele	EUA
		Em marcha rápida	França
		Que venham os brasileiros	Portugal
2536 - 28/6/2017	O presidente encolheu	Governantes fofos	França
		De volta ao palco	Argetina
2537 - 5/7/2017	O novo enigma da lava-jato	A Colômbia em seu labirinto	Colômbia
		Nas mãos do gigante	China
		A verdade sofre	EUA

2538 - 12/7/2017	A história do bebê sem história	Sufocados e famintos Tem missil nações	Venezuela Coreia do Nor
2539 - 19/7/2017	Edição especial Culpado	O terror pede terror Um filho bomba	Iraque EUA
2540 - 26/7/2017	O novo mundo do autismo	Menor dos que os outros Por baixo da Arábia	EUA Arábia Saudita
2541 - 2/8/2017	Gangues digitais	Scaramucci na Casa Branca O paradoxo de Varsóvia Golpe fatal O adulto do Brexit	EUA Polônia Venezuela Inglaterra
2542 - 9/8/2017	Começa o outro governo Temer. Só que pior	O ditador mora ao lado Com as asas cortadas	Venezuela EUA
2543 - 16/8/2017	O avanço das cotas	Procura-se um libertador O sonho ficou mais longe	Venezuela EUA
2544 - 23/8/2017	A dor de uma marca trágica	Um presidente incendiário Terror na Catalunha	EUA Espanha
2545 - 30/8/2017	O juiz que discorda do Brasil	O deserto feito pelo medo De volta aos velhos métodos	Venezuela Espanha
2546 - 6/9/2017	Revolução na cura do câncer	O controle pela boca Cada vez melhores	Venezuela Coreia do Nor
2547 - 13/9/2017	Enfim, cai o silêncio petista	Vai ter guerra?	Coreia do Nor
2548 - 20/9/2017	República de quadrilhas	Um silêncio imoral Mais do que cuecas	Mianmar Uruguai
2549 - 27/9/2017	De mãos dadas com a inteligência artificial	A mesmice que dá certo	Alemanha
2550 - 4/10/2017	Suspeita bilionária	Não passarão Separar não é moleza Um fez, outro faz	Alemanha Espanha EUA
2551 - 11/10/2017	A ameaça Bolsonaro	Uma epideia bestial Todos saíram perdendo	EUA Espanha
2552 - 18/10/2017	Meu filho é trans	Reengenharia comunista Foi, mas não foi	China Espanha
2553 - 25/10/2017	Avança o acordão da vergonha	A receita de Macri No limite da loucura A volta do terror	Argentina EUA Somália

		A ditadura sem freios	Venezuela
2554 - 1º/11/2017	A revolução dos carros sem motorista	Baixou a pelota	Argentina
		Entre Mao e Deng	China
2555 - 8/11/2017	A política que assusta	Está ficando cada vez mais pior	EUA
		O rastro do terror	EUA
		Para entrar nos eixos	Espanha
2556 - 15/11/2017	O poder fulminante das redes sociais	Em busca da alma	Espanha
		Poderoso e paranóico	Arábia Saudita
2557 - 22/11/2017	Como é ser negro no Brasil	Millionários contra Trump	EUA
		Sucessão frustrada	Zimbábue
2558 - 29/11/2017	Os novos ricos da Lava-jato	Uma agulha no oceano	Argentina
		A volta da ideologia	Chile
2559 - 6/12/2017	O voo dos tucanos	A voz do Kremlim	Rússia
		Nação em negação	Argentina
2560 - 13/12/2017	A bomba de Palocci	Fábrica de enrosco	EUA
		Escapando da cadeia	Argentina
2561 - 20/12/2017	O drama de um gênio brasileiro	O que fica do modelo	Chile
2562 - 27/12/2017	“Tem que manter isso ai, viu?”	Por um mundo mais global	EUA
		O atropelo da intolerância	EUA
		O ditador bombástico	Coreia do Nor
		O novato e a veterana	Alemanha
		Muito barulho por nada	Espanha
		Derrotados e perigosos	Iraque
		A epopeia dos sem-pátria	Mianmar
		A mordaza sem disfarce	Venezuela
		Verdinha, cheirosa e estatal	Uruguai



As urnas ou o caos

VENEZUELA Nicolás Maduro joga sua última cartada para revigorar o chavismo e impedir que o país afunde em uma guerra civil

POR VICTOR FARINELLI

No domingo 30, os venezuelanos irão às urnas para decidir se aceitam ou não a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que pretende reformar a atual carta magna, nascida por inspiração de Hugo Chávez. É uma tentativa, ousada e controversa, do presidente Nicolás Maduro para

revigorar o chavismo, tirar o país do impasse e afastar o risco de uma guerra civil.

As sucessivas tentativas de diálogo propostas pelo governo ao longo deste ano, uma delas com a intermediação de um representante do papa Francisco, fracassaram. O clima tem piorado desde a vitória da oposição nas eleições legislativas de 2015. O resultado parecia

antecipar o ocaso do bolivarianismo, mas faltou paciência aos antichavistas. Em vez de esperar a disputa presidencial em 2019 e promover uma alternância de poder dentro das regras democráticas, os opositores passaram a apostar com mais frequência e de forma cada vez mais violenta na remoção imediata de Maduro. O recrudescimento do



Ousadia. Enquanto os opositores ocupam as ruas e enfrentam as forças oficiais, Maduro tenta convencer os chavistas desiludidos a aprovar a Assembleia Constituinte

nacionais, 364 territoriais e 181 setoriais, entre eles representantes sindicais, líderes comunitários, camponeses, pescadores, indígenas, estudantes, empresários, aposentados e deficientes físicos. A oposição decidiu não participar da Assembleia Constituinte. Alega que o objetivo é ampliar a hegemonia chavista na Venezuela e justificar a instalação de uma ditadura.

Em busca de recuperar apoio popular, o Partido Socialista Unido da Venezuela, conglomerado político do chavismo, tem uma pequena lista de tarefas a cumprir. A mais importante: modernizar a economia e diminuir a extrema dependência da receita com exportação de petróleo. Outra missão vital é tornar constitucionais as chamadas "Missões Socialistas", por meio das quais o chavismo construiu sua base política territorial nas pequenas cidades e nas periferias dos grandes centros urbanos. Dessa maneira, caso a oposição vença as eleições em 2019, as estruturas chavistas não seriam desmontadas.

A aprovação significaria recolocar as comunidades e as periferias no centro do tabuleiro. A perda desses territórios levou o governo a sofrer derrota nas eleições legislativas de 2015, quando o chavismo perdeu mais de 1 milhão de votos. Os eleitores tradicionais da Revolução

discurso opositorista provocou uma reação não menos arbitraria do governo. Resultado: os confrontos nas ruas provocaram mais de cem mortes, nem todas, como notícia parte da mídia internacional, obra das forças públicas. Manifestantes foram queimados vivos por antichavistas sob a acusação de serem infiltrados de Maduro.

O maior desafio do governo será mobilizar o eleitorado chavista. No início de julho, a oposição promoveu uma consulta informal sobre a Constituinte e afirma ter levado 7,4 milhões de eleitores às urnas. Os dados são questionáveis: não houve recontagem, boa parte dos votos foi queimada após a apuração e existem dezenas de fotos e vídeos a comprovar fraudes, a começar pelo clássico expediente

de um mesmo cidadão votar repetidas vezes. O esforço da mídia estrangeira em criar um contexto favorável à oposição exige, porém, que a votação de domingo tenha afluência, caso Maduro pretenda equilibrar a guerra da informação.

Se vencer essa etapa e convencer os venezuelanos a votar e aprovar a Constituinte, Maduro e o chavismo ganham novo fôlego. O processo prevê a eleição de 540 parlamentares constituintes

A oposição aposta no confronto aberto, que resultou em mais de cem mortes

Bolivariana estavam insatisfeitos, mas a maioria preferiu abster-se e não necessariamente escolher um representante da oposição. Maduro enfrenta, no entanto, um problema: sem a empatia de Chávez, até hoje venerado nas periferias, o presidente tem sido capaz de levar os chavistas às ruas, hoje dominadas pelos opositores.

Os antichavistas, por sua parte, tentam tornar realidade o discurso triunfalista iniciado com o “plebiscito” recente. Apesar da clara fraude, nem todos os supostos 7,4 milhões de eleitores que teriam comparecido à consulta oposicionista aceitaram a tese de boicote à Assembleia Constituinte. Cerca de 800 mil venezuelanos ficaram ao lado do bolivarianismo. Se os números pudessem ser levados a sério, mostrariam um leve recuo das forças antichavistas: descontados os 800 mil, restariam 6,2 milhões de apoiadores do boicote. Menos do que os 7,2 milhões de votos que Henrique Capriles obteve na eleição presidencial de 2013, quando perdeu para Maduro, e do que os 7,7 milhões ameaçados na disputa de 2015, que garantiram a atual maioria parlamentar da oposição.

O antichavismo esforça-se para melar o resultado do plebiscito de domingo e fia-se em um apoio dos Estados Unidos para forçar uma mudança de poder. Às vésperas da votação, obtiveram um trunfo: Donald Trump anunciou a intenção de impor sanções econômicas à Venezuela, sem especificá-las, caso a eleição do domingo não seja suspensa pelo governo. Líderes oposicionistas, especialmente aqueles ligados ao recentemente libertado Leopoldo López, chegaram a pedir punições radicais, incluindo o embargo à compra de petróleo, o que aprofundaria a crise econômica e empurraria de vez a Venezuela, que sofre com a falta crônica de produtos básicos, para o caos. Enquanto isso, tentam amedrontar apoio internacional mais abrangente. Por enquanto, além dos EUA, a oposição conta com a Espanha, cujos interesses econômicos foram profundamente

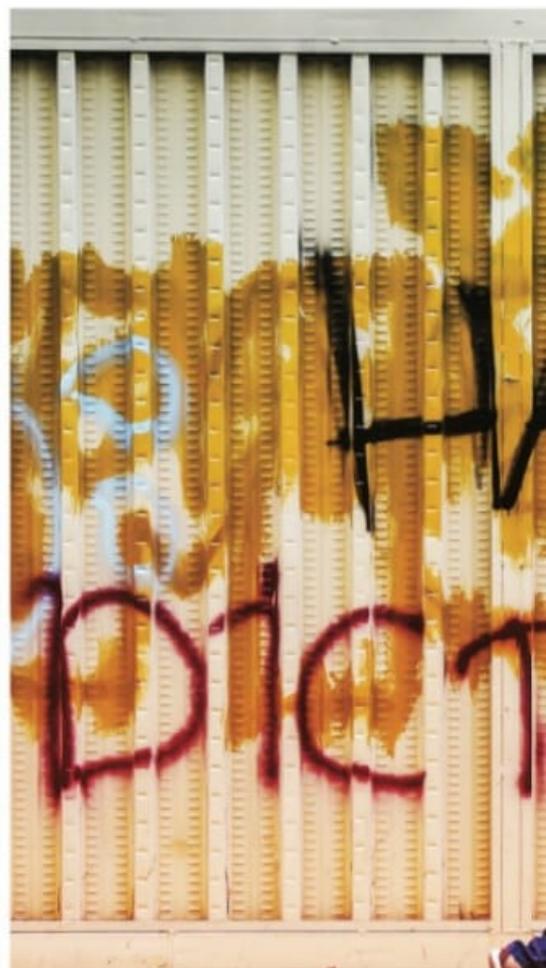
Maduro ainda conta com o apoio dos militares, mas as fissuras só aumentam

prejudicados durante os mandatos de Chávez, e o Brasil, tomada por uma sanha antibolivariana desde a nomeação de Aloysio Nunes Ferreira para o Ministério das Relações Exteriores.

Outra iniciativa oposicionista é a criação de um Executivo e de um Judiciário paralelos, uma espécie de “gabinete das sombras” ao modelo britânico. A ideia pode ser um tiro no pé, pois um governo paralelo poderia desgastar ainda mais a imagem dos antichavistas caso não vá além da obsessão em remover Maduro da Presidência custe o que custar. A greve geral na quarta-feira 26 e na quinta-feira 27, de relativo sucesso, mostrou o poder de mobilização oposicionista e a insatisfação crescente no país.

A partir deste mesmo domingo, os antichavistas tentarão ampliar essas iniciativas. Não se sabe ao certo qual será a jogada, mas não seria surpresa se houvesse um estímulo ao confronto físico. López, Capriles e a maioria dos líderes da Mesa da Unidade Democrática chamam o domingo 30 de “Hora Zero”, jargão de filmes militares estadunidenses, adequado para quem segue à risca o manual de guerras não convencionais.

Há semelhanças entre a Venezuela de hoje e o Chile de 40 anos atrás. No segundo semestre de 1973, Salvador Allende enfrentava um cenário de desabastecimento parecido ao da Venezuela atual,





Pressão.

Os antichavistas convocaram uma greve geral. Leopoldo López, um dos mais exaltados, aposta em sanções econômicas dos Estados Unidos

provocado por um locaute do empresário disposto a tudo para derrubá-lo e apoiado pelos caminhoneiros. O clima de confronto político aberto na sociedade também era similar. Havia, porém, uma diferença importante: a crise econômica não fez Allende perder a popularidade, enquanto grande parte da classe trabalhadora, especialmente os mineiros, artistas e operários da zona central do país, permanecia do seu lado e defendia o governo.

Em agosto daquele ano, Allende tomaria duas decisões cruciais para o seu futuro. Uma delas foi apelar às ruas. Para mudar as regras que permitiam ao empresariado apostar no desabastecimento e forçar a crise econômica, o presidente chileno elaborou uma reforma constitucional, barrada pelo Congresso, então

dominado por opositores, e pelos tribunais de Justiça. Sem alternativa, o presidente chileno anunciou um plebiscito que daria à população o poder de decidir.

Diferentemente dos chavistas, Allende não tinha apoio nas Forças Armadas e só havia se safado do golpe antes por contar com o legalismo do comandante-chefe, o general Carlos Prats. Após o pedido de demissão de Prats, Allende tomou outra decisão em agosto: nomeou Augusto Pinochet como substituto. Indicado por Prats, por ser teoricamente "apolítico", o novo comandante não vacilou em conspirar.

Muitos dos seguidores de Allende que sobreviveram à perseguição dos anos posteriores lembram nostalgicamente daquele momento. Garantem que aquela reforma teria mudado a história do país. Não é bem assim, pois o governo da Unidade Popular, apesar do apoio de sindicalistas e operários, estava politicamente debilitado, sem o apoio do Movimento de Esquerda Revolucionária e com socialistas e comunistas em conflito aberto, entre outros problemas.

Algo parecido acontece na Venezuela de hoje, ou talvez pior. Além das divisões no PSUV, a insatisfação nas bases chavistas só cresce desde a ascensão de Maduro. Outro contraste com o Chile de Allende, desta vez favorável ao chavismo, é o fato de o presidente venezuelano não ter perdido o apoio das Forças Armadas, principalmente da caserna, embora recentemente tenham despontado casos isolados de insubordinação. A origem militar de Chávez explica essa lealdade, além das lembranças do frustrado golpe de 2002 apoiado por oficiais de alta patente. Depois de vencer a insurreição, Chávez promoveu uma reforma nos quartéis. Não parece haver espaço, por enquanto, para um "pinocchetismo" na Venezuela. Sem o apoio dos militares, o único caminho para tirar Maduro do poder seria esperar as eleições de 2019 ou optar pelo imprevisível caminho da guerra civil. •



A urna de Pandora

VENEZUELA Não há sinais de que a eleição da Assembleia Constituinte será capaz de pacificar o país

POR VICTOR FARINELLI



O presidente Nicolás Maduro comemorou e os números oficiais parecem lhe dar razão: cerca de 8 milhões de venezuelanos, pouco mais de 40% dos eleitores, segundo o Conselho Nacional Eleitoral, foram às urnas no domingo 30 para escolher os integrantes da Assembleia Constituinte, principal aposta do chavismo contra o impasse político, o aumento da violência e os riscos crescentes de guerra civil. Não será, porém, tão fácil. A oposição, como se previa, não reconheceu os resultados da eleição, a exemplo de vários países,

incluídos vizinhos da América do Sul. Observadores da eleição levantaram dúvidas sobre os dados oficiais de comparecimento, embora os números fornecidos pelo CNE nunca tenham sido questionados com tanta veemência em disputas anteriores. E, apesar de ter acenado com a pacificação, o governo voltou a deter líderes opositores nos dias posteriores à votação.

Se os dados estiverem corretos, tratou-se ao menos de uma vitória simbólica do chavismo. O total de eleitores computados pelo CNE aproxima-se dos 8,2 milhões que votaram em Hugo Chávez em 2012, última disputa da qual o ex-presidente

participou antes de morrer. "O povo superou condições de guerra para votar e dizer que deseja paz e tranquilidade", discursou Maduro na noite do domingo. A afluência mostra uma inesperada força do movimento, desgastado pela profunda crise econômica dos últimos anos. O fim do bolivarianismo no poder estava vaticinado desde a vitória da oposição nas eleições legislativas de 2015, que deu aos antichavistas o controle do Congresso. Naquela ocasião, os opositores obtiveram 7,7 milhões de votos contra 5,5 milhões dos chavistas. Desde então, os conflitos nas ruas se intensificaram. Os 8 milhões de eleitores do

RONALDO S. CHEMIDT/AFIP, LEOPOLDO LOPEZ/AFIP E EVARISTO SA/AFIP

Maduro comemora
os 8 milhões
de eleitores, segundo
os dados oficiais

Os antichavistas boicotaram a votação, marcada por mais violência e mortes

domingo mostraram-se dispostos a dar uma nova chance aos chavistas.

Maduro conclamou a superação dos problemas da Venezuela, mas está diante de um novo impasse. Com o boicote da oposição, os constituintes escolhidos são todos oriundos das bases chavistas. A mulher e o filho de Maduro figuram entre os eleitos, mostra da predominância absoluta do grupo no poder em uma seleção que deveria representar a diversidade das opiniões no país. Uma nova Constituição que só contemple um lado da sociedade teria o poder de pacificar um país à beira de um conflito real ou tende a aprofundar o confronto? Há espaço, como acena

o presidente, para o diálogo com setores moderados se nem esses reconhecerem a legitimidade da Assembleia?

Ressalte-se que o impasse não é obra pura do chavismo. A oposição optou por não participar da escolha dos constituintes. Preferiu apostar na derrubada de Maduro, incluída a tentativa de instalar um referendo revogatório, espécie de *recall* do mandato do presidente. A iniciativa acabou barrada pela CNE, à época acusado de defender os interesses chavistas.

Os opositores insistem agora em uma estratégia fracassada em outras ocasiões: a desqualificação das eleições. Nas legislativas de 2005, os partidos antichavistas, que ainda não formavam a MUD, não inscreveram candidatos, sob a mesma alegação de que o processo era viciado e favorecia o governo. O discurso não convenceu a população e a iniciativa alijou a oposição do Parlamento durante cinco anos.

Desta vez, ao contrário de 2005, os antichavistas têm razão em reclamar da maneira como as regras da Assembleia Constituinte foram definidas. Elas de fato favoreciam uma maioria chavista. O dilema é, no entanto, o mesmo. Com



López e Ledezma voltaram para a cadeia. Segundo a Justiça, eles violaram as regras da prisão domiciliar. A oposição vê autoritarismo



A oposição parece disposta a prosseguir no "tudo ou nada". Ou seja, derrubar Maduro

100% dos eleitos alinhados a Maduro, a Constituição tende a aprovar todas as mudanças planejadas pelo governo e repudiadas pela oposição, sem nenhum contraponto. Por esse caminho resta, de fato, o estímulo à desobediência civil e aos protestos violentos como forma de tentar depor o presidente. As consequências econômicas e sociais dessa escolha são imprevisíveis.

Se o chavismo não consegue emplacar sua visão dos fatos no exterior, tem ficado mais difícil para a oposição convencer os venezuelanos de que sua estratégia é a única possível e legítima. Os sentimentos dividem-se e não são poucos aqueles cansados de esperar um projeto político mais claro da direita, obcecada em derrubar Maduro. Além disso, os antichavistas não podem se apresentar como únicas vítimas da violência nas ruas. São tão responsáveis quanto as forças públicas pela escalada do número de mortes decorrente dos confrontos em manifestações.

Grupos opositores exibiram a mesma veia antidemocrática que apontam no governo ao criar obstáculos para as eleições do domingo. Tentaram bloquear ruas e estradas, provocaram incêndios e orquestraram explosões. Resultado: uma dezena de mortos e uma quantidade bem maior de feridos nos dias que precederam a votação.

O deputado Julio Borges, presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, de hegemonia opositora, e representante de uma das alas mais radicais da MUD, não admitiu a derrota e afirmou que a luta não só iria continuar, mas "se aprofundar, com mais força e dignidade". Borges reafirmou a certeza da oposição de que os resultados foram fraudados e denunciou o uso da máquina pública na compra de votos, evidente, segundo ele, no aumento recente do salário mínimo e das aposentadorias e no uso de dinheiro público para a compra de alimentos (o país enfrenta uma aguda crise de abastecimento). Outro dirigente, o ex-chavista Vladimir Villegas, foi mais ambíguo em seus comentários. "Este é um momento dramático e perigoso, mas não a batalha final", afirmou.

É difícil saber se a oposição mudará de estratégia. Por enquanto, a MUD dá sinais de apostar no boicote à Constituinte e conta com apoio internacional. A volta à prisão dos antichavistas Leopoldo López e Antonio Ledezma dois dias depois das eleições facilita as críticas opositoristas.

"É um momento dramático e perigoso", afirma o ex-chavista Vladimir Villegas

López e Ledezma cumpriam regime de prisão domiciliar, mas a Justiça venezuelana alegou que os dois violaram regras do benefício. A mídia estrangeira tendeu, como se esperava, a corroborar a versão antichavista: tratou-se de mais um ato autoritário de um governo que se comporta cada vez mais como uma ditadura.

Até a quarta-feira 2, eram 11 os países que se recusaram a reconhecer os resultados da eleição. Em comunicado, o Itamaraty afirmou que a votação "viola o direito de sufrágio universal, não respeita o princípio da soberania popular e confirma a ruptura da ordem constitucional na Venezuela". Os brasileiros foram especialmente usados pelos meios chavistas como exemplo de um governo nascido de um golpe de Estado disposto a dar lições de democracia.

A Organização dos Estados Americanos e a União Europeia também seguiram a mesma linha do Brasil. O secretário-geral da OEA, o diplomata uruguaio Luis Almagro, publicou no site do organismo um vídeo com retórica em sintonia com os melhores discursos opositores. No depoimento, enumerou as razões pelas quais "o processo está repleto de fraudes e vícios que o tornam insustentável" e que precisa ser interrompido imediatamente, assim como o que ele chamou de "regime venezuelano", para que o país efetue uma transição "a partir de eleições livres e com observação internacional".

Enquanto isso, os Estados Unidos elevaram o tom. As sanções econômicas contra a Venezuela aumentaram durante o governo de Barack Obama, mas a retórica piorou. Donald Trump chamou Maduro de "ditador" e anunciou o bloqueio de eventuais bens do presidente venezuelano nos EUA. Em resposta, Maduro aconselhou o colega norte-americano a "deter a loucura" e denunciou um complô cujo objetivo seria uma intervenção estrangeira no país.

A paz na Venezuela, como se vê, não obteve muitos votos no domingo. •



Caos e cerco

VENEZUELA Não há mais nuances no país. Ou se está a favor ou contra o governo

POR GILBERTO MARINGONI*

A crise na Venezuela mudou de patamar a partir da eleição da Assembleia Constituinte em 30 de julho. Se antes existia uma escalada verbal que logo descambou para protestos e choques quase diários nas ruas e tentativas de isolamento internacional, agora a ideia propagada pela mídia internacional é de instalação de uma ditadura, caos interno e cerco externo.

O presidente Nicolás Maduro tem minoria na Assembleia Nacional, o Poder Legislativo, e enfrenta uma renitente crise econômica que envolve explosão inflacionária, escassez de gêneros nos supermercados e uma contração de 17% do PIB desde 2013, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Difícilmente a nova Carta resolverá algum desses problemas. O objetivo imediato do governo é, no entanto, ganhar tempo e convencer o país de que a alternativa oferecida pelo outro lado é ainda pior.

A oposição de direita não divulga claramente seu programa, mas ele pode ser entrevisto pela linha de apoios recebidos internacionalmente. A contestação à administração bolivariana envolve um leque de países pautados por reformas liberais (Argentina, Brasil, Peru, México e Colômbia), pela Casa Branca e pelos principais conglomerados de comunicação do mundo.

Assentada na maior reserva de petróleo do mundo, 298,3 bilhões de barris, ou 17,5% do total planetário, a Venezuela é há cem anos palco de uma disputa estratégica que vai muito além dos atritos internos.

Desmoralizada por tentar empalmar o governo com um golpe em 2002, a oposição custou a se reorganizar e buscar a via institucional. Em 2015, alcançou maioria expressiva na Assembleia Nacional, por meio da eleição de 109 das 167 cadeiras disponíveis. A partir dali, ergueu suas barricadas contra o Palácio Miraflores. Em janeiro deste ano, os opositores aprovaram medida a declarar, sem base concreta, vago o cargo de presidente da República. Um conflito aberto estabeleceu-se entre o Executivo e o Legislativo. Incapaz de sustentar a disputa por vias institucionais, a oposição foi para as ruas.

Vale lembrar que, ao longo do século XX, os enfrentamentos políticos no país foram marcados por extrema violência. Levantes militares, choques a céu aberto e verdadeiros massacres, como o *Caracazo*, com 3 mil mortes, em 1989,

A história venezuelana é marcada por confrontos políticos de extrema violência





Deus e o diabo. Maduro tornou-se um ditador, segundo os antichavistas, ou vai salvar a democracia, de acordo com a base bolivariana

deram o tom em um país alardeado como exceção, juntamente com a Colômbia, por não ter atravessado os anos 1960-1980 sob golpes e ditaduras.

Em conta recente, *The New York Times* contabiliza 124 mortos nos choques ocorridos desde março entre opositores e governistas. As forças de segurança foram responsáveis por 46 delas e grupos armados pró-governo por mais 27. Coube à oposição os demais 51 assassinatos. A essa conta se somam um bombardeio de helicóptero contra o Ministério do Interior e a Suprema Corte, em junho, e um levante militar imediatamente sufocado na base de blindados de Paramacay, na cidade de Valência.

Diante de uma crise que se avolumava, o governo radicalizou: convocou a Constituinte, para reordenar o equilíbrio de poderes. Vale recordar que Hugo Chávez, morto em 2013, logo após ser empossado em 1999, invocou instrumento semelhante para refazer a institucionalidade, alargar direitos sociais, criar um Congresso unicameral, redefinir o papel do Estado e estabelecer novos parâmetros de disputa política. Em tempos de recuo do conservadorismo e popularidade governamental crescente, a iniciativa foi amplamente aceita. A conjuntura lhe foi favorável. O preço do petróleo começava ali uma trajetória altista de mais de uma década, com preços que bateram em 100 dólares o barril.

Aqui entra o problema real e imediato de Maduro, para além de sua inabilidade política e da inépcia administrativa de sua gestão: nos últimos dois anos, desabou o preço do produto que responde por 97,5% do valor das exportações venezuelanas. Apesar de uma pequena recomposição dos preços do barril (30 dólares em janeiro de 2016, 50 em janeiro de 2017 e 44 agora), o solavanco econômico que tal oscilação provoca arrasta o país para uma crise sem saída a médio prazo.

O efeito mais grave é que praticamente não existe mais moeda nacional na Venezuela. O bolívar tem sua cotação oficial fixada em 10 por dólar, segundo o Banco Central. Nas ruas de Caracas, a divisa dos Estados Unidos é comercializada a 12 mil bolívares, uma taxa mais de mil vezes maior.

Diante da situação, a relação comercial do país com o mundo perdeu parâmetros objetivos. A taxa oficial, base para importações e exportações, é o ponto de apoio para uma desenfreada corrida especulativa interna. Comerciantes importam produtos na cotação oficial e os vendem em redes clandestinas

controladas por máfias na base do paralelo. Não é preciso muita imaginação para perceber que a inflação de 720% para 2017 e a de 2.000% para 2018, previstas pelo Fundo Monetário Internacional, têm no câmbio seu motor essencial.

A escassez de produtos nos supermercados, em um país que importa praticamente de tudo, à exceção de petróleo, está diretamente ligada à crise cambial. E esta existe por força da contínua e extrema dependência do petróleo, não apenas por ser praticamente o único bem exportável, mas pelo fato de o Estado ser financiado em boa parte pela renda advinda de sua comercialização.

A carga tributária venezuelana é historicamente baixa, estava em 13,5% do PIB no período 2010-2014, segundo a Cepal. Para efeito de comparação, a carga brasileira situa-se por volta de 34% do PIB, a francesa 45% e a alemã 46%.

Se o financiamento do Estado é complementado pela renda petroleira e se esta oscila em um mercado com baixo grau de previsibilidade, vale dizer que a própria solvência do Tesouro fica amarrada à especulação internacional. Quando



o preço do óleo está alto (como em 1974-1980 e 2000-2011), a Venezuela torna-se próspera. Quando o barril desaba, como nos últimos três anos, o país enfrenta crises renitentes. Assim, o baixo ingresso de petrodólares, como atualmente ocorre, gera escassez interna de moeda forte, a procura aumenta e eleva seu preço.

Nem Hugo Chávez conseguiu alterar essa ordem. Quando os preços internacionais estão altos e o ingresso de petrodólares financia a máquina pública, os investimentos e o dinamismo

Maduro. O substituto de Chávez paga não só por seus equívocos

econômico (incluindo a geração de empregos, a elevação de salários e os programas sociais), não há incentivo algum para se realizar uma reforma tributária ou para se promover a reestruturação produtiva, impulsionando a industrialização. A moeda nacional valoriza-se, as importações ficam baratíssimas e os custos de produção internos tornam-se proibitivos. É o fenômeno conhecido como “doença holandesa”, percebido pioneiramente por Celso Furtado em 1956.

Quando o preço internacional desaba e a economia interna entra em crise, não há condições de se fazerem investimentos. Assim, o problema estrutural do país, o câmbio e a moeda não têm solução fácil à vista. Nem pelo governo, nem pela oposição.

A situação política polarizou-se. Reduziram-se os espaços para nuances internas com real incidência na disputa. Na Venezuela, ou se está com o governo ou se está com a oposição. Essa radicalização também é visível no plano externo, na situação de verdadeiro cerco patrocinado pela maioria dos países vizinhos, Brasil à frente. Ultrapassa o terreno da ironia o fato de o chanceler brasileiro, Aloysio Nunes Ferreira, invocar a cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia para suspender a Venezuela do Mercosul. Integrante de um governo constituído a partir de um golpe, o representante brasileiro sabe que conceitos como lógica e democracia contam pouco na investida contra Miraflores. Vale a boa e velha força, sempre travestida de argumentos elevados. •

**Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC e autor de A Venezuela Que se Inventa – Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez (Fundação Perseu Abramo, 2004) e A Revolução Venezuelana (Editora da Unesp, 2009)*



Ter a maior reserva de óleo do mundo às vezes pode ser uma maldição

REPORTAGEM DE CAPA



BARRIL DE PÓLVORA

A FALTA DE INFORMAÇÕES SOBRE O PAPEL DOS EUA EM UMA AÇÃO MILITAR NA AMAZÔNIA GERA TENSÃO. TRUMP AMEAÇA USAR A FORÇA CONTRA A VENEZUELA, ENQUANTO O BRASIL SE TORNA ANTICHAVISTA

por ANDRÉ BARROCAL



O ministro Jungmann, americanista convicto, ao lado do general que fala com a CIA



Tabatinga, cidade de 60 mil habitantes no Amazonas, fica no extremo noroeste do estado, separada da colombiana Leticia por uma avenida. Ali perto está também a ilha peruana de Santa Rosa, aonde se chega de barco, a compor uma tríplice fronteira amazônica. Nessa região, militares de Brasil, Colômbia e Peru vão realizar exercícios conjuntos em novembro. Simularão situações de operações de paz e ajuda humanitária, desenvolverão novos métodos de lidar com enchentes, secas, acolhimento de refugiados e, para melhorar o entrosamento, trocarão experiências e cartões. A ação não é restrita às Forças Armadas do trio. O Tio Sam estará no pedaço. Jamais os Estados Unidos pisaram na Amazônia brasileira. Conhecem o terreno do jeito que dá, por

satélites, espões. Com as portas abertas, será a primeira vez. Uma quebra de paradigma a causar desconfianças e arrepios.

O centro das tropas está a 600 quilômetros da Venezuela. E daí? Bom, o país está à beira da guerra civil, com uma oposição direitista raivosa e americanófila e



um presidente revolucionário convencido de viver seu “pior momento” nas relações com a Casa Branca. Esta é a moradia de um dodivanas que acaba de proclamar ao mundo que considera usar “opções militares” contra a dona da maior reserva de petróleo do planeta. Seu chefe da CIA praticamente confessou em público haver uma operação de *regime change* dirigida àquela nação. De quebra, há uma tensão histórica entre venezuelanos e colombianos, por razões territoriais, mas os chavistas acreditavam não precisar nutrir receios com a fronteira brasileira. A situação mudou de figura desde a chegada dos tucanos ao Itamaraty no governo Michel Temer, condutores de uma política externa antichavista. Um caldeirão daqueles. “Há uma combinação de fatos extremamente preocupantes”, diz Celso Amorim, ministro da Defesa de 2011 a 2014. “Esse exercício devia ser suspenso imediatamente.”

Ele receia surgir “um novo Vietnã”. A Venezuela tem uns 7 milhões de armas nas ruas, obra de uma violência cotidiana histórica e do bolivarianismo. “A Revolução é pacífica, mas não é desarmada”, Hugo Chávez costumava dizer. Para Amorim, a falta de transparência brasileira quanto aos exercícios militares piora as coisas, daí correrem histórias conspiratórias no país vizinho. As informações sobre o tamanho e o papel – e a “ameaça” – da comitiva norte-americana são opacas. Em 24 de março, a revista militar digital *Diálogo* noticiou que eram esperados 300 militares de várias nacionalidades. Em 4 de maio, a BBC Brasil relatou a participação estrangeira, embora sem citar números. Uma mensagem a circular entre os reservistas saiu no dia seguinte no jornal *Zero Hora*: “Convidar as Forças Armadas dos EUA para fazer exercícios conjuntos com as nossas Forças Armadas, na Amazônia, é como crime de lesa-pátria. Ensinar ao inimigo como nos combater na Selva Amazônica é alta traição”. Ao comentar o assunto dias atrás, um oficial da Marinha em atividade lembrou que a arma já fez manobra militar na Amazônia. Mas nunca com o Tio Sam.

O ministro da Defesa, Raul Jungmann, não é lá muito eloquente a respeito. Tocou pela primeira vez no tema em 15 de maio. Bravo, como lhe é peculiar. “Não tem tropa americana aqui, não tem exército americano aqui, nem vai ter.” Repetiu o tom em um debate no Senado em 29 de junho, única menção em três horas. “Esse é um caso escandaloso de *fake news*”, afirmou. “Serão quatro observadores, senhores, quatro observadores num exercício sobretudo voltado para a logística humanitária.” Questionado por *CartaCapital* sobre o número de representantes de cada país, o Exército informou o de brasileiros (1.053), colombianos (143) e peruanos (68). Sobre os demais 13 países confirmados, EUA e China entre eles, nada.

Seria um propagador de *fake news* o site oficial do Amazonlog, nome de batismo do evento que se compõe do exercício militar de novembro e de um simpósio e uma feira de negócios em setembro? “Em toda a região serão desenvolvidas ações conjuntas, multinacionais e interagências por tropas e agências brasileiras, colombianas, norte-americanas e peruanas”, diz o site. Ao listar os participantes do exercício militar por países, por órgãos brasileiros e por Forças Armadas, inclui entre essas últimas o “Comando Sul dos Estados Unidos”, ao lado de Brasil, Colômbia e Peru. Trata-se de uma instituição sediada em Miami, a olhar em nome do Tio Sam para tudo o que está para baixo dali, encarregada de operações no Caribe e na América do Sul. Seu comandante, general Clarence Chinn, passou por Brasília em março, para conversar sobre os preparativos dos exercícios. De lá, viajou à Amazônia, a fim de conhecer o principal QG brasileiro na região.

Há mais informações sobre o papel e o tamanho dos EUA a colidir com a minimização de Jungmann. O Brasil chamou participantes estrangeiros em conversas com adidos militares das embaixadas em Brasília. Em janeiro, entretanto, o Exército fez três reuniões bilaterais preparatórias. Com Colômbia e Peru, os



Mike Pompeo, diretor da CIA: “Trabalhamos duro para um *regime change* na Venezuela”



Trump: “A opção militar é possível”

vizinhos da tríplice fronteira, e os com norte-americanos. Os ajustes finais correm hoje em meio a forte tensão entre chavistas e os EUA. Em entrevista na terça-feira 22, Nicolás Maduro disse viver “o pior momento” de sua relação com os ianques, desde sua chegada ao poder, em 2013. Faz sentido. O Tio Sam deu sinais claros nas últimas semanas de trabalhar pela derrubada do líder chavista e de estar disposto a ir à guerra. Foi assim pela voz do diretor da CIA, Mike Pompeo, depois pelo próprio presidente Donald Trump.

No fim de julho, Pompeo foi a Aspen, um resort para endinheirados no Oeste americano, para um fórum de quatro dias sobre segurança nacional. No dia 20, participou de um debate e respondeu a perguntas da plateia. Uma delas partiu de uma mulher identificada como jornalista de origem venezuelana. Ela queria saber sobre *regime change*, um eufemismo para golpe, em sua terra natal. Ele soltou a língua. “Estamos trabalhando duro para isso”, afirmou, ao comentar que os EUA têm “profundo interesse” em que países do tamanho e do porte econômico da Venezuela sejam tão estáveis e democráticos quanto possível. “Estamos muito otimistas de que pode



Maduro se prontifica para "uma conversa pessoal"

haver uma transição na Venezuela, e a CIA está fazendo seu melhor para entender a dinâmica lá, para que possamos comunicá-la a nosso Departamento de Estado e a outros." Ao apontar "outros", esquentou mais o clima. "Acabo de estar na Cidade de México e em Bogotá, na semana retrasada, conversando sobre esse tema precisamente, tentando ajudá-los a entender as coisas que poderiam fazer para conseguir um melhor resultado para essa parte deles do mundo, e nossa parte do mundo."

Tais declarações seriam ingenuidade de Pompeo, à frente da CIA há poucos meses? Ou prepotência pura, de quem acha normal depor governantes contrários aos interesses econômicos e geopolíticos de Tio Sam? A Venezuela reagiu. O chanceler venezuelano, Samuel Moncada, fez circular no Twitter o vídeo com as espantosas declarações. Maduro cobrou explicações de Colômbia e México. "Pompeo está dizendo porque é o chefe, ele se sente o chefe, e o chefe diz a verdade. Os cordeiros governos de México e Colômbia ficaram desnudos ante a verdade." Em notas, os mexicanos "rechaçaram" a suspeita de conspirarem, enquanto os colombianos negaram "qualquer ação ou gestão" contra o vizinho. Um dos pilares de resistência do chavismo, as Forças Armadas também se pronunciaram. O chefe do

Comando Estratégico Operacional da Venezuela, almirante Remigio Ceballos, afirmou que "nenhum império" terá sucesso contra o legado de Simón Bolívar.

Os EUA parecem dispostos a testar. Trump passou o 11 de agosto em seu clube de golfe particular, em Bedminster, a 350 quilômetros de Washington. Na véspera, Maduro estivera na Assembleia Nacional Constituinte recém-instalada e fizera gestos na direção do norte-americano. Comentara querer uma "conversa pessoal", manter "relações normais, públicas, de cooperação", embora tenha reclamado do "imperador Trump", por causadas sanções impostas pelos EUA contra chavistas, a começar por ele próprio. "Eu acredito na diplomacia", disse Maduro, que foi chanceler de Chávez. Em seu clube de golfe, Trump foi questionado sobre a crise na Venezuela. Sincero como o diretor

**PESQUISA DATANALISIS
DIZ QUE A MAIORIA
DA POPULAÇÃO
VENEZUELANA
É CONTRA SANÇÕES
ESTADUNIDENSES**

da CIA que nomeou em janeiro. "Temos muitas opções a respeito da Venezuela, incluindo uma possível opção militar, se for necessário", disse. "Temos tropas por todo o mundo, em lugares que estão muito distantes. A Venezuela não está distante e as pessoas estão sofrendo e morrendo."

Seu objetivo era oposto, mas sua ameaça dá um certo fôlego a Maduro. O nacionalismo é um traço na Venezuela, mesmo entre os não chavistas. Recente pesquisa de um instituto daquele país, o Datanalisis, ao qual *CartaCapital* teve acesso parcial, mostrou um cenário desolador para Maduro. Menos em duas perguntas. A maioria da população é contra as sanções norte-americanas e contra os organismos internacionais fecharem a torneira financeira ao país. De qualquer forma, Trump inspirou repúdios pelas Américas, inclusive por parte do México e da Colômbia, ambos com governos conservadores. Idem com o Peru, neoliberal, e com administrações mais à esquerda, como Chile, Equador e Bolívia. "Ante a ameaça de intervenção armada de Trump contra a Venezuela, a direita local e internacional guarda ruidoso silêncio cúmplice", escreveu Evo Morales, líder boliviano, no Twitter. O governo brasileiro é um exemplo de silêncio cúmplice. Nenhuma palavra.

"Foi uma declaração totalmente irresponsável", afirma Celso Amorim. "Os governos da região parecem não ter noção da importância estratégica das Forças Armadas. Uma fala dessas no governo Lula era caso de convocar a Unasul." A União Sul-Americana de Nações foi criada em 2008, por iniciativa brasileira, exatamente para administrar conflitos regionais sem interferência externa, até mesmo contra as pressões forâneas. Hoje anda em baixa, sem secretário-geral. Após a declaração de Trump, aliados da Venezuela fizeram circular internamente na entidade uma proposta de condenar a ideia de intervenção militar. Em

REPORTAGEM DE CAPA

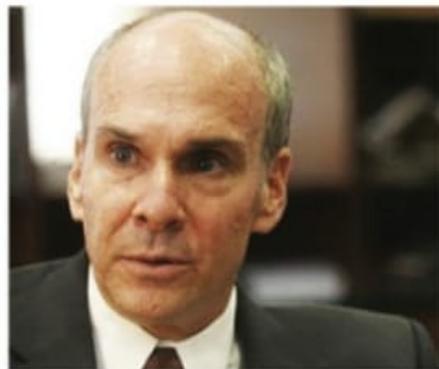
vão. Ali tudo é decidido por consenso e isso não foi possível graças ao Paraguai, de governo direitista e antichavista, desde a deposição golpista de Fernando Lugo, em 2012. Consta que o Brasil torceu em silêncio pelo Paraguai. A propósito, Temer recebeu o mandatário paraguaio, Horácio Carter, na segunda-feira 21, uma das raras visitas ao Brasil desde o *impeachment*. A dupla assinou um comunicado de 36 itens. Nenhuma falava de Unasul.

Na Venezuela, há quem esteja arrepiado e veja a ação conjunta de brasileiros e norte-americanos na Amazônia como o embrião de tacada aguda dos EUA contra Nicolás Maduro e o chavismo. Essa avaliação foi expressa por um cientista político especializado em relações internacionais, segurança e defesa, Manuel José Montañez, no texto "A República Bolivariana da Venezuela no olho do furacão", publicado em 12 de agosto em um site pró-chavismo, o Aporrea. Um texto, registre-se, a circular entre militares brasileiros posteriormente. Para Montañez, a manobra permitirá um "melhor estudo" do flanco sul-venezuelano e, a partir daí, a criação de condições para um plano maligno: os EUA estimularem que paramilitares, milícias, mercenários avancem rumo à Venezuela. Seria uma repetição da gênese do ataque do Estado Islâmico à Síria, em guerra civil incentivada pelo desejo norte-americano de tirar Bashar al-Assad do poder.

Montañez diz mais. O cérebro do exercício militar seria o embaixador dos EUA em Brasília, Peter McKinley. Recorde-se: o diplomata é um dos mais importantes do Tio Sam e nasceu na Venezuela, filho de um executivo de multinacional. Antes de assumir em Brasília, em janeiro, estava no Afeganistão, ou seja, tinha experiência em zonas perigosas e turbulentas. Substituiu, aliás, uma embaixadora sabida em golpes, Liliana Ayalde, no Paraguai em 2012. De volta a Montañez: os EUA terão 800 marines na Amazônia em novembro e financiarão integralmente o exercício. As Forças Armadas

brasileiras, com 360 mil homens, andam na pindaíba, devido à austeridade fiscal de Henrique Meirelles. A construção do submarino movido a energia nuclear vai atrasar em pelo menos um ano, por falta de verba. Os programas de investimento do Exército requerem cerca de 2 bilhões de reais por ano, mas em 2017 só há 40% disso. Questionado, o Exército disse que tudo será pago com recursos de vários órgãos brasileiros, mas não revelou valores.

Há motivos para os vizinhos desconfiarem das pretensões do Brasil e de sua parceria com os EUA. Com Temer, a Venezuela tornou-se uma obsessão da política externa. Era assim com o ex-chanceler José Serra, é assim com o atual, Aloysio Nunes Ferreira, ambos senadores pelo PSDB. Desde a posse de Ferreira, em março, o Itamaraty já emitiu 22 notas, sozinho ou em conjunto, contra a Venezuela. Foi um dos mentores da suspensão do país do Mercosul neste mês, por ruptura da ordem democrática, e de uma outra, em dezembro passado, ainda no tempo de Serra, por razões jurídicas. Também protagonizou uma frustrada tentativa de arrancar, em junho, uma posição anti-Venezuela na Organização dos Estados Americanos (OEA), ao lado dos EUA. Ferreira também prega antecipar as eleições por lá, como os antichavistas, embora tenha defendido o oposto



Embaixador dos EUA no Brasil, Peter McKinley, cérebro das manobras militares amazônicas?



Celso Amorim, ex-ministro da Defesa: "No governo Lula, seria o caso de convocar a Unasul"

O ex-esquerdista
Nunes Ferreira,
hoje entreguista



quando Temer balançou no escândalo da Friboi. Incoerência? Não, partidarismo, além de americanismo. “Cada vez mais o tema da política externa está presente nos debates sobre a nossa política interna”, disse Ferreira em sua posse. Tradução exemplificada: se é possível atrair votos de eleitores brasileiros falando mal da Venezuela, pau no vizinho.

Naquele 15 de maio em que pela primeira vez falou dos exercícios militares, Jungmann comentou que o Brasil se prepara para receber uma onda de refugiados em decorrência de guerra civil na Venezuela, pois “a avaliação corrente é de que não se está vendo uma saída conciliada”. Os exercícios amazônicos em novembro, relembre-se, têm como um dos principais objetivos testar ações úteis a operações de paz e de ajuda humanitária. Não para

**O GENERAL VILLAS BÔAS
SABE COMO ALFINETAR
TRUMP: O PRESIDENTE
AMERICANO AUMENTA
AS INCERTEZAS,
CABE A NÓS AUMENTAR
A NOSSA CAPACIDADE
DE DISSUAÇÃO**

por aí. O chefe da CIA no Brasil, Duyane Norman, esteve em junho com o ministro ao qual se subordina a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o todo-poderoso general Sergio Etchegoyen.

Enquanto bate na Venezuela, o Brasil de Temer casa com os EUA. Em março, brasileiros e norte-americanos selaram um convênio de parceria em tecnologia militar, uma forma de o País abdicar de um caminho autônomo soberano. Também assinaram um acordo de parceria de cinco anos de manobras militares conjuntas, a Operação Culminating, a valer desde 2017 e a culminar com uma simulação de combate em 2020, nos EUA. Detalhe: o acordo foi selado com o Comando Sul, o mesmo que participará dos exercícios na Amazônia. Os planos para esses exercícios amazônicos entraram na mesa do Exército brasileiro em maio de 2016, o mês da troca de Dilma Rousseff por Michel Temer.

Em 22 de junho, o general Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército, participou de um debate de quatro horas no Senado e foi perguntado sobre a presença dos EUA na operação em Tabatinga. Embora tenha elogiado a postura militar da superpotência em relação ao Brasil, deu a entender que reconhece que o momento não é bom para uma situação dessas perto da Venezuela. E alfinetou Trump. “Concordo que vivemos em um mundo de absoluta incerteza, e as ações, por exemplo, do presidente Trump, nos Estados Unidos, estão aumentando essas incertezas, o que reforça a ideia de fortalecermos o nosso poder – nós temos o projeto – e de aumentarmos a nossa capacidade de dissuasão”, disse. “Eu não estou livre de ninguém, amanhã ou depois, querer colocar uma base na Venezuela ou em outro país e nós não temos a contunência e a capacidade de dizer não.”

As Forças Armadas têm tido um comportamento exemplar desde o *impeachment*, apesar dos insanos que pedem intervenção militar no País. Espera-se que continuem assim. •

MADURAZO, O GOLPE



PODER Deputados enfrentam a Guarda Nacional após golpe de Maduro (abaixo)



Em decisão que elimina qualquer traço de democracia, corte constitucional controlada pelo governo venezuelano dissolve o Parlamento e dá poderes ditatoriais a Maduro **ANGELA NUNES**



HÁ MUITO TEMPO a Venezuela não pode ser chamada de nação democrática. A independência de poderes foi suprimida já pelo presidente Hugo Chávez, que morreu em 2013. Seu herdeiro, Nicolás Maduro, só fez estender os tentáculos do Poder Executivo para perpetuar sua estada no Palácio de Miraflores. O sopro de esperança veio em janeiro de 2016, quando deputados opositores assumiram a maioria das cadeiras na Assembleia Nacional pela primeira vez em quinze anos. Desde então, o Legislativo teve seus poderes corroídos a conta-gotas por 56 decisões judiciais que suprimiram funções tão básicas dos parlamentares quanto distribuir o Orçamento nacional e aprovar leis. A anulação das atribuições da Assembleia Nacional já existia — onze das treze leis da Casa foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Em janeiro, os parlamentares decidiram deixar de sancionar leis para evitar que fossem desfeitas pela Justiça. Ainda assim, a instituição persistiu como órgão fiscalizador do regime por catorze meses e 24 dias. Na quin-

ta-feira 30, porém, aconteceu a versão venezuelana do *Fujimorazo*, como ficou conhecido o autogolpe perpetrado pelo ex-presidente peruano Alberto Fujimori em abril de 1992: as funções dos deputados foram transferidas para os juízes do STJ, todos obedientes às ordens de Maduro. A medida foi determinada na noite do dia anterior por meio da sentença 156, proferida pelo tribunal com a justificativa de que a Assembleia Nacional havia desrespeitado a proibição judicial de juramentar três deputados acusados de fraude eleitoral. “Nada disso é constitucional. Trata-se de um golpe de Estado contra o único poder legítimo e democraticamente eleito que nos restou”, disse a VEJA Blanca Rosa Mármol de León, ex-juíza do STJ da Venezuela.

O prenúncio do golpe fatal contra a democracia veio dois dias antes. Na terça-feira 28, o STJ suspendeu a imunidade parlamentar dos membros da Assembleia Nacional e determinou que fosse decretado estado de “comoção nacional”, que confere ao presidente autonomia para tomar ou revisar decisões em todos os níveis — cíveis, econômi-

cos, militares, penais, administrativos, políticos, jurídicos e sociais. Essas faculdades extraordinárias se somaram ao estado de emergência econômica e de comoção exterior, já em vigor. Juntos, eles levam ao fim das garantias individuais. “Maduro não viu custo político em explicitar a ditadura. Os próximos passos são evitar que se crie um calendário eleitoral e incrementar a perseguição judicial”, diz o constitucionalista Jose Vicente Haro, em Caracas.



Enquanto Maduro reina, a crise se agrava: a economia des-

pencou cerca de 15% apenas neste ano e a inflação superou os 400%, com escassez de alimentos e produtos básicos. Sete em cada dez venezuelanos querem uma mudança de governo, que parece cada vez mais distante. A oposição diz que não reconhecerá as decisões e mobilizará manifestações de rua, enquanto implora ajuda a organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA). Ambas as formas de pressão falharam até agora. ■

ANEXO F - MATÉRIA "SUFOCADOS E FAMINTOS"

INTERNACIONAL VENEZUELA



BARREIRA Em Caracas, lixo é jogado nas ruas para impedir o ataque das milícias aos manifestantes

SUFOCADOS E FAMINTOS

VEJA acompanhou por uma semana os protestos de rua contra o presidente Nicolás Maduro, da Venezuela, onde quase noventa pessoas foram mortas em pouco mais de três meses

NATHALIA WATKINS, de Caracas



Assista ao
minidocumentário
produzido por
VEJA

NA CAPITAL da Venezuela, a pichação *hambre* (fome, em espanhol) substituiu “Chávez vive” como a mais comum nas deterioradas ruas e viadutos. As filas para comprar comida tornaram-se raras, já que não há mais produtos a preços subsidiados nas prateleiras dos supermercados e a inflação tornou os itens básicos proibitivos para a maioria. Muitos buscam comida no lixo, pedem restos em restaurantes ou vivem de sopas distribuídas por quem ainda tem algo em casa. “Atirem pão porque temos fome”, diz um dos slogans na Praça Altamira, onde os opositores costumam concentrar-se. Somente no último ano, os venezuelanos perderam, em média, 9 quilos de peso.

Pelo menos três vezes por semana protestos contra o governo do presidente Nicolás Maduro dominam Caracas. Para evitar a repressão, que costuma aparecer no fim da tarde, o destino das manifestações é revelado na véspera. A linha de frente é jovem. Um em cada quatro manifestan-

tes tem entre 18 e 24 anos, mas é comum deparar com meninos de 16 anos preparando coquetéis molotov em praças e debaixo de pontes. Eles amontoam areia, pedras, paus, pneus e lixo em vários trechos do percurso. Alguns recorrem a armadilhas, como o derramamento de garrafas de óleo no asfalto, em que pessoas e motoqueiros desavisados podem cair facilmente. Na tentativa de defender-se das balas de borracha, do gás lacrimogêneo e dos tiros com armas de fogo, os meninos da primeira fila empunham escudos feitos de madeira, skates e latas. Alguns deles são pintados com as cores da bandeira do país ou com as palavras “Deus” ou “Venezuela livre”. O kit de defesa inclui garrafas com antiácido líquido para amenizar os efeitos dos gases lacrimogêneos, máscaras cirúrgicas e capacetes de bicicleta e de moto.

Entre os milhares de pessoas que se movem lentamente, grupos de voluntários com capacete de segurança andam em fila indiana



NAS ALTURAS O professor Hector Monterola, da favela do Petare, protesta: “Constituinte é comunismo”

para prestar primeiros socorros em caso de confronto. São bombeiros, médicos e estudantes da área de saúde. Atrás dos jovens da linha de frente, avistam-se os universitários, que, algumas vezes, são acompanhados por políticos. Muitos dos deputados eleitos na última eleição legislativa, vencida pela oposição, em 2015, eram líderes estudantis e se juntam aos manifestantes. Eles também acabam sendo agredidos pelos dife-

rentes órgãos de repressão. Essas duas primeiras camadas de manifestantes formam a chamada *zona roja*, ou área vermelha, que se choca diretamente com a polícia, a Guarda Nacional Bolivariana (GNB) e grupos paramilitares conhecidos como *colectivos*.

Em três meses de protestos contra o regime, foram 89 os mortos pela repressão, metade deles atingida por disparos. Na quarta-feira 5, os *colectivos* invadiram e situa-

ram a Assembleia Nacional, sob o olhar cúmplice de membros uniformizados da GNB — em nova prova de desrespeito à independência dos poderes. Com bonés vermelhos, eles atiraram morteiros e fogos de artifício. Ao menos doze deputados foram agredidos. Um deles, Leonardo Regnault, foi atacado com uma pedra, teve os óculos arrancados e depois foi golpeado com tubos e paus. Ficou com metade do rosto banhada em sangue. Jornalistas tiveram seus equipamentos destruídos.

A terceira e última camada de manifestantes, que anda mais devagar, reúne venezuelanos de todas as idades e classes sociais. Sem a abundância de recursos que permitia ao seu antecessor Hugo Chávez investir alto em programas sociais, Maduro perdeu apoio nos setores populares que foram a base do chavismo. “Meus vizinhos são apertados pelo estômago e têm medo do Sebin (*serviço de inteligência*), que começou a circular pelas favelas para ameaçar opositores nos últimos dois meses”, diz a auxiliar administrativa Katuska Camargo, de 40 anos, de Petare, a Rocinha venezuelana. De acordo com um estudo da Uni-

versidade Católica Andrés Bello (Ucab), 14% da classe E, 17% da classe D e 22% da C estão participando das manifestações. “Aos poucos, os jovens das classes mais baixas começaram a entender que a democracia já foi liquidada”, diz Hector Monterola, de 48 anos, que dá aulas de história em uma escola de Petare. A faixa etária dos participantes ampliou-se. “Tudo o que eu quero é ver a Venezuela livre outra vez. Se tivesse forças, caminharia com eles”, diz a aposentada Ana de Barroso, de 87 anos, à porta de seu edifício, enquanto bate palmas para os manifestantes.

Os venezuelanos voltaram às ruas em março, quando Maduro ordenou que as funções dos deputados da Assembleia Nacional fossem transferidas para os juizes do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), a mais alta corte do país. A decisão foi revertida em seguida, mas a trégua durou pouco. Em maio, o presidente convocou eleições para uma Assembleia Constituinte. Seus membros não serão eleitos da forma convencional. Várias cadeiras serão dadas a representantes de categorias que são dominadas pelo oficialismo. Para



CARLOS GARCIA RAWLINS/BEUTERS

INVASÃO Os deputados Luis Stefanelli (à esq.) e Leonardo Regnault, que estavam na Assembleia invadida

os venezuelanos, a Constituinte será a pá de cal no que resta de democracia. As eleições estão marcadas para 30 de julho. “A Constituinte enterrará qualquer poder que não esteja submetido à Presidência e, em seguida, Maduro eliminará de uma vez por todas as eleições”, diz o historiador Agustín Blanco Muñoz, da Universidade Central da Venezuela. Maduro tem dito que seu objetivo é a criação de um “Estado comunal”, em

que a democracia representativa será substituída por um governo comandado pelos conselhos comunitários criados na época de Chávez e controlados pelo governo. À revelia do poder, a oposição convocou uma consulta popular sobre a Constituinte para o dia 16. “Temos uma Constituição chavista e comunista que não me agrada, mas prefiro defendê-la a viver o que está por vir”, diz Blanca Rosa Mármol, ex-juíza do STJ.

O anúncio da Constituinte fraturou ainda mais o chavismo, que vinha acumulando dissidentes desde a morte de Chávez, em 2013. O mais novo movimento político dos seguidores de Hugo Chávez atende pelo oximoro “chavismo democrático”, que reúne aqueles que continuam defendendo as ideias do socialismo mas são contrários à Constituinte de Maduro. A figura máxima desse grupo é a procuradora-geral da República, Luisa Ortega Diaz, que se voltou contra o governo e está sendo perseguida por seus ex-companheiros. “Apesar de todo o caos, a popularidade de Chávez subiu para 55%. Temos um país potencialmente chavista que não está com Maduro”, diz o cientista político Nicmer Evans, uma das principais figuras do partido Marea Socialista, que reúne chavistas dissidentes.

Apenas 5% dos venezuelanos acreditam que a eleição para uma Assembleia Constituinte é positiva para o país. Pelo menos oito em cada dez rejeitam o governo e sabem que uma nova Carta não alimentará um país faminto, onde cerca de 80% dos habitantes vivem em estado de pobreza. A ex-

pectativa é que a inflação supere os 720% previstos pelo FMI até o fim do ano. “O governo foi eficiente em eliminar as filas de comida, mas o consumo não aumentou. Os itens da cesta básica foram desviados para as bolsas de comida, mas elas contêm a cada dia menos produtos e demoram mais para aparecer”, diz o economista Alejandro Grisanti, diretor da consultoria Ecoanalítica, em Caracas. Essas bolsas de comida foram batizadas de Clap, sigla de Comitê Local de Abastecimento e Produção. Autoridades oficiais decidem onde farão a distribuição dos alimentos e avisam os vizinhos. Geralmente, os pontos de distribuição ficam na casa de um chavista ou em um dos antigos supermercados com produtos subsidiados.

Sem alternativas democráticas e constitucionais no horizonte, os políticos de oposição passaram a contar com os militares para retirar Maduro do poder. A maioria sofre como os demais venezuelanos. Os soldados estão descontentes e despreparados. Os de patente mais baixa da Guarda Nacional, que deveriam receber dois anos de treinamento, mal completam seis meses nos quartéis



CORAGEM Voluntários se organizam para prestar os primeiros socorros aos feridos durante os protestos

antes de sair às ruas. Muitos recebem apenas treinamento ideológico em Cuba. “As tropas não reclamam por medo, mas rejeitam Maduro como comandante-chefe. O descontentamento deixou de ser sussurrado e já é assunto recorrente nos corredores”, diz um general das Forças Armadas, sob a condição de anonimato. Nas unidades militares, soldados se alimentam de arepas com queijo no café da manhã e no jan-

tar e um prato de macarrão com queijo no almoço. Para economizar, todos tiram folga nos fins de semana. Muitos têm vergonha de sair à rua fardados. Quem quer ter mais de um uniforme ou botas precisa comprá-los com o próprio dinheiro. As deserções aumentaram. Se em 2014 o índice de abandono do serviço militar girava em torno de 5%, hoje chega a 40%. “A insatisfação é tão grande que toda a proteção do presidente

é feita por cerca de 100 oficiais cubanos”, diz o general.

A aposta militar, contudo, é pequena porque Maduro se antecipou e deu poderes políticos e econômicos aos generais, a exemplo do que tem acontecido em regimes totalitários pelo mundo. “É ingenuidade da oposição manter os apelos para que os militares mudem de lado. Isso não vai acontecer”, diz o coronel aposentado José Machillanda, cientista político da Universidade Simón Bolívar. Cerca de 40% dos postos do gabinete são ocupados por membros das Forças Armadas. Onze dos 23 governadores são militares. A elite militar está envolvida em lucrativos negócios com o governo que vão desde a im-



portação de alimentos até o comando de empresas petroleiras. “Há uma minoria nas Forças Armadas disposta a defender Maduro. No caso de um golpe, morreria muito mais gente do que atualmente”, diz o general da reserva Clíver Alcalá, que foi companheiro de Hugo Chávez no passado e hoje é um dissidente. Um dos jovens que estavam entre os manifestantes na semana passada era Andres Eduardo Zapata, de 16 anos. Ele largou a escola para estar nas ruas e aprendeu táticas de combate com os amigos que fez nas manifestações. “Se não impedirmos a Constituinte, nós nos tornaremos a nova Coreia do Norte”, diz ele, com uma garrafa cheia de gasolina nas mãos. ■



SEM SAÍDA Manifestantes com escudo em que os alvos são políticos chavistas: promessa de incendiar as ruas

GOLPE FATAL

Depois de quatro meses de protestos e 113 mortes, Nicolás Maduro pretende enterrar a oposição com uma Constituição à cubana.

Ninguém parece capaz de detê-lo **NATHALIA WATKINS**



DURANTE os dezoito anos de experimento chavista, a Venezuela afundou cada vez mais num regime autoritário. Neste domingo, com a eleição para uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), o país sofrerá o golpe final. O Parlamento eleito será substituído, sepultando-se, assim, o último resquício de sistema democrático. O pleito não cumpre as normas da Constituição em vigor e foi convocado por um presidente cuja popularidade é raquítica, ainda que maior que a do presidente Michel Temer. A oposição não estará nas cédulas. Dois dias depois da votação, os 545 representantes iniciarão a elaboração da Carta Magna que recriará as instituições nos moldes cubanos. “Eles começarão pela destituição do Poder Legislativo, opositor, e pela dissolução do Ministério Público, que se voltou contra o regime. Em tese, a ANC poderá até tirar o presidente, se assim decidir”, diz o cientista político venezuelano Héctor Briceño.

Apesar da retração dos governos de esquerda na América Latina, Maduro não enfrentou, até agora, grande pressão externa

para conter seus ímpetos autoritários. A Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Mercosul não conseguiram ir além do rechaço moral. Já os Estados Unidos bloquearam os bens de treze chavistas de alto cacife e ameaçam impor um embargo ao petróleo, que responde por 95% das entradas de moeda forte na Venezuela. “Essa seria a retaliação mais eficiente, mas os americanos teriam de lidar com o aumento no preço do barril e uma possível reação adversa na América Latina”, diz o economista cubano Carmelo Mesa-Lago, da Universidade de Pittsburgh.

Sem alternativa, a oposição pretende incendiar as ruas antes mesmo de a nova e ilegítima Constituinte tomar posse. Diferentemente de 2014, quando eram motivados pela inflação e pela escassez de alimentos e remédios, os protestos deste ano, que já resultaram em 113 mortes, ganharam o contorno de uma luta entre liberdade e autoritarismo. Apoiado pelos militares, o governo não deu sinais de querer voltar atrás. Maduro está disposto a aferrar-se ao cargo à força. ■



INTERNACIONAL VENEZUELA

O DITADOR MORA AO LADO



RONALDO SCHEMIDT/AFP PHOTO

FRAUDE Maduro celebra a eleição para a Assembleia Constituinte:
a última pedra no túmulo da democracia venezuelana

Com uma farsa eleitoral – uma Assembleia Constituinte instalada sem representantes da oposição –, o governo de Nicolás Maduro sepulta a última instituição democrática da Venezuela. Já não se descarta o risco de uma guerra civil

JOHANNA NUBLAT, de Caracas,
e **LEONARDO COUTINHO**, de Washington

A **VENEZUELA** tornou-se, por fim, uma ditadura. É o primeiro regime abertamente autoritário da América do Sul neste século. Na sexta-feira 4, tomou posse a Assembleia Nacional Constituinte, eleita (o termo correto seria nomeada, já que não houve participação de opositores) no domingo anterior. Com isso, o presidente Nicolás Maduro pretendia dissolver a Assembleia Nacional, o último poder da república que ainda não havia dobrado os joelhos para o chavismo. Como a Constituinte terá mais poder que Maduro — poderá inclusive destituí-lo —, ele tratou de pôr a própria mulher, Cília Flores, e o filho, Nicolás Ernesto Maduro Guerra, entre seus integrantes.

As principais nações do mundo condenaram o regime venezuelano, com exceção da Rússia e da China. O Vaticano pediu o cancelamento do plano de reescrever a

Carta Magna, processo no qual o próprio papa Francisco se empenhava. No início da semana, o governo americano publicou o seguinte aviso no site do seu Departamento do Tesouro, ao anunciar retaliações financeiras: “As eleições ilegítimas de ontem confirmaram que Maduro é um ditador que desrespeita o desejo do povo”. Não era preciso esperar pelo veredicto americano para chegar à mesma e óbvia constatação que já está na boca até dos mais humildes cidadãos venezuelanos há meses: “A Venezuela é uma ditadura faz tempo, a eleição da Constituinte só confirmou o que já se sabia”, diz o balconista Israel Manrique, de 41 anos, que trabalha em uma loja de embutidos e laticínios no bairro de Bello Monte, em Caracas.

Maduro dava sinais de que pretendia endurecer o regime desde que se negou, no fim do ano passado, a realizar um referendo,



ARJANA CUBILLOS/AFP PHOTO

QUÓRUM BAIXO Quase não houve filas na votação para a Constituinte

previsto na Constituição, para decidir sobre sua permanência no poder. O referendo havia sido convocado, dentro dos termos da lei, pela Assembleia Nacional, cuja maioria de opositores foi eleita democraticamente em dezembro de 2015, mas que nunca conseguiu legislar apropriadamente. No fim de março, Maduro deu um golpe no Parlamento. Com a ajuda da Suprema Corte, dominada por juízes chavistas, ele suspendeu uma série de po-

deres e direitos dos deputados. Anulou a imunidade dos parlamentares e transferiu para o Executivo as atribuições legislativas. Esse gesto autocrático foi o gatilho que disparou os protestos de rua no país, que perduraram até o dia da votação da Constituinte, cuja convocação, por Maduro, não cumpriu os ritos previstos em lei — entre os quais a coleta de assinaturas populares e a adoção de regras equânimes para a escolha dos deputados.

Segundo o general venezuelano Hebert García Plaza, que vive no exílio nos Estados Unidos, a estratégia de Maduro é incendiar o país. “A decisão de anular poderes do Legislativo fez parte de uma narrativa. O regime precisava do caos para convocar novas eleições”, diz García Plaza. O aumento da repressão policial faz parte dessa estratégia. Mais

de 5 000 pessoas foram presas nos últimos quatro meses nos protestos contra o governo, segundo a ONG de direitos humanos Provea. Os mortos já passam de 130. Mesmo na conturbada história venezuelana, não há nada parecido. Em 2014, quando também houve manifestações contra Maduro, o saldo foi de 43 mortos e 3 351 detidos.

COMO A VENEZUELA SE TORNOU UMA DITADURA

GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ





BARRICADA Reop, cozinheiro que abandonou o trabalho para se dedicar à resistência, em Bello Monte, Caracas

Na quarta-feira passada, foram levados pela polícia política, de maneira arbitrária, os opositores Leopoldo López e Antonio Ledezma. López, que já havia ficado três anos preso e há apenas um mês fora enviado para casa, voltou aos calabouços horas depois de anunciar em vídeo na internet, ao lado da mulher, Lilian Tintori, a gravidez do seu terceiro filho. Ledezma foi arrancado de sua casa ainda de pijama, de madrugada. Ambos, privados do contato com seus advogados, foram levados para a prisão militar de Ramo Verde, nos ar-

redores de Caracas. Nesse cárcere estão detidos, atualmente, 105 civis e 328 militares. Desse total, 205 foram presos somente neste ano — dos quais 75 respondem pelo crime de traição à pátria. Na sexta-feira, Ledezma, e apenas ele, foi devolvido à prisão domiciliar.

Além de prender líderes da oposição, Maduro direcionou o foco da repressão para juízes independentes. Em uma situação que lembra a do Chile de 1973, quando o general Augusto Pinochet deu um golpe de Estado e centenas de pessoas invadiram os

quintais das embaixadas de Santiago para pedir asilo, na semana passada seis venezuelanos entraram na casa do embaixador do Chile e na representação diplomática do Panamá, em Caracas, em busca de refúgio. Entre eles, havia o dirigente de um partido de oposição e ao menos quatro juízes recentemente nomeados pela Assembleia Nacional (a que foi eleita democraticamente) para integrar o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ). Como Maduro tinha apontado magistrados para essa corte de maneira ilegal, os deputados escolheram outros 33 nomes para substituí-los. Muitos que se preparavam para assumir no TSJ agora estão na clandestinidade. O medo entre eles se espalhou após a detenção do magistrado Ángel Zerpa Aponte, em 22 de julho, pela polícia política. Zerpa foi mandado para um tribunal militar, acusado de traição à pátria. Os magistrados nomeados pela Assembleia tiveram as contas bancárias bloqueadas e a família ameaçada.

VEJA entrevistou um desses juízes, Pedro Troconis, na última semana. “Jamais pensei passar por uma situação dessas. Era 1 da

manhã do dia 25 passado, uma terça-feira, quando dezoito funcionários com máscara e fortemente armados bateram à porta da casa da minha sogra perguntando por mim. Eles também puseram um segurança em frente ao meu escritório”, diz Troconis, que desde então vive escondido.

Maduro já avisou que seu próximo passo será esmagar as vozes rebeladas na Procuradoria da República, cuja chefe, Luisa Ortega, antes alinhada com o chavismo, abriu um processo por fraude na votação da Constituinte. “Vamos reestruturar a Procuradoria de imediato, declará-la em emergência e tomar o controle dela”, disse Maduro. As eleições na Venezuela, ao longo de quase todo o período chavista, foram pesadamente manipuladas para produzir resultados favoráveis ao governo, ainda que em mais de uma ocasião isso não tenha sido suficiente. Não funcionou no referendo da reforma constitucional de 2007, que foi rechaçada pelos venezuelanos, nem no pleito legislativo de 2015 e em diversas eleições para governadores e prefeitos. Na votação de domingo, porém, a farsa chegou ao ápice. Na

quarta-feira 2, o venezuelano Antonio Mugica, presidente da empresa Smartmatic, responsável pelo processo da votação eletrônica, anunciou em uma coletiva de imprensa em Londres que o dado sobre o comparecimento na eleição fora exagerado em pelo menos 1 milhão de votos. Segundo o governo, a presença nas urnas foi de 41,5% do eleitorado. Pelos números da Smartmatic, foi de 36%. A oposição, que monitora a votação por meio de uma re-

de de informantes entre os mesários, diz que apenas 12% dos venezuelanos foram votar. “O governo declarou que houve mais gente votando do que nas eleições passadas, mas o número de zonas eleitorais diminuiu. A fraude é praticamente uma certeza”, afirma a consultora eleitoral Flôrença Ferrer, de São Paulo.

A acusação feita pela Smartmatic é, no mínimo, curiosa. A empresa foi criada para atuar em eleições na Venezuela há treze anos. Uma



PERSEGUIÇÃO Leopoldo López com a mulher, Lilian Tintori, anunciando a terceira gravidez dela: preso em seguida

de suas subsidiárias no exterior já teve como sócio direto o governo venezuelano, que era dono de 28% do capital e chegou a indicar um alto funcionário da Justiça Eleitoral para sua diretoria. A sociedade foi descoberta depois de uma tentativa fracassada da empresa de entrar no mercado americano. Num eleição em Chicago, em 2006, houve desaparecimento de urnas e incongruências entre os votos registrados digitalmente e aqueles impressos. A Smartmatic também já atuou em duas eleições no Brasil. Em 2012, fez parte de um consórcio responsável pela manutenção e modernização de todas as urnas eletrônicas utilizadas no país. Em 2014, ganhou contratos com diversos Tribunais Regionais Eleitorais para a transmissão de dados. A filial registrada na Junta Comercial de São Paulo está em nome de duas offshores holandesas. Apesar disso, a empresa apresentou-se nos contratos oficiais como sendo sediada em Barbados. Em sua página oficial, define-se como inglesa. Para um funcionário do Departamento do Tesouro americano ouvido por VEJA, a virada da Smartmatic se explica porque a empresa quer se eximir

de qualquer culpa e livrar-se de possíveis sanções por parte do governo dos Estados Unidos.

A pressão americana é grande. Na semana passada, a administração do presidente Donald Trump incluiu Maduro em uma lista de 23 chavistas cujo acesso ao sistema financeiro americano foi bloqueado. Isso significa que eles estão impedidos de manter contas em bancos americanos, de ter cartões de crédito e de fazer transferências em dólar no mercado oficial. Um dos mais afetados por essas sanções é o vice-presidente venezuelano Tareck El Aissami. Os americanos já localizaram 500 milhões de dólares em bens e fundos do chavista, que é acusado de participação no tráfico internacional de cocaína. Em Miami, foram confiscados três apartamentos com valores entre 2 e 5 milhões de dólares. Na lista de bens há dez carros de luxo e um jato Gulfstream de 5 milhões de dólares. Todo o inventário de El Aissami está em nome do laranja Samark López, que fez fortuna como fornecedor de cestas básicas para o Estado venezuelano.

Um obstáculo para conseguir que Maduro e seus subordinados

parem com a repressão é o receio deles de ser julgados futuramente por crimes diversos, como narcotráfico, tortura, sequestro e assassinatos. A solução pode ser indigesta. “Maduro só abrirá mão da Presidência se tiver a garantia de não ser condenado. Com os militares é a mesma coisa. Uma possibilidade seria dar anistia para todo mundo, para os opositoristas e para os governistas”, diz o embaixador Rubens Barbosa. Nem as sanções, nem a anistia aos líderes chavistas, porém, prometem resolver a situação no médio prazo. Os mais pessimistas, nas ruas de Caracas, já falam em guerra civil. Grupos de jovens mascarados organizam trincheiras com sacos de terra e exibem, orgulhosos, as feridas provocadas pelas balas dos policiais. Eles se dizem membros da resistência e falam sobre a necessidade de invocar o patriotismo. “É preciso mudar totalmente a política na Venezuela. Todos são corruptos”, diz um deles, que se identifica como Reop, de 27 anos,



que abandonou a profissão de cozinheiro para se dedicar aos embates com a Guarda Bolivariana.

Para o Brasil, o impacto imediato da crise política e econômica no país vizinho será o aumento no número de refugiados venezuelanos. “Mais dinheiro federal e o Exército terão de ser mobilizados para abrigar essas pessoas”, diz Pio Penna, professor de relações internacionais na Universidade de Brasília. Na semana passada, para evitar que os venezuelanos entrem clandestinamente em Roraima e se submetam a subempregos, o governo brasileiro deixou de cobrar pelo visto de permanência. Diz Oliver Stuenkel, do Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo: “Mais do que as consequências de uma ditadura, vamos lidar com um Estado falido. A Venezuela poderá ser o principal tema de nossa política externa pelos próximos dez ou quinze anos”. O perigo mora ao lado. ■

Com reportagem de Luiza Queiroz

PROCURA-SE UM LIBERTADOR

Com a oposição debilitada e o país surdo ao clamor dos vizinhos, os venezuelanos já torcem por um golpe militar para depor a ditadura de Maduro. O motim que aconteceu na semana passada, porém, ficou longe de alcançar esse objetivo

DUDA TEIXEIRA



RONALDO SCHEMIDT/AFEP PHOTO



OS VENEZUELANOS alimentam apreço pelos militares, invariavelmente tratados ao longo da história do país como salvadores da pátria. Quase todos os heróis nacionais têm alguma patente. Na maioria das casas, há uma imagem do general Simón Bolívar, que tentou criar em vários países da América Latina um único reino em que ele governaria de forma soberana. Outra estrela do firmamento é o general Francisco de Miranda, que lutou na Revolução Francesa e influenciou Bolívar. O ex-presidente Hugo Chávez, morto em 2013, era paraquedista do Exército. Nicolás Maduro, o atual

mandatário, é uma exceção: começou a vida profissional como motorista de ônibus, sem estrelas no peito. Mas, na crise que parece não ter fim sob seu governo, os venezuelanos voltaram a ter fé em que um libertador sairá de dentro de uma caserna. Na semana passada, a prece coletiva foi — parcialmente — atendida.

Na madrugada do domingo 6, um grupo liderado pelo ex-capitão da Guarda Nacional Bolivariana Juan Caguaripano tentou tomar o controle do Forte Paramacay, em Valência, uma das maiores cidades do país. O quartel abriga o conjunto mais importante de blindado



VERDE-OLIVA O ministro da Defesa, Padrino López, discursa com fardados

dados do Exército. No mesmo dia, Caguaripano, líder do bando de vinte insurgentes, adversários de Maduro, apareceu em um vídeo na internet pedindo o apoio da Assembleia Nacional. No seu raciocínio, seria natural que o defendessem, já que os deputados são em sua maioria de oposição e foram calados em 30 de julho com a eleição cheia de mutretas de uma Assembleia Nacional Constituinte. O apoio veio, mas o tão esperado efeito dominó, típico das republiquetas de bananas, não. Outras unidades deveriam se rebelar, porém não o fizeram. Na brigada, a troca de tiros dentro do forte deixou dois mortos e oito feridos. O chefe do motim escapou, e várias armas foram roubadas do lugar. “Esclarecemos que isso não é um golpe de Estado. É uma ação cívica e militar para restabelecer a ordem constitucional”, dissera Caguaripano, que desertou em 2014.

A resposta oficial do governo veio por meio do ministro da Defesa, Vladimir Padrino López, que também apareceu em vídeo ao lado de dezenas de soldados fardados. O discurso inflamado foi feito no Forte Tiúna, em Caracas. Padrino pôs a culpa das ações contra

Maduro nos imperialistas de sempre, supostamente liderados pelos americanos. Um dia depois, ele entrou na sala da Assembleia Constituinte para selar a aliança entre a Força Armada Nacional Bolivariana e os parlamentares chavistas, que agora têm poder total.

A aposta no protagonismo das Forças Armadas também se explica pela fragilidade da oposição, que continua sendo severamente atingida pelo governo. Na terça-feira 8, a Guarda Nacional Bolivariana impediu parlamentares opositores de entrar no Palácio Legislativo. No mesmo dia, os deputados constituintes, recém-eleitos, declararam que estabelecerão uma Comissão da Verdade para apurar atos de violência política que ocorreram no país desde 1999. A comissão será formada exclusivamente por deputados favoráveis ao governo. É uma maneira de perseguir os críticos. Entre eles está a procuradora-geral Luisa Ortega Díaz, uma chavista que passou a questionar as decisões de Maduro e acaba de ser destituída do cargo.

Houve uma única distensão na semana passada com a libertação dos presos políticos Leopoldo Ló-

O GRUPO FAMÍLIA DOS CHANCELERES



MARIANA BAZO/REUTERS

CÚPULA Aloysio Nunes, no centro, com outros chanceleres, em Lima

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, conversa diariamente com outros chanceleres em dois grupos de WhatsApp. Um deles é limitado aos vizinhos do Mercosul. O outro abrange os representantes das nações que integram a Aliança do Pacífico, a área de livre-comércio que inclui o México, a Colômbia, o Chile e o Peru. Na terça-feira 8, essa articulação digital resultou na Declaração de Lima, na qual doze chanceleres das Américas denunciam a ditadura da Venezuela e pedem o respeito à Assembleia Nacional, cujos poderes foram anulados por uma Constituinte inventada por Nicolás Maduro. O anúncio também deu apoio à procuradora-geral Luisa Ortega, arbitrariamente afastada na semana passada. De seu gabinete em Brasília, Nunes falou a VEJA. A seguir, os principais trechos da entrevista.



pez e Antonio Ledezma. Depois de serem detidos com falsas acusações há alguns anos, eles estavam em prisão domiciliar desde o início de julho. Quando uma nova onda de protestos cresceu nas ruas, foram novamente enviados para uma prisão militar. No sábado 5, puderam retornar para casa. Segundo o advogado de Leopoldo López, seu cliente foi proibido pelo 5º Tribunal de Execução de transmitir qualquer informação. “Tudo agora está nas mãos dos militares. A oposição está muito enfraquecida porque não soube evitar a criação da Assembleia Constituinte. É vista como indecisa e pouco efetiva pela população”, diz Oliver Stuenkel, do Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

Outro alento foi a Declaração de Lima. Na terça-feira 8, doze chanceleres denunciaram a ditadura da Venezuela (*leia entrevista com o chanceler brasileiro Aloysio Nunes* ). Entre os dezesseis pontos do documento,

condena-se o envio de armas para a Venezuela e a posição do governo de não permitir a distribuição de alimentos e medicamentos para abrandar a crise humanitária. “O documento feito pelos chanceleres impressionou pela quantidade de países envolvidos e por incluir nações muito diferentes entre si”, diz o cientista social venezuelano Luis Daniel Alvarez, da Universidade Central da Venezuela (UCV).

A pressão internacional, porém, não conseguiu até agora demover Nicolás Maduro. “Os chavistas não têm razões para negociar. Eles controlam tudo e não precisam responder a ninguém. Dá para entender a frustração do povo”, diz o cientista político americano Riordan Roett, especialista em América Latina da Universidade Johns Hopkins. “Provavelmente, os venezuelanos veem as Forças Armadas como a única instituição que ainda está de pé e é capaz de neutralizar a situação política.” ■



O DESERTO FEITO PELO MEDO



FOTOS VLADIMIR MARICANO



A passividade nas ruas da Venezuela nas últimas semanas é resultado da decepção popular com a oposição e da repressão brutal da ditadura de Maduro, que já fez mais de 160 mortos

JOHANNA NUBLAT, de Caracas



Assista ao conteúdo em vídeo

No dia 28 de junho, uma quarta-feira, o técnico em eletrônica Elvio Lorenzo Lanz, de 44 anos, desceu do prédio onde trabalha, no bairro de Sabana Grande, em Caracas, para buscar o cunhado. Temia que ele, que participava de um protesto contra o presidente Nicolás Maduro, estivesse sofrendo com os efeitos das bombas de

gás lacrimogêneo lançadas pelas forças de segurança. Na calçada, avistou integrantes da Polícia Nacional Bolivariana (PNB), de moto, vindo em sua direção. Saiu correndo e entrou pela primeira porta que achou. “Quando me virei, ouvi uma forte explosão e meus óculos caíram. Senti muita dor, sangue escorrendo pelo meu rosto, e perdi os sentidos”, diz ele. A cena foi flagrada por um vizinho, que a gravou



PERDIGONES Esferas de metal disparadas pela polícia nos protestos

em vídeo. As imagens mostram como, da garupa de uma moto, a apenas 3 metros de distância, um policial aponta sua escopeta contra Lanz e dispara um cartucho de plástico recheado com esferas de metal que se espalham no ar. As bolotas são chamadas de *perdigones* — uma referência à munição empregada na caça de perdizes, com a diferença de que, nesse caso, as esferas de chumbo são muito menores que as usadas pelas forças de repressão venezuelanas. Dois *perdigones* atingiram o maxilar de Lanz. Três perfuraram seu olho direito, e ele perdeu mais de 80% da visão. Trabalhar com peças pequenas de eletrônica ficou quase inviável. “Estou há trinta anos nessa profissão, que eu amo, e agora me encontro nesta condição. Mal consigo dormir”, diz Lanz.

Desde que a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) chavista foi instalada, de maneira ilegítima, em 4 de agosto, escancarando o regime ditatorial que vigora na Venezuela, os ânimos nas ruas do país esfriaram. O Observatório Venezuelano de Conflito Social, uma organização independente, estima que em agosto o número de protestos tenha caído 80% em relação a

julho, mês em que ocorreram cerca de 1700 atos contra o governo. Um dos motivos para a calmaria é a frustração com a oposição, que não conseguiu fazer frente ao desmonte das instituições democráticas. Outro é a repressão brutal do governo. Em pouco mais de cinco meses, 163 pessoas morreram e mais de 4000 ficaram feridas nos embates com as forças de segurança, como a PNB, a Guarda Nacional Bolivariana (GNB), o Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (Sebin) e os *colectivos*, grupos de civis armados que andam de moto espalhando o terror na população.

Vídeos e fotos da violência contra civis foram replicados nas redes sociais e provocaram intensa comoção. Em um deles, gravado em 13 de julho em Lechería, 320 quilômetros a leste de Caracas, policiais de moto cercam Gianni Scovino, de 33 anos. Ele estava em um estacionamento conhecido por ser o foco de manifestações quando foi atacado por quatro membros da PNB e outros quatro da GNB. Golpeado com socos, armas pesadas e até com um escudo (*veja as imagens* ) Scovino sofreu traumatismos múltiplos e danos no fígado.

Um termômetro mais preciso



GIANNI SCOVINO, colaborador de ONG ambientalista, 33 anos

1. Montados em motocicletas, integrantes da Guarda Nacional Bolivariana e da polícia se aproximam de Scovino, na cidade de Lechería, e começam a golpeá-lo com socos e com uma arma, em 13 de julho; 2. Scovino tenta se esquivar, mas logo desiste e continua sendo ferido violentamente; 3. Depois de cair no chão, ele passa a receber chutes e golpes de cassetete; 4. Um membro das forças de segurança ataca Scovino repetidas vezes com um escudo em que se lê "PNB", a sigla da Polícia Nacional Bolivariana; 5. Scovino é colocado na garupa de uma moto com um policial na frente e outro atrás, mas consegue descer e a brutalidade recomeça; 6. Os policiais discutem sobre o que fazer. Com a cabeça já ensanguentada e quase sem reação, Scovino é carregado pelos braços e pelas pernas para cima de uma motocicleta e levado a um hospital



VLADIMIR MARGANO

IMPUNIDADE Ataque em Los Verdes: carro incendiado pela repressão

da violência estatal são os registros médicos dos hospitais venezuelanos. Em abril, depois que Maduro fez sua primeira tentativa de suprimir as funções do Legislativo, incitando os protestos, os manifestantes levados aos hospitais sofriam com os efeitos do gás lacrimogêneo e apresentavam traumas leves, como pé torcido. “Naquele momento, as marchas percorriam um trajeto predeterminado até serem interrompidas pela polícia”, explica o epidemiologista Julio Castro, de Caracas. Na virada de abril para maio, o perfil mudou. Começa-

ram a aparecer pessoas feridas pelo impacto direto de cilindros de gás lacrimogêneo disparados à queima-roupa por escopetas, agressão cujas consequências eram traumatismo no tórax e mortes. Foi nesse momento também que os *perdigones* passaram a ser empregados de perto pelas forças de segurança. Os médicos têm encontrado bolas de gude, porcas e parafusos encravados no corpo dos feridos. “Os *perdigones* estão sendo empregados como armas de fogo a curta distância, o que não é autorizado pela nossa legislação”, diz Rafael

Uzcátegui, coordenador-geral do Provea, ONG de defesa dos direitos humanos. Como os projéteis são muitas vezes improvisados, seu uso dificulta a identificação do autor do disparo. A certeza de impunidade, assim, estimula os agentes da repressão. Desde junho, os médicos vêm deparando com hematomas cerebrais causados por disparos a curta distância de bombas de gás lacrimogêneo, ossos estilhaçados em pernas e braços, órgãos internos rompidos por munição letal, queimaduras graves e outros machucados variados. “Nunca imaginei que me tornaria um especialista em ferimentos por arma de fogo”, diz um dos médicos de um hospital de Caracas, que não quis revelar seu nome por receio de sofrer alguma represália.

Na capital, o cerco repressivo tem sido maior na região oeste da cidade, onde os *colectivos* atuam com mais frequência. Nessa área estão concentrados prédios do poder público. “Ao longo dos anos, o chavismo baseou muito de sua força no fato de ter o apoio dessa região da cidade, mas hoje ela é majoritariamente da oposição”, diz Roberto Patiño, funda-

dor de um movimento que ajuda as vítimas da violência pública no oeste de Caracas.

O conjunto habitacional Los Verdes tornou-se um ícone do desmoronamento do apoio ao chavismo nessa parte da cidade. São quatro blocos de apartamentos, cujos 4 500 moradores de classe média baixa, em sua maioria, se tornaram manifestantes entusiasmados contra Maduro. Desde junho, o local foi alvo de repressão duas vezes. Em 13 de junho, por volta das 17 horas, integrantes da GNB, do Sebin, do Comando Nacional Antiextorsão e Sequestros (Conas) e grupos de civis armados invadiram o condomínio e espalharam o terror durante uma hora e meia. Quebraram portões e janelas de vidro, roubaram câmeras de segurança e itens pessoais, atravessaram o parquinho infantil com um tanque de guerra, mataram um poodle com um disparo de bala de borracha e levaram 23 jovens detidos. “Nós nos fechamos em casa quando eles chegaram. Roubaram dólares, computadores e comida. Chegamos a um ponto insustentável, a uma ditadura”, diz a contadora Nathaly Alfaro, de 35

anos. Em 30 de julho, a polícia retornou, mas não conseguiu entrar com veículos no condomínio porque foi impedida por barreiras erigidas pelos moradores. Em retaliação, os repressores atiraram contra os prédios e queimaram um carro na garagem.

Muitos dos civis presos nas ma-

nifestações dos últimos meses foram levados para tribunais militares, uma prática vetada pelas leis internacionais e da própria Venezuela. Entre 1º de abril e 15 de agosto, 655 civis foram conduzidos a julgamentos militares. Nas prisões, muitos sofrem torturas. Um dos jovens que enfrentaram as masmor-

ZUGEIMAR ARMAS,

professora auxiliar, 36 anos

No dia 7 de junho, Zugeimar foi a uma passeata em Caracas acompanhada do filho Neomar, de 17 anos, e de outros familiares. No caminho, ela se afastou do grupo e não conseguiu mais achar o filho. Horas depois, um amigo recebeu uma ligação e começou a chorar ao seu lado. Neomar estava morto. Acredita-se que ele tenha sido atingido no peito por uma bomba de gás lacrimogêneo. “Quando cheguei ao hospital, a médica me abraçou, chorando, e disse que não pôde fazer nada”, conta ela, cuja camiseta estampa uma foto de Neomar tirada durante um protesto



V. ADMIR MARCANO

ras do regime é Esteban Rodriguez, de 26 anos. Ele é um dos integrantes da “resistência”, grupo de jovens que estão na linha de frente dos protestos. Rodriguez ficou 26 dias preso, acusado de resistir às autoridades e trair a pátria. Levou golpes na cabeça e nas costelas e foi ameaçado com armas de fogo. Os torturadores também esfregaram pimenta e pó de bomba de gás lacrimogêneo em seu rosto. Rodriguez ainda teve de dividir a cela com estupradores e homicidas. Segundo Carlos Nieto Palma, coordenador da Una Ventana a la Libertad (Uma Janela para a Liberdade), ONG que atua nas penitenciárias do país, os métodos de tortura mais usados incluem dar choques elétricos nos genitais e fazer os detidos ficar longos períodos amarrados. “O governo chama esses meninos de terroristas, mas eles só querem liberdade. Terrorismo é a repressão do Estado”, diz Palma.

Embora não haja dúvida de que a Venezuela se tornou uma ditadura, a aplicação da definição de terrorismo de Estado não é uma unanimidade. No século passado, ditaduras latino-americanas praticaram vários atos com o objetivo de provocar o medo e conter grupos

específicos. “Um bom exemplo são os ‘voos da morte’ na Argentina e o tratamento dos prisioneiros na Escola Superior de Mecânica da Armada, a ‘Auschwitz argentina’, para onde 5 000 pessoas foram levadas — e de onde desapareceram”, afirma Thomas Wright, especialista em história política da América Latina da Universidade de Nevada, nos Estados Unidos. Para ele, a Venezuela ainda não chegou a esse ponto extremo porque a repressão está direcionada principalmente para os manifestantes. Mas o limite é dramaticamente tênue. “A Venezuela pode estar à beira de ter o terrorismo de Estado institucionalizado”, diz Wright. Surpreendentemente, uma parte dos venezuelanos entende que é preciso manter-se nas ruas, mesmo que seja para honrar os que morreram. Um deles é Zugeimar Armas, de 36 anos, cujo filho Neomar Lander, de 17 anos, morreu durante um protesto em 7 de junho. “Meu filho perdeu a vida lutando por um futuro melhor. A melhor justiça é continuar batalhando para que este governo saia de uma vez por todas”, diz a mãe, que carrega o rosto de Neomar estampado na camiseta e em uma tatuagem na perna. ■



ANEXO K - MATÉRIA "O CONTROLE PELA BOCA"

INTERNACIONAL VENEZUELA



PALIATIVO Judith Arcia (à esq.) serve sopa feita com carne e legumes doados por cidadãos de classe média, em Caracas: falta comida a preços baixos no país

O CONTROLE PELA BOCA

O governo venezuelano usa a distribuição de cestas básicas para silenciar parte da população e – suspeita-se – encher os bolsos do ditador Nicolás Maduro **JOHANNA NUBLAT**, de Caracas



DISTRIBUÍDAS de porta em porta, as cestas básicas dos Comitês Locais de Abastecimento e Produção (Clap) oferecem inúmeras utilidades ao ditador Nicolás Maduro. Elas diminuem a propensão a protestos, reduzem as filas nos supermercados e dão poder aos militares. Segundo a procuradora Luisa Ortega, que foi destituída do cargo pela recém-formada Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e deixou o país, as cestas básicas também servem a um outro fim: enriquecer o ditador. De acordo

com Luisa, uma empresa sediada no México, a Group Grand Limited, que está em nome de Rodolfo Reyes, Álvaro Uguedo Vargas e Alex Saab, pertenceria, na realidade, a Maduro. “Essas provas temos conosco. Vamos entregá-las às autoridades de vários países — Estados Unidos, Colômbia e Espanha — para que seja feita uma investigação”, afirma Luisa.

As bolsas Clap foram criadas por Maduro em abril do ano passado, quando os venezuelanos se digladiavam pelas senhas para



IDOLATRIA A embalagem das bolsas Clap: imagens de Maduro e Chávez



VLADIMIR MARCAND

GUERRA ECONÔMICA? Carmen Araujo mostra a lista dos moradores que recebem as cestas básicas: a escolha dos beneficiários é política

entrar nos supermercados e comprar alimentos a preços subsidiados. As filas eram pontos de tumultos e manifestações, pois reuniam pessoas descontentes sob

sol forte ou chuva por longas horas. “Quando enfim entravam nos estabelecimentos, os cidadãos se davam conta de que havia pouca coisa para comprar. Com as bolsas Clap, o governo mandou todos para casa, para esperar pela comida”, diz o inglês Philip Gunson, da filial caraquenha do International Crisis Group, ONG de resolução de conflitos. A cesta básica vem em uma caixa de papelão com as imagens de Nicolás Maduro com o braço erguido e de seu antecessor, Hugo Chávez. O pacote é pago com antecedência e não é possível escolher o que vem dentro dele. Geralmente, os itens incluem alimentos básicos importados como farinha de milho (usada no preparo das tradicionais panquecas, as arepas), óleo, arroz, macarrão, leite em pó, feijão-preto, açúcar, farinha de trigo, ketchup, manteiga, café e atum e sardinha enlatados. Por vezes, a caixa contém farinha de milho mexicana, mais indicada para a produção de tacos do que de arepas.

A oposição não tem dúvida de que as Clap servem como ferramenta de controle político. “Trata-se de um mecanismo perverso que tem tido efeito sobre pessoas

desesperadas. Se Maduro quisesse mesmo resolver o problema do abastecimento de comida, teria incentivado a produção nacional e aceitado a ajuda de outros países”, diz Roberto Patiño, da organização opositora Caracas Mi Convive. Quem deixa de votar em uma eleição que interessa ao governo pode perder o direito de comprar uma cesta Clap. “As autoridades dizem por escrito em um papel em quem se deve votar. Se não obedecemos, o conselho comunitário do bairro não vende mais a caixa de comida. O aviso é direto, porque chega para todos nas residências”, afirma a dona de casa Judith Arcia, de 57 anos, moradora de La Vega, região pobre de Caracas. Ela é cozinheira voluntária em uma entidade que distribui alimentos doados pela população a 800 crianças em nove refeitórios.

Os Comitês Locais de Abastecimento e Produção são dominados por chavistas. Eles atuam com os conselhos comunitários dos bairros, também afinados com o governo, para definir a lista dos moradores que podem comprar a caixa, que sai por até 15 000 bolívares (cerca de 3 reais no câmbio

paralelo), quantia que corresponde a 15% do salário mínimo venezuelano. Integrante das Clap, Carmen Araujo, de 55 anos, exhibe a lista de beneficiados em seu prédio e mais dois edifícios e defende a iniciativa do governo: “O presidente está atuando em favor dos pobres. Há uma guerra econômica contra nosso país”.

Outro fator na equação das Clap é o envolvimento dos militares, que controlam quase todo o sistema de compra e distribuição de comida. “As cestas são um grande negócio para os militares. Eles importam alimentos usando um câmbio favorável e ficam com uma parte dos dólares”, denuncia o deputado Angel Alvarado. Há suspeitas de que os militares também desviem alimentos para o mercado negro.

Segundo o instituto de pesquisas Datanalysis, metade dos venezuelanos já comprou a Clap pelo menos uma vez, mas só 20% a recebem com alguma regularidade. Seu conteúdo, de quase 10 quilos, só é suficiente para suprir 3,1% das necessidades alimentares de uma família. “Somos cinco pessoas, e ela não dura uma semana”, diz Aracelis Parica, de 22 anos,



mãe de três crianças, com idade entre 1 e 7 anos, que está registrada para receber a Clap. Todos os dias, no fim da tarde, ela vasculha o lixo de uma padaria e come os restos de comida que encontra, uma cena frequente nos bairros onde há restaurantes. “Faço isso há dois anos, desde quando a situação ficou difícil”, conta Aracelis. Segundo ela, a caixa não chega há

mais de um mês. A três quarteirões dali, um grupo de crianças e adolescentes esperava pelo caminhão de lixo em outra padaria. Quando o veículo chegou, o estabelecimento destrancou as portas dos fundos. Ali mesmo, o grupo sentou-se no chão para comer restos de frango e de tortas doces. A Venezuela tem mais bocas do que Maduro é capaz de controlar. ■



MANOBRA Parcela da oposição que aceitou ir às urnas amargou mais uma derrota

A DITADURA SEM FREIOS

Maduro esmaga oposição em eleição fraudada



OS POLÍTICOS opositoristas na Venezuela emergiram ainda mais enfraquecidos das eleições regionais do domingo 15. Os partidários do ditador Nicolás Maduro venceram em nada menos que dezoito dos 23 estados do país. O anúncio foi feito pelo Conselho Nacional Eleitoral, dominado por chavistas. Apesar dos numerosos indícios de fraude, a oposição, dividida, não encontra alternativas para barrar os desmandos de Maduro. Os opositoristas sabiam que participar do pleito era arriscado, pois Maduro já havia desrespeitado as regras no passado. Nos últimos doze meses, ele manobrou para evitar um referendo que poderia removê-lo da Presidência, postergou as eleições regionais, massacrando manifestações e instalou uma Assembleia Cons-



tituinte convocada ilegalmente. Mesmo com tudo isso, parte da oposição decidiu participar das eleições. E, em troca, colheu o repúdio da população.

Entre abril e agosto, os venezuelanos se lançaram às ruas em protestos diários contra a ditadura chavista, com um saldo de mais de 5 000 detidos e 160 mortos. A oposição, porém, não conseguiu canalizar o esforço popular para estratégias bem-sucedidas. O prognóstico para o país, que enfrenta desabastecimento de remédios e comida e inflação na casa dos 650% ao ano, segue ruim. “A via eleitoral como instrumento de mudança não existe mais”, diz Oliver Stuenkel, professor de relações internacionais da FGV-SP. ■

Johanna Nublat



RONALDO SCHEMIG/ATP

MOTO INCENDIADA O universitário venezuelano Salazar Balza:
70% do corpo queimado durante uma manifestação

A MORDAÇA SEM DISFARCE





Mais de 160 venezuelanos morreram e ao menos 2 000 ficaram feridos nos embates travados entre a população e as forças de repressão do governo de Nicolás Maduro em 2017. Os comandados do presidente abusaram de prisões arbitrárias, torturas, estupros e tiros de armas não letais a curta distância. Na lista dos feridos com maior gravidade está o universitário José Víctor Salazar Balza, de 28 anos, transformado em tocha humana após a explosão de uma motocicleta usada pela Guarda Nacional Bolivariana durante um protesto. Com mais de 70% do corpo queimado, Salazar Balza ainda encontrou forças para gravar um vídeo em que incentivava seus compatriotas a sair às ruas “em nome de toda a Venezuela”. A despeito do sofrimento dos manifestantes e da grita internacional em razão do aprofundamento da crise no país, Maduro levou a cabo seu plano de instalar, ilegalmente, uma Assembleia Nacional Constituinte, composta exclusivamente de aliados. O novo órgão



retirou os poderes do Parlamento unicameral do país, o único espaço em que a oposição ainda tinha voz. A manobra enterrou de vez qualquer suposição de que houvesse na Venezuela algum resquício de democracia. Maduro passou a ser classificado por governos e por veículos de imprensa internacionais como ditador, sem meias palavras ou atenuantes.

Dividida, a oposição aceitou ir às eleições regionais de outubro e levou apenas cinco das 23 disputas locais, numa eleição mergulhada em denúncias de fraude. Em dezembro, nos pleitos municipais, partidos de oposição boicotaram a consulta popular. O futuro do país que tem uma das maiores reservas de petróleo do planeta é sombrio. Faltam medicamentos, e os venezuelanos convivem com a maior inflação do mundo, na casa dos 1 600% ao ano. Além disso, a Venezuela foi declarada “em default seletivo”, por não honrar suas dívidas com credores internacionais. Sem perspectivas, milhares de seus cidadãos fugiram para a Colômbia e para o Brasil. ■ J.N.